

C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   C H A V E S

Relatório de fundamentação de avaliação da execução do  
**Plano Diretor Municipal de Chaves**  
e de identificação dos principais fatores de evolução do Município

---



## ÍNDICE GERAL

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>1. Enquadramento geral da revisão do PDM.....</b>	<b>03</b>
<b>2. Enfoque do concelho .....</b>	<b>07</b>
2.1 <u>Enquadramento geográfico.....</u>	<u>08</u>
2.2 <u>Contextualização sociodemográfica e económica .....</u>	<u>09</u>
Fatores sociodemográficos.....	09
Fatores económicos.....	14
2.3 <u>Qualidade ambiental .....</u>	<u>18</u>
<b>3. Níveis de execução do plano .....</b>	<b>20</b>
2.4 <u>Ocupação do solo, compromissos urbanísticos e reservas disponíveis de solo urbano .....</u>	<u>21</u>
2.4.1 Ocupação do solo .....	21
Plano Diretor municipal em vigor.....	21
Ocupação atual do solo por grandes usos .....	25
i) Espaços agrícolas.....	25
ii) Espaços florestais .....	26
iii) Superfícies com água .....	26
iv) Áreas artificiais .....	26
Dinâmica da ocupação do solo 1995-2003 .....	27
Evolução das áreas empresariais .....	34
2.4.2 Compromissos urbanísticos .....	37
Unidades operativas de planeamento e gestão previstas no PDM-C .....	37
Outros PMOT.....	38
Projetos com relevância no território.....	42
2.4.3 Reservas disponíveis de solo urbano .....	44
2.5 <u>Sistemas de infraestruturas, equipamentos e acessibilidades e mobilidade .....</u>	<u>47</u>
2.5.1 Sistemas de infraestruturas.....	47
Sistema de abastecimento de água .....	47
Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais .....	49
Sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) e recolha seletiva .....	49
Sistema de distribuição de gás .....	50
Sistema de distribuição de energia elétrica.....	52
2.5.2 Equipamentos coletivos .....	53

Equipamentos de educação e ensino.....	56
Equipamentos de saúde.....	57
2.5.3 Acessibilidades e mobilidade.....	58
Rede viária nacional .....	58
Rede viária municipal.....	64
Vias estruturantes previstas no PDM-95 .....	66
Mobilidade .....	67
2.6 Condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes.....	70
<b>4. Identificação dos fatores de mudança da estrutura do território .....</b>	<b>73</b>
<b>5. Identificação de novos objetivos de desenvolvimento para o Município.....</b>	<b>83</b>
<b>6. Critérios de sustentabilidade a adotar .....</b>	<b>93</b>

### **ÍNDICE DE FIGURAS**

<b>Fig.01</b>   Concelhos NUTIII (Alto Trás-os-Montes).....	08
<b>Fig.02</b>   Planta de Ordenamento do PDM – Chaves (1995).....	23
<b>Fig.03</b>   COS`90 e COAS 2003 .....	27
<b>Fig.04</b>   Evolução do número de alojamentos por áreas.....	33
<b>Fig.05</b>   Localização das Áreas Empresariais no Concelho .....	36
<b>Fig.06</b>   Localização das áreas abrangidas por PMOT e projetos estruturantes.....	44
<b>Fig.07</b>   Ocupação dos perímetros urbanos atuais .....	45
<b>Fig.08</b>   Rede de estradas classificadas no Plano Rodoviário Nacional (PRN2000) .....	61
<b>Fig.09</b>   Rede nacional de estradas transferidas para a tutela do Município de Chaves .....	63
<b>Fig.10</b>   Rede de estradas e caminhos municipais classificados .....	64
<b>Fig.11</b>   Vias estruturantes previstas no PDM95 sobre mapa de rede viária existente.....	66
<b>Fig.12</b>   Localização dos equipamentos de apoio às redes de transportes .....	67
<b>Fig.13</b>   Localização das praças de táxis no concelho de Chaves .....	68
<b>Fig.14</b>   Rede de transportes coletivos urbanos de passageiros.....	69
<b>Fig.15</b>   Rede de transportes coletivos interurbanos de passageiros.....	70
<b>Fig.16</b>   RAN e REN em vigor .....	72

### **ÍNDICE DE QUADROS**

<b>Quadro 01</b>   Evolução da População (valores absolutos e relativos) entre 2001 e 2011 .....	09
<b>Quadro 02</b>   Dinâmica do PDM (procedimentos de alteração e suspensão desde 1995) .....	22
<b>Quadro 03</b>   Classes de uso do solo constantes da Carta de Ordenamento do PDM-C .....	23

<b>Quadro 04</b>   Evolução do uso do solo.....	27
<b>Quadro 05</b>   Número total de alvarás de loteamento emitidos (1995-2012) .....	29
<b>Quadro 06</b>   Edifícios licenciados para construção.....	31
<b>Quadro 07</b>   Áreas Empresariais do Concelho.....	35
<b>Quadro 08</b>   Unidades Operativas de Planeamento e Gestão definidas no PDM .....	37
<b>Quadro 09</b>   Planos Municipais de Ordenamento do Território do Município de Chaves .....	39
<b>Quadro 10</b>   Projetos com relevância no território.....	43
<b>Quadro 11</b>   Tipologia de Equipamentos presentes no concelho.....	53
<b>Quadro 12</b>   Equipamentos de Saúde no Concelho .....	58
<b>Quadro 13</b>   Classificação das Estradas Nacionais segundo o primeiro Plano Rodoviário Nacional.....	59
<b>Quadro 14</b>   Classificação das Estradas Nacionais segundo o Plano Rodoviário Nacional de 1985 .....	59
<b>Quadro 15</b>   Classificação das Estradas Nacionais segundo o Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN-2000) .....	60
<b>Quadro 16</b>   Condicionantes do PDM em vigor.....	71
<b>Quadro 17</b>   Avaliação estratégica (Análise SWOT) .....	86
<b>Quadro 18</b>   Objetivos estratégicos de desenvolvimento para o Município .....	90

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 01</b>   Variação do peso da população no âmbito da NUT III, entre 2001 e 2011 .....	10
<b>Gráfico 02</b>   Estrutura Etária da População entre 2001 e 2011.....	11
<b>Gráfico 03</b>   Taxas de natalidade e mortalidade verificadas nos concelhos da NUT III, NUT II e em Portugal .....	12
<b>Gráfico 04</b>   Índice de envelhecimento nos concelhos da NUT III, NUT II e em Portugal.....	13
<b>Gráfico 05</b>   Índice de dependência de idosos nos concelhos da NUT III, NUT II e em Portugal.....	13
<b>Gráfico 06</b>   Empresas sediadas segundo o código das atividades económicas (CAE) .....	14
<b>Gráfico 07</b>   Capacidade de alojamento em edifícios hoteleiros (%) dos concelhos da NUT III..	16
<b>Gráfico 08</b>   Nº de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, nos concelhos da NUT III .....	17
<b>Gráfico 09</b>   Estada média nos estabelecimentos hoteleiros, nos concelhos da NUT III.....	17
<b>Gráfico 10</b>   Classes de uso do solo do PDM de Chaves (hectares) .....	24
<b>Gráfico 11</b>   Uso e ocupação do solo (1995) .....	28
<b>Gráfico 12</b>   Uso e ocupação do solo (2003) .....	29
<b>Gráfico 13</b>   Percentagem dos lotes por tipologia (1995-2011) .....	30
<b>Gráfico 14</b>   Distribuição do número de alvarás de loteamento por freguesia (1995-2011) .....	31
<b>Gráfico 15</b>   Evolução do número de população e alojamentos .....	32
<b>Gráfico 16</b>   Evolução do número de alojamentos por áreas .....	33

<b>Gráfico 17</b>   Alojamentos segundo a forma de ocupação (2011) .....	34
<b>Gráfico 19</b>   Distribuição da edificação (%). .....	46
<b>Gráfico 20</b>   Disponibilidade de solo dentro dos perímetros urbanos (%) .....	46
<b>Gráfico 21</b>   Número de estabelecimentos de ensino.....	56



# Relatório de fundamentação de avaliação da execução do Plano Diretor Municipal e de identificação dos principais fatores de evolução do Município

## INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Municipal de Chaves (PDM-C) foi aprovado na Assembleia Municipal de 26 de Outubro de 1994, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95, de 12 de Janeiro, e publicado no Diário da República, I Série – B, n.º 35, encontrando-se em vigor desde 10 de Fevereiro de 1995, tendo sido sujeito a duas alterações durante o seu período de vigência.

Passados mais de 10 anos sobre a sua vigência, é imposição legal proceder à sua revisão, em conformidade com o estabelecido na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU), combinado com o estabelecido no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Neste contexto, o Município de Chaves, a 2 de Setembro de 2002, deu início ao processo de revisão do PDM através de deliberação da Câmara Municipal.

O relatório que agora se apresenta foi elaborado com vista a dar cumprimento a todos os elementos necessários para a marcação da reunião preparatória, obrigatória para se reiniciar o procedimento de revisão do PDM-C, cumprindo desta forma o disposto no artigo 3º da Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro, no que diz respeito ao acompanhamento da deliberação camarária que determina a revisão do PDM por um relatório fundamentado de avaliação da execução do PDM e de identificação dos principais fatores de evolução do Município.

Neste seguimento, este relatório, dando resposta ao estipulado no nº 2 do artigo 3º da Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro, divide-se essencialmente em três partes:

- Uma **primeira parte** relacionada com o enquadramento da revisão do PDM-C, e enquadramento do concelho no contexto da região;
- Uma **segunda parte** centrada no diagnóstico e caracterização atual do concelho, incidindo essencialmente nos níveis de execução do plano em termos de ocupação do solo, compromissos urbanísticos, reservas disponíveis do solo urbano, sistemas de

- infraestruturas, equipamentos e acessibilidades, bem como condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes.
- Uma **terceira parte** direcionada para os domínios estratégicos de intervenção do PDM-C, com identificação dos fatores de mudança da estrutura do território e a definição de novos objetivos de desenvolvimento para o município, bem como identificação dos critérios de sustentabilidade a adotar.

Em conclusão, o presente relatório pretende não só responder às exigências da referida portaria como também constituir um documento orientador e de trabalho que permita identificar os principais problemas existentes do concelho de Chaves ao nível do planeamento e, conseqüentemente, permitir desenvolver soluções adequadas e eficazes para a respetiva resolução.

Em linhas gerais pretende-se que o PDM-C defina uma estratégia de planeamento territorial capaz de induzir dinâmicas de desenvolvimento concelhio, tendo presente princípios de salvaguarda e valorização dos recursos naturais, agrícolas e florestais, uma coerente e sustentável ocupação urbana do solo, uma aposta na componente empresarial, bem como a salvaguarda dos valores patrimoniais existentes.

## 1. ENQUADRAMENTO GERAL DA REVISÃO DO PDM



O PDM-C elaborado nos meados da década de noventa, é um exemplo bastante ilustrativo do processo e do contexto que caracterizou a elaboração dos, agora designados, “PDM de 1ª Geração”. Embora se trate de uma experiência significativa, como primeiro exercício de planeamento do conjunto do território municipal, a este tipo de planos associam-se alguns problemas, como (i) a falta de experiência das equipas, (ii) a obrigatoriedade de elaboração por imposição legal conjugada com a necessidade de rapidez de execução, (iii) a deficiente reflexão sobre a realidade dos territórios de intervenção, (iv) a produção de documentos formais, sem visão estratégica, quase exclusivamente direcionados para o zonamento dos solos e regimes de edificabilidade (v) e ainda devido a uma deficiente fundamentação destes mesmos zonamentos e edificabilidades em termos económicos, socioculturais e ambientais.

Já no caso concreto do PDM-C atualmente em vigor, o mesmo foi considerado, pelos técnicos municipais diretamente implicados no processo de planeamento, como globalmente positivo quando comparado com a realidade existente antes da sua aprovação. Com efeito, o PDM-C em vigor é repetidamente referido como um exercício necessário, positivo e disciplinador, no sentido em que veio estruturar o território, quer em termos da ocupação urbana, quer em termos da espacialização de atividades económicas.

No entanto, também o PDM-C apresentou alguns problemas associados, como sendo: i) a base cartográfica utilizada, ii) a organização do regulamento e iii) a relação entre o PDM e outros Instrumentos de Gestão Territorial.

- Quanto à cartografia, realça-se a utilização de uma base cartográfica desajustada da realidade do território assim como a falta de rigor nas peças gráficas, que teve consequências na demarcação da RAN e REN;
- Quanto ao Regulamento, apontam-se fundamentalmente questões relacionadas com a organização, leitura e clareza de alguns conceitos;
- Já no que se refere à relação entre diferentes Instrumentos de Gestão Territorial, regista-se a ausência de continuidade no planeamento, nomeadamente nas questões de maior pormenor, ou seja, nos planos de hierarquia inferior. A lógica do Plano Diretor Municipal apontava para as Unidades Operativas de Planeamento, o que implicaria a elaboração de diversos Planos de Urbanização e de Pormenor. No entanto a conclusão da elaboração de tais planos nunca foi alcançada, o que colocou em questão a estratégia que esteve na base da sua elaboração.

A oportunidade de revisão do PDM-C resulta, para além do anteriormente mencionado, de um conjunto de outros fatores decorrentes de razões de facto e de direito, atendendo:

- Ao previsto no n.º 3 do artigo 98º do Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro<sup>1</sup>, que estabelece a obrigatoriedade de revisão do PDM *“decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor”*.
- Ao conteúdo do disposto na alínea a) do n.º 1 do Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece a *“necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazos, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os relatórios de avaliação da execução dos mesmos”*.
- Necessidade de adaptação dos parâmetros urbanísticos a situação atual;
- Às sucessivas alterações legislativas, algumas das quais representaram mudanças profundas na estrutura e no quadro legal referente ao ordenamento do território em Portugal, destacando-se, entre outros: a publicação da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto (Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo) e do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) e suas sucessivas revisões; a entrada em vigor do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro), a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N), o qual tem incidência sobre o território do concelho de Chaves, o novo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, através do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, os novos regimes jurídicos para a Reserva Ecológica Nacional (REN) e para a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e para outras áreas ambientais (como sejam o domínio hídrico, ruído, incêndios, conservação da natureza, etc.) e ainda a publicação ou revisão de alguns Planos Sectoriais.

A introdução da Avaliação Ambiental de Planos é outro marco importante que veio aportar para esta segunda geração de planos um acompanhamento contínuo e sistemático de avaliação integrado na elaboração, visando garantir que os efeitos ambientais das soluções adotadas são tomados em consideração durante a sua preparação e em momento prévio à respetiva aprovação.

Para além dos fatores que justificaram a necessidade de despoletar o procedimento de revisão do PDM-C importa também aqui referir as alterações ao nível do enquadramento institucional da Comissão de Acompanhamento do Plano, associadas a algumas alterações a nível legislativo e da orgânica dos ministérios responsáveis pelas áreas do Planeamento e Ordenamento do Território, pelo Ambiente e por outros domínios sectoriais relevantes, têm

---

<sup>1</sup> Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

gerado alguma inércia na decisão e na formulação de orientações necessária para o desenvolvimento do plano.

Estes fatores, juntamente com outros de menor relevância, implicaram que o procedimento de revisão do PDM-C se tenha prolongado por um período superior ao inicialmente previsto.

## 2. ENFOQUE DO CONCELHO

## 2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Situado a Nordeste de Portugal, na Região do Alto de Trás-os-Montes, o concelho de Chaves, com uma área de aproximadamente de 591,28 Km<sup>2</sup>\*, confina a norte com a região da Galiza (Espanha), a este com os concelhos de Vinhais e Valpaços, a sul com o concelho de Vila Pouca de Aguiar e a oeste com os concelhos de Montalegre e Boticas.

Administrativamente, Chaves pertence ao distrito de Vila Real, insere-se na NUT<sup>2</sup> II (Norte) e NUT III (Alto Trás-os-Montes) e forma conjuntamente com outros 5 Municípios (Boticas, Valpaços, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre) a Associação de Municípios do Alto Tâmega.

Para além do concelho de Chaves, fazem igualmente parte da NUT III, os concelhos de Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais.



**Fig.01** | Concelhos NUTIII (Alto Trás-os-Montes)

**Fonte:** INE, Retratos Territoriais, 2006

O Concelho é constituído por 51 Freguesias, das quais, a última foi criada já em 2001, Santa Cruz/Trindade, abrangendo lugares anteriormente pertencentes às freguesias de Santa Maria Maior e Outeiro Seco. O centro histórico e administrativo localiza-se nas freguesias mais centrais (Santa Maria Maior e Madalena).

\*Dado Oficial apresentado pelo Instituto Geográfico Português.

<sup>2</sup> Nomenclatura de Unidade Territorial.

Pela sua posição geográfica, Chaves aparece como um território de diversas referências: a pertença à região Norte, ao Alto Tâmega e ao Alto-Trás-os-Montes; as relações de proximidade com a Galiza e, em especial, com a Província de Ourense e, nestas, as relações privilegiadas com Verín, que têm vindo a justificar o desenvolvimento do conceito de Eurocidade Chaves-Verín; a integração no sistema urbano de Douro e Trás-os-Montes, que coloca Chaves em relação com outros centros urbanos de média dimensão. Em estudos sobre a construção de uma Europa policêntrica, Chaves aparece como uma “área urbana funcional” dessa construção, de natureza transfronteiriça, integrando uma população de cerca de 140 mil habitantes.

A posição geográfica de Chaves é também importante, do ponto de vista da estrutura biofísica da sua região. Sublinha-se o facto de a Veiga de Chaves aparecer como uma das unidades de paisagem da região Norte, a relação com o Tâmega (que é precisamente escolhida como imagem simbólica da Eurocidade Chaves-Verín – a “Eurocidade da Água”) e a centralidade de Chaves face a várias áreas protegidas do Norte de Portugal e da Galiza.

## 2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ECONÓMICA

Para avaliar a posição do concelho de Chaves, no contexto da Região Norte e da NUT do Alto de Trás-os-Montes realizou-se uma breve análise com base em alguns fatores sociodemográficos e económicos, e na sua evolução ao longo da última década.

### FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS

ZONA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE 2001	% POPULAÇÃO NA NUT ALTO DE TRÁS-OS-MONTES 2001	POPULAÇÃO RESIDENTE 2011	% POPULAÇÃO NA NUT ALTO DE TRÁS-OS-MONTES 2011	VARIAÇÃO DO PESO DA POPULAÇÃO NA NUT ALTO DE TRÁS-OS-MONTES (2001-2011) %
Portugal	10356117	-	10561614	-	-
Região Norte	3687293	-	3689609	-	-
Alto de Trás os Montes	223333		204381		
Chaves	43667	19,55	41243	20,18	0,63
Alfândega da Fé	5963	2,67	5104	2,50	-0,17
Boticas	6417	2,87	5750	2,81	-0,06
Bragança	34750	15,56	35341	17,29	1,73
Macedo de Cavaleiros	17449	7,81	15776	7,72	-0,09
Miranda do Douro	8048	3,60	7482	3,66	0,06

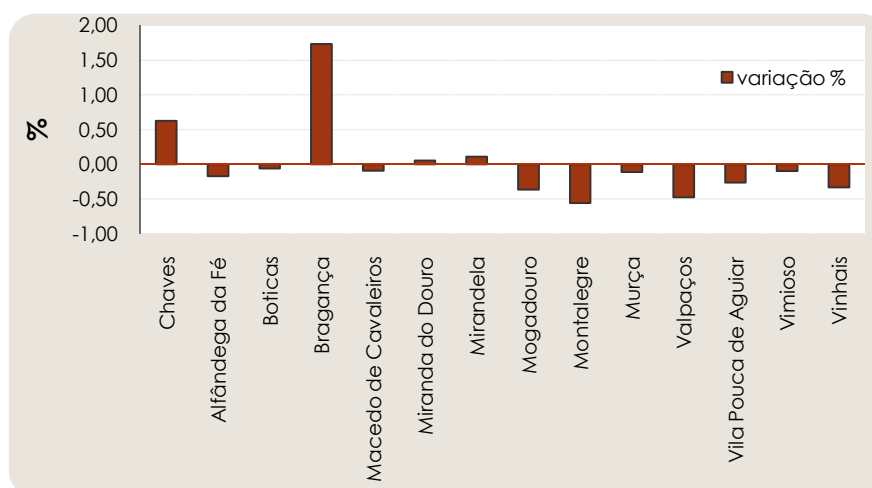
Quadro 01 | Evolução da População (valores absolutos e relativos) entre 2001 e 2011

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

ZONA GEOGRÁFICA (cont.)	POPULAÇÃO RESIDENTE 2001	% POPULAÇÃO NA NUT ALTO DE TRÁS-OS- MONTES 2001	POPULAÇÃO RESIDENTE 2011	% POPULAÇÃO NA NUT ALTO DE TRÁS-OS-MONTES 2011	VARIAÇÃO DO PESO DA POPULAÇÃO NA NUT ALTO DE TRÁS- OS-MONTES (2001-2011) %
Mirandela	25819	11,56	23850	11,67	0,11
Mogadouro	11235	5,03	9542	4,67	-0,36
Montalegre	12762	5,71	10537	5,16	-0,56
Murça	6752	3,02	5952	2,91	-0,11
Valpaços	19512	8,74	16882	8,26	-0,48
Vila Pouca de Aguiar	14998	6,72	13187	6,45	-0,26
Vimioso	5315	2,38	4669	2,28	-0,10
Vinhais	10646	4,77	9066	4,44	-0,33

**Quadro 01** | Evolução da População (valores absolutos e relativos) entre 2001 e 2011 (cont.)

Segundo os resultados preliminares dos Censos 2011, do Instituto Nacional de Estatística (INE), constantes do quadro 01 constata-se uma diminuição da sua **população residente**<sup>3</sup>, seguindo a tendência verificada na NUT III – Alto de Trás-os-Montes, contrariando no entanto o aumento da população verificada para a Região Norte e para Portugal. Esta diminuição da população na última década acompanha a perda verificada para os municípios do interior do país, designadamente os que fazem parte da mesma NUTIII.



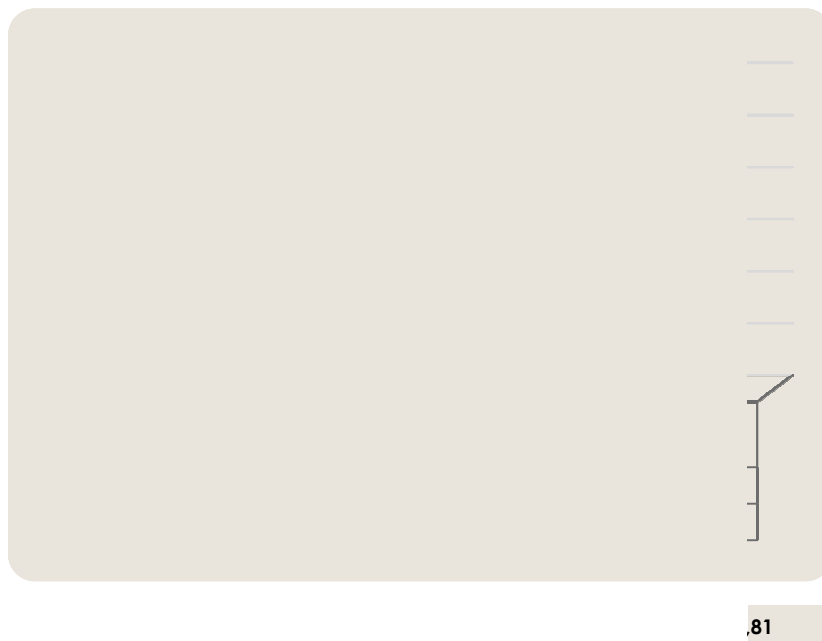
**Gráfico 01** | Variação do peso da população no âmbito da NUT III, entre 2001 e 2011

**Fonte:** INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

A evolução da distribuição da população segundo a sua **estrutura etária**, indica uma clara tendência para o envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária, com uma diminuição da primeira e um aumento da segunda, que se pode observar no gráfico 02. Em

<sup>3</sup> População residente - Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

apenas uma década, o concelho perdeu mais de 6% de população com idades entre 0 e 24 anos por contraposição ao aumento de quase 5% de população com 65 e mais anos.



**Gráfico 02** | Estrutura Etária da População entre 2001 e 2011

**Fonte:** INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

A **taxa de natalidade**<sup>4</sup> - (5,8%) em Chaves, assume valor idêntico ao verificado para NUT III, embora seja bastante inferior à da NUT II.

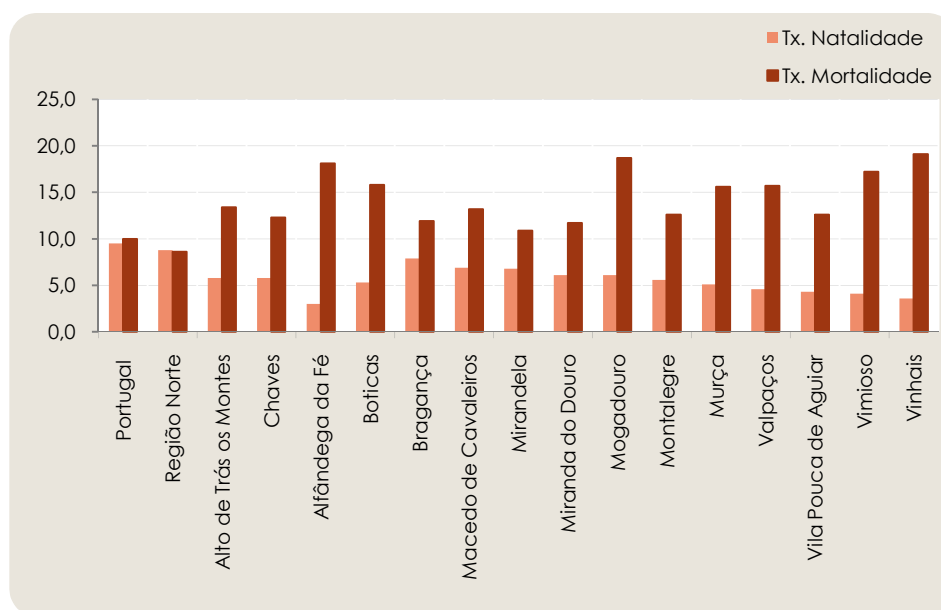
A **taxa de mortalidade**<sup>5</sup> - 12,3%, é superior à da NUT II (8,6%), mas inferior à da NUT III, onde se regista um valor de 13,4%. No contexto dos restantes concelhos da NUT III, Chaves ocupa uma posição relativamente favorável, havendo apenas três concelhos (Mirandela, Miranda do Douro e Bragança) com uma taxa de mortalidade inferior.

Da análise entre a taxa de natalidade e de mortalidade obtida é possível verificar a ocorrência de um saldo natural negativo, para o concelho de Chaves, o que acompanha a tendência dos restantes concelhos da NUT III.

<sup>4</sup> Taxa de natalidade - Número de nados vivos em determinado período de tempo (normalmente um ano), em relação à população média desse período de tempo.

<sup>5</sup> Taxa de Mortalidade - Número de óbitos em determinado período de tempo (normalmente um ano), em relação à população média desse período de tempo.





**Gráfico 03** | Taxas de natalidade e mortalidade verificadas nos concelhos da NUT III, NUT II e em Portugal

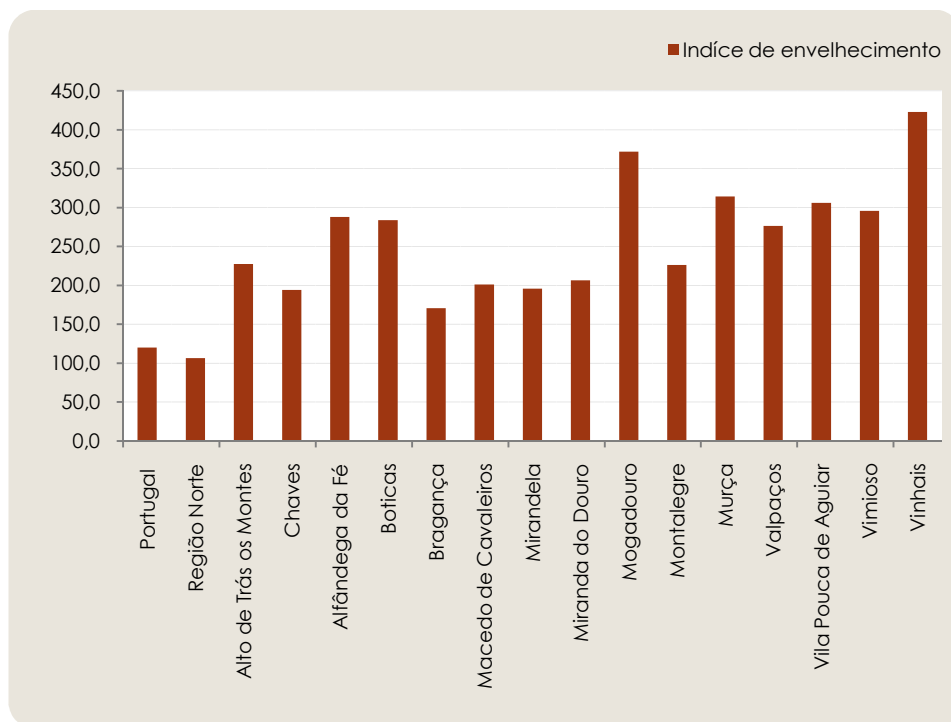
**Fonte:** INE, Anuário estatístico da Região Norte 2009

Quanto ao **índice de envelhecimento**<sup>6</sup> (194,3), e ao **índice de dependência dos idosos**<sup>7</sup> (33,2), os gráficos revelam um peso significativo da população idosa, como aliás ficou patente da distribuição etária da população, embora no contexto da NUT III, cujos índices são, respetivamente, de 227,5 e 38,4, e dos concelhos que fazem parte da mesma, ocupe uma posição confortável, dado que apenas Bragança apresenta valores inferiores relativos a estes índices.

<sup>6</sup> Índice de Envelhecimento - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos.

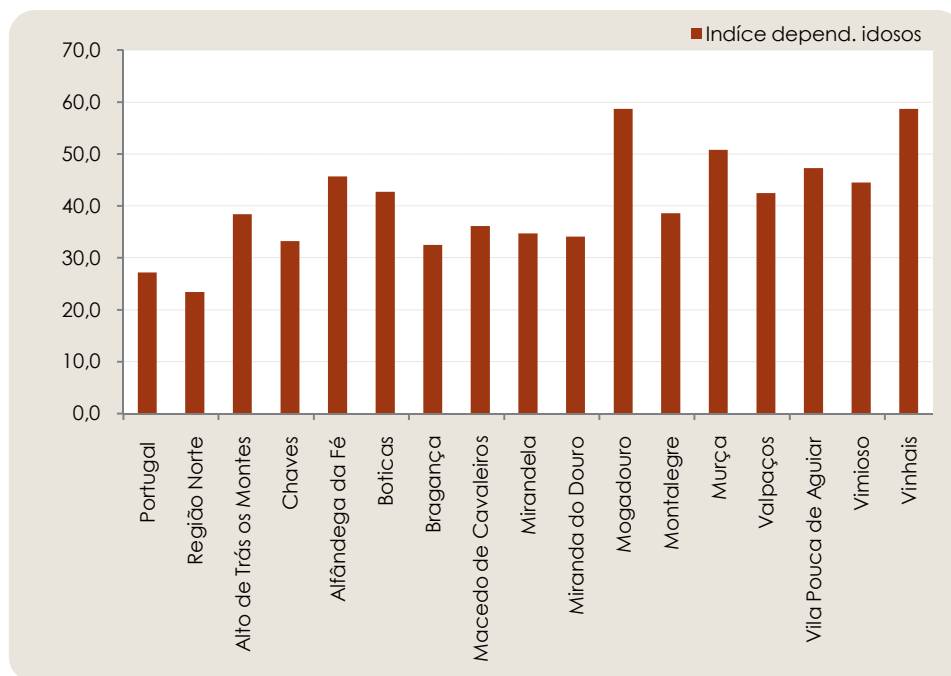
Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas com 15-64 anos).

<sup>7</sup> Índice de dependência de idosos - Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas com 15-64 anos).



**Gráfico 04** | Índice de envelhecimento nos concelhos da NUT III, NUT II e em Portugal

**Fonte:** INE, Anuário estatístico da Região Norte 2009



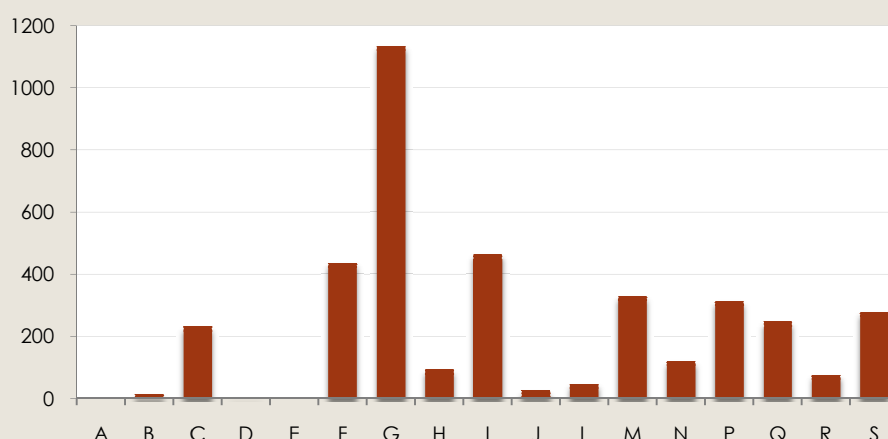
**Gráfico 05** | Índice de dependência de idosos nos concelhos da NUT III, NUT II e em Portugal

**Fonte:** INE, Anuário estatístico da Região Norte 2009

## FATORES ECONÓMICOS

No âmbito dos **sectores de atividade**, o sector primário (ver gráfico 06 - atividades A), com alguma expressão no Concelho de Chaves, tem vindo ao longo dos últimos tempos a sofrer alguns sinais de mudança com a diminuição do minifúndio e com o desaparecimento de várias explorações agrícolas que exerciam a sua atividade em pequena propriedade, apesar de ainda serem dominantes na estrutura produtiva, no entanto é ainda notório o predomínio da agricultura familiar, sendo que a população mais idosa se dedica a este tipo de agricultura, pouco relevante ao nível de economia de mercado.

Ao nível do sector secundário (ver gráfico 06 - atividades B, C, D, E, F), a atividade mais representativa é a da construção. Os recursos minerais também assumem alguma importância, sendo as pedreiras as atividades de destaque no município. De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística em 2009 existiam 14 empresas do ramo da indústria extrativa.



### LEGENDA |

- |   |  |
|---|--|
| <b>A.</b> Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca                                      | <b>K.</b> Atividades financeiras e de seguros                              |
| <b>B.</b> Indústrias extrativas   | <b>L.</b> Atividades imobiliárias  |
| <b>C.</b> Indústrias transformadoras  | <b>M.</b> Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares     |
| <b>D.</b> Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio                                    | <b>N.</b> Atividades administrativas e dos serviços de apoio               |
| <b>E.</b> Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; gestão de resíduos e despoluição | <b>O.</b> Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória     |
| <b>F.</b> Construção  | <b>P.</b> Educação   |
| <b>G.</b> Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos            | <b>Q.</b> Atividades de saúde humana e apoio social                        |
| <b>H.</b> Transportes e Armazenagem   | <b>R.</b> Atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas. |
| <b>I.</b> Alojamento, restauração e similares   | <b>S.</b> Outras atividades de serviços.                                   |
| <b>J.</b> Atividades de informação e de comunicação   |  |

**Gráfico 06 |** Empresas sediadas segundo o código das atividades económicas (CAE)

**Fonte:** INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2009

O sector terciário (ver gráfico 06 - atividades G, H, I, J, M, N, O, P, Q, R, S) assume, sem dúvida, uma forte presença com cerca de 3135 empresas sediadas no concelho de Chaves, onde imperam as atividades mais tradicionais como o comércio, o alojamento e a restauração.

No que diz respeito à localização das empresas a um nível mais desagregado, constata-se que o maior número se localiza nas zonais mais centrais do concelho, mais especificamente na área urbana. As freguesias de Santa Maria Maior e Madalena caracterizam-se pela existência de atividades económicas de carácter comercial, nomeadamente comércio a retalho e restauração.

O concelho de Chaves possui enormes **potencialidades** em termos de oferta **turística**, como é o caso das estâncias termais de Chaves e Vidago, e do seu potencial paisagístico com montanhas, vales, rios, albufeiras e florestas. Um pouco por todo o lado existem locais de referência, relacionados com os diferentes tipos de turismo, designadamente: Saúde e Bem-estar, Religioso, Cultural, Natureza e Aventura, Desportivo, Repouso, Gastronómico, procurados por nacionais e estrangeiros que, através da sua visita, percecionam um pouco da história, e da forma de estar e viver do povo transmontano. De entre os locais mais visitados destacam-se a Ponte Romana, a Torre de Menagem e a Zona Histórica, as Termas, os Fortes de S. Francisco e de S. Neutel, o Parque de Campismo/Quinta do Rebentão e o Vidago Palace Hotel.

No primeiro semestre do ano 2005 Chaves recebeu um total de 1729 turistas (referenciados no Postos de Turismo), dos quais 925 eram turistas nacionais e 804 estrangeiros.

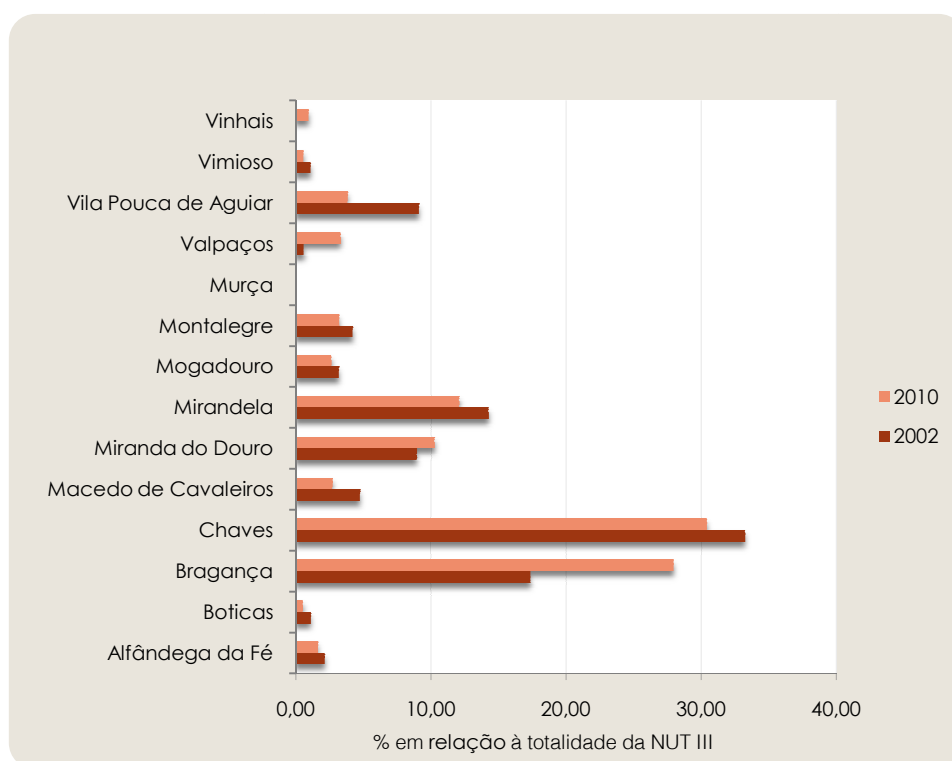
Um dos destinos mais procurados pelos turistas é o complexo termal de Chaves. As modernas instalações e o pessoal especializado fazem destas termas, uma das mais procuradas do país. Localizadas em pleno centro da cidade, na margem ribeirinha do Tâmega, permitem aos aquistas, usufruir de momentos de descanso e de lazer tirando partido das propriedades terapêuticas e medicinais das suas águas termais.

Estas águas reúnem um conjunto de propriedades físico-químicas que as tornam únicas, sendo a sua temperatura à saída das nascentes de 73° C durante todo o ano, propriedade esta que faz destas águas as mais quentes da Península Ibérica e as águas bicarbonatadas sódicas mais quentes da Europa. Assim, por serem quentes, as águas são indicadas para o tratamento de doenças reumáticas e músculo-esqueléticas; por serem bicarbonatadas sódicas, são indicadas para o tratamento do aparelho digestivo; por serem carbogasosas, são indicadas para o tratamento das vias respiratórias; por fim, por serem sílicas, são apropriadas para o tratamento de pele.

As instalações termais sofreram recentemente uma remodelação de um dos seus balneários, vocacionando as Caldas de Chaves não só para a vertente saúde, mas também para a vertente bem-estar/lazer termal.

Às termas de Chaves foi atribuído, pelo INATEL, o prémio de melhor unidade termal/2008.

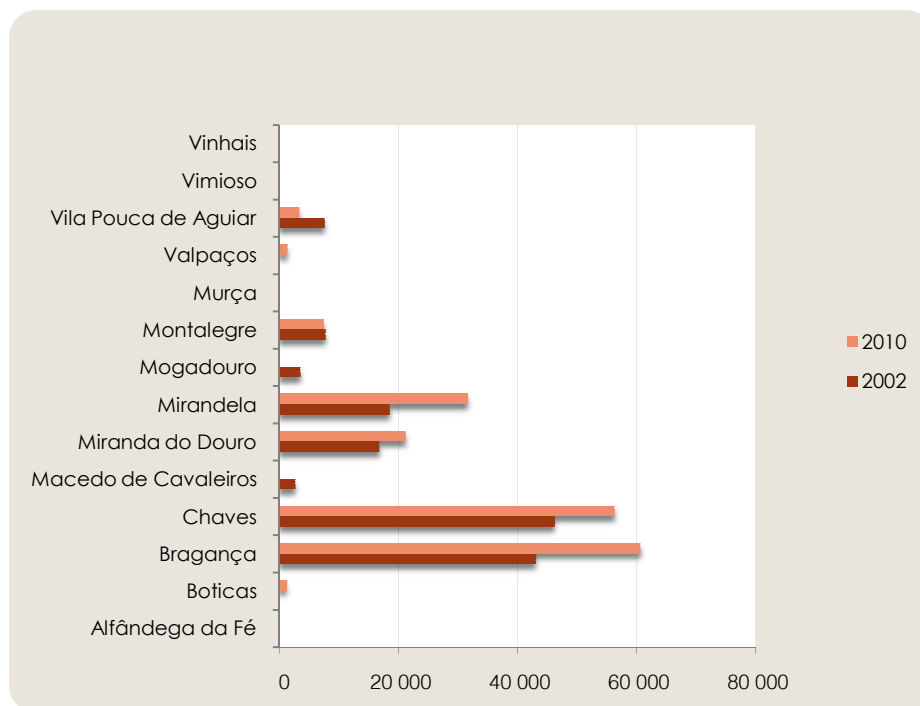
Através da análise do gráfico 07, constata-se que, embora a **capacidade de alojamento em edifícios hoteleiros** tenha decrescido ligeiramente entre 2002 e 2010 neste concelho, Chaves ocupa ainda assim, no contexto dos restantes concelhos da NUT III um lugar privilegiado, ultrapassando 30% da totalidade de alojamentos na NUT e superando os valores registados para os outros concelhos.



**Gráfico 07 | Capacidade de alojamento em edifícios hoteleiros (%) dos concelhos da NUT III**

Fonte: INE, Anuários Estatístico da Região Norte 2011

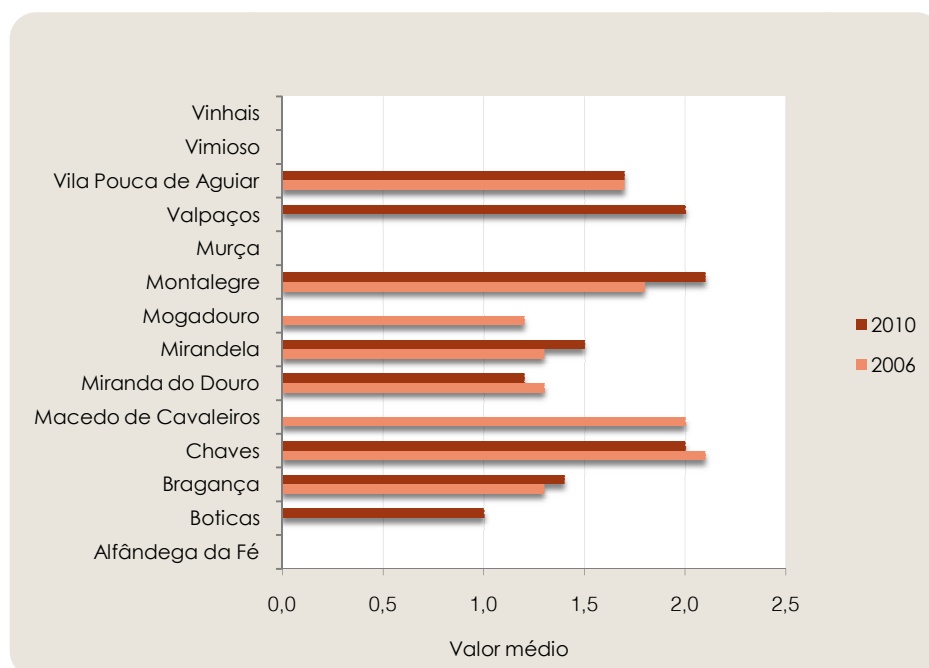
No que se refere ao **nº de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros** por concelho da NUT III, Chaves apresenta ganhos significativos para o intervalo entre os anos de 2002 – 2010, com se constata pela leitura do gráfico 08, não sendo porém tão relevantes como os verificados para os concelhos de Bragança e Mirandela. Chaves posiciona-se aqui em segundo lugar, no contexto da NUT III.



**Gráfico 08 | N° de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, nos concelhos da NUTIII,**

**Fonte:** INE, Anuários Estatístico da Região Norte 2011

A **estada média nos estabelecimentos hoteleiros**, no concelho de Chaves registou um decréscimo entre 2006 e 2010, passando de 2,1 para 2,0 dias, como se constata por observação do gráfico 9, tendo sido igualado pelo concelho de Vila pouca de Aguiar e ultrapassado pelo concelho de Montalegre, que registou uma subida acentuada.



**Gráfico 09 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros, nos concelhos da NUTIII,**

**Fonte:** INE, Anuários Estatístico da Região Norte 2011

### 2.3. QUALIDADE AMBIENTAL

De uma forma generalizada, podemos definir a expressão “qualidade ambiental” como sendo a capacidade que um determinado meio possui para satisfazer as necessidades dos indivíduos e das sociedades. Por outras palavras, traduz-se numa série de características ambientais, sejam naturais ou construídas, locais ou globais, suscetíveis de afetar o homem e outros organismos vivos.

Vulgarmente, na determinação dos parâmetros ambientais são avaliados determinados fatores, designados por “indicadores ambientais”, como sendo a qualidade do ar, da água, a capacidade produtiva de resíduos e seu tratamento, os efluentes líquidos, a capacidade produtiva de energia elétrica a partir de fontes de energias renováveis, o conforto térmico, bem como elementos de estética ambiental e as relações culturais entre o homem e o meio ambiente, nomeadamente o grau de cultura ecológica e sequente respeito pelas normas que traduzem o funcionamento normal dos ecossistemas.

A maior contribuição para a geração de impactes negativos nesta região transmontana, essencialmente nas freguesias mais populosas, prende-se com o aumento do tráfego automóvel, não só pela crescente utilização dos combustíveis fósseis, como também pelo ruído emitido por essas fontes móveis de emissão de poluição sonora.

Por outro lado, o acréscimo de produção de efluentes, sejam gasosos, líquidos, sólidos ou pastosos e cuja maior produção se concentra nas áreas/freguesias com maior índice populacional, é também um indicador que serve de base à adoção do conceito de impacto ambiental negativo.

A forma como um determinado local lida com os seus impactes, representa um importante indício de tendências, sendo que a maior parte dos fenómenos associados a esses impactes, somente são detetáveis quando a sua ocorrência apresenta episódios sucessivos.

No que concerne ao Concelho de Chaves, podemos identificar valores ambientais de grande importância relacionados, entre outros aspetos, com a presença de solos com elevada potencialidade agrícola, de que se destaca i) a veiga de Chaves, ii) espaços de proteção e conservação da natureza de que se destaca a presença da Rede Natura 2000, o rio Tâmega e lagoas associadas, iii) a paisagem rural existente um pouco por todo o Concelho, iv) as manchas florestais de considerável extensão, entre outros. Todos estes elementos carecem de uma visão e intervenção integrada, contribuindo desta forma para a sustentabilidade do Concelho. Por outro lado, podemos referir que a inexistência de grandes pressões demográficas bem como a diminuta relevância de atividades económicas poluentes, permitem que esta região detenha uma boa qualidade ambiental.

Neste contexto, os focos de poluição que até há pouco tempo eram detetados a “olho nu” no Município de Chaves relacionavam-se, essencialmente, com as descargas não

controladas de efluentes líquidos domésticos ou equiparados no Rio Tâmega, bem como despejos ilegais de resíduos sólidos essencialmente provenientes quer da atividade de construção civil, quer da utilização de compostos químicos nos espaços agrícolas.

No sentido de minorar a poluição ambiental no Rio Tâmega, foi efetuada pelo Município de Chaves e freguesias integrantes a ampliação da rede de saneamento básico e sua remodelação, cujas águas poluídas são encaminhadas, através de condutas, para a ETAR gerida pela empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro do Grupo Águas de Portugal ou para ETAR's compactas existentes em aldeias, sendo que cerca de 77,85% da população atual se encontra servida por estes sistemas.

Da mesma forma, a consciencialização no que toca à produção de resíduos urbanos, que cada vez mais toma uma proporção gigantesca ao nível dos centros urbanos, originou a criação do sistema multimunicipal de recolha de resíduos sólidos urbanos

O sistema multimunicipal RESAT foi criado em 2002, no sentido de encaminhar os resíduos sólidos urbanos produzidos no Concelho de Chaves e restantes concelhos que constituem o Alto Tâmega, nomeadamente Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Boticas, Montalegre e Ribeira de Pena. Com esta medida, para além de se ter promovido o encerramento de uma lixeira existente em Chaves, notou-se uma diminuição dos resíduos lançados em zonas não autorizadas e o seu encaminhamento passou a ser totalmente controlado, da mesma forma que se passou a ter uma noção concreta da tipologia e das quantidades de resíduos produzidos.

De referir que, a recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade do território municipal, sendo que a população abastecida pela recolha dos resíduos indiferenciados corresponde a cerca de 98%, assim como a recolha dos resíduos seletivos serve cerca de 78% da população flaviense.

Outro fator preponderante nesta temática refere-se à presença de atividade agrícola na qual se verifica a utilização não controlada de produtos químicos. Com o intuito de reconverter esta tendência, têm sido elaboradas ações de sensibilização, no sentido de incentivar os produtores agrícolas à utilização de produtos menos agressivos para o ambiente, nomeadamente fertilizantes biológicos.

Outra questão não menos importante para a cidade de Chaves, relaciona-se com a condução/elaboração de planos e estudos que visam a requalificação e/ou a valorização ambiental das áreas urbanas centrais, onde se enquadram diversos Planos de Ação elaborados para estas áreas. Estes estudos/planos têm contribuído para o melhoramento do ambiente urbano, não só através de ações de requalificação urbanística e paisagística dos espaços públicos, bem como através da limitação ao tráfego motorizado.



### 3. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO

### **3.1. OCUPAÇÃO DO SOLO, COMPROMISSOS URBANÍSTICOS E RESERVAS DISPONÍVEIS DE SOLO URBANO**

#### **3.1.1. OCUPAÇÃO DO SOLO**

A ocupação do solo constitui um dos pontos essenciais no processo de planeamento. A elaboração de qualquer instrumento de gestão territorial subentende a qualificação do solo, direcionando a sua utilização para determinado uso específico.

Pretende-se, neste ponto, compreender, embora de uma forma superficial, a influência exercida pelo PDM atualmente em vigor no contexto da ocupação, do uso e da transformação atuais do solo permitindo avaliar o seu grau de concretização.

Neste sentido, procedeu-se a uma análise da ocupação do solo à data da elaboração do PDM, bem como numa data mais atual, permitindo desta forma perceber as grandes dinâmicas ocorridas.

Por outro lado, interessa perceber as grandes linhas de orientação estabelecidas no atual PDM na vertente da ocupação do solo, plasmadas nas classes de uso definidas na Planta de Ordenamento, bem como o seu peso específico no contexto da área total do concelho de Chaves. Esta análise para além de esclarecer, de forma prática a estratégia que foi defendida para o PDM em vigor, irá permitir a avaliação genérica relativa ao grau de concretização do previsto no mesmo.

Tendo em vista uma melhor sistematização da análise pretendida optou-se por dividir esta abordagem nos seguintes pontos: i) Plano Diretor Municipal em vigor; ii) Ocupação atual do solo por grandes usos; iii) Dinâmica da ocupação do solo 1995-2003; iv) Evolução das áreas empresariais. Desta forma será possível fazer uma breve abordagem aos principais fatores que influenciam a ocupação do solo no território do concelho de Chaves.

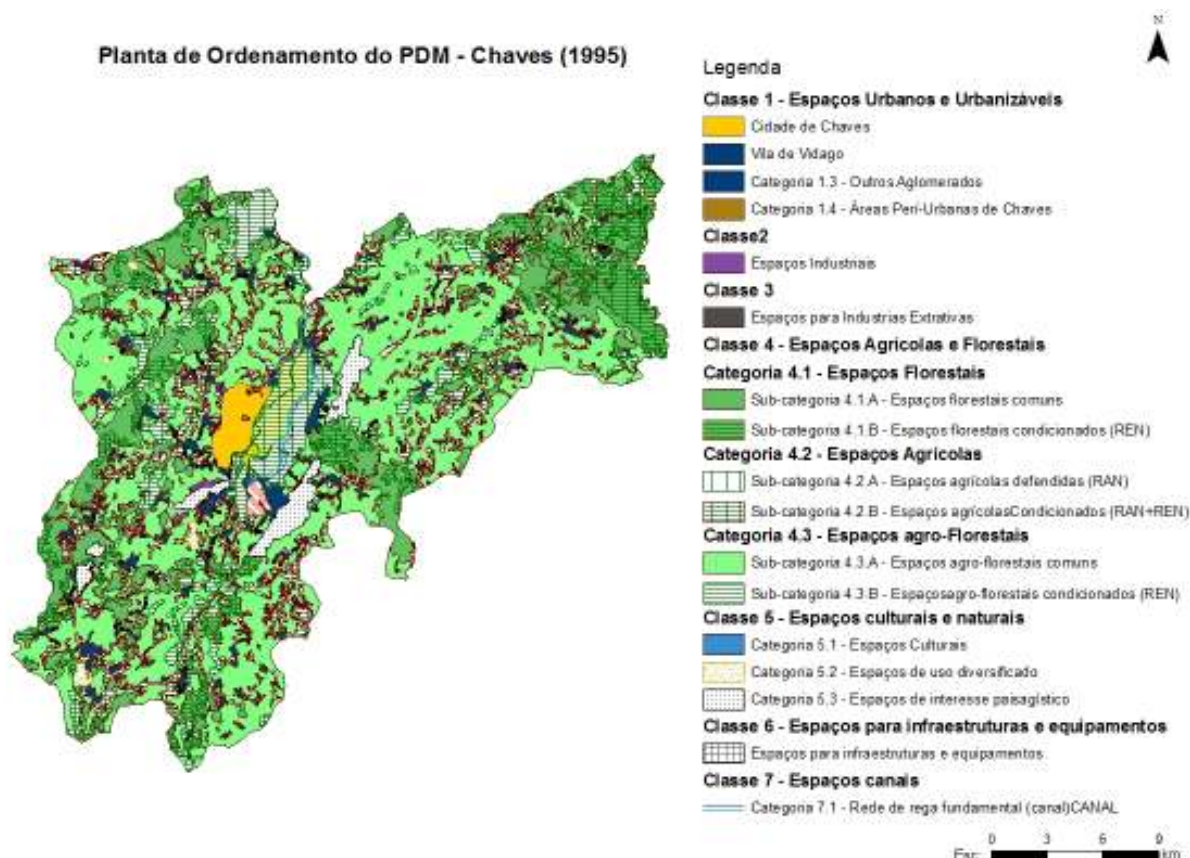
#### **PLANO DIRECTOR MUNICIPAL EM VIGOR**

O Plano Diretor Municipal de Chaves foi aprovado em Assembleia Municipal de dia 26 de Outubro 1994, ratificado por Resolução de Conselho de Ministros nº12/95, de 12 de Janeiro e publicado na 1ª série -B do Diário da República, nº 35 de 10-2-1995. Relativamente à dinâmica do Plano, este foi ao longo do seu período de vigência, objeto de procedimentos de suspensão e de alteração, conforme se pode verificar pela observação do quadro 02 abaixo apresentada, estando neste momento a decorrer o procedimento de revisão.

TIPO DE PROCEDIMENTO	DATA DE EFICÁCIA	DESCRIÇÃO/OBJETIVOS
<b>1. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL</b>	Publicada no Diário da República, II Série, nº 158, de 10 de Julho de 1996, através de Edital	Com vista a proceder à colmatação de uma lacuna no regulamento, nomeadamente no seu artigo 36.º, que se refere às "Instalações adstritas às explorações" pelo que se procedeu à respetiva alteração
<b>2. ALTERAÇÃO DO PDM</b> no lugar da <b>Lama Redonda de Cima</b> – Freguesia de Redondelo (regime simplificado)	Publicada no Diário da República II Série, nº87 de 12/04/2001, através de Declaração nº 110/2001	Esta alteração visou um acerto de cartografia (Plantas de Ordenamento e Condicionantes 46 B) no respeitante à representação gráfica de um caminho público existente e, em consequência, na redelimitação do espaço urbano e urbanizável do aglomerado urbano associado a esse mesmo caminho.
<b>3. SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM</b> e respetivo estabelecimento de Medidas Preventivas na área do <b>Parque Empresarial de Chaves</b>	Deliberação da Assembleia Municipal de 26 de Março de 2003, ratificada por Resolução de Concelho de Ministros nº 138/03, publicada no DR-I Série-B, nº199 de 29/08/2003	Este procedimento abrangeu, entre outras, a área do Parque Empresarial de Chaves, permitindo a instalação do Parque de Atividades, Plataforma Logística e Mercado Abastecedor, assim como a implantação do Casino da Zona de Jogo de Vidago-Pedras Salgadas.
<b>4. SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM</b> e respetivo estabelecimento de Medidas Preventivas na área da <b>Quinta dos Montalvões</b>	Deliberação da Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro de 2010, publicada no DR-II Série, nº50 de 12/03/2010	Este procedimento teve como objetivo a criação das condições urbanísticas e legais consentâneas com a implementação do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves (PCTC), como uma unidade territorial urbanisticamente organizada e infraestruturada, dotada de espaços ambientalmente integrados, para acolher a instalação de equipamentos públicos e/ou privados.
<b>5. ALTERAÇÃO DO PDM</b> , circunscrita à área do <b>Parque Empresarial de Chaves e respetiva envolvente</b>	Aprovada em Assembleia Municipal de dia 24 de Fevereiro de 2010 e publicada em Diário da República, 2ª série, nº 53 de 17 de Março de 2010, através do Aviso nº 5569/2010	Este procedimento traduziu-se na reclassificação e requalificação do uso do solo previsto no PDM em vigor para a área do PEC e respetiva envolvente, passando o mesmo a integrar a Classe 2 - Espaços Industriais, permitindo assim criar condições urbanísticas ajustadas ao conceito de "Área de Acolhimento Empresarial (AAE)". Ainda no âmbito desta alteração foi desenvolvida simultaneamente uma alteração por adaptação que visou para além da atualização das cartas de ordenamento e de condicionantes no que respeita a intervenções realizadas/aprovadas no PEC, proceder à representação gráfica do traçado construído do IP3/A24.

**Quadro 02** | Dinâmica do PDM (procedimentos de alteração e suspensão desde 1995)

Tendo por base a Carta de Ordenamento atualmente em vigor, foi efetuada a vectorização dos polígonos representativos de cada uma das Classes, Categorias e Subcategorias estabelecidas na Carta de Ordenamento do PDM, tendo resultado a fig. 02. Salienta-se o facto de se tratar de uma vectorização sujeita a eventuais imprecisões, uma vez estarmos a trabalhar com uma base de informação em formato papel, que ao longo do tempo sofreu distorções, desfasamentos e que em algumas situações regista dificuldades de leitura. No entanto, para a abordagem pretendida considera-se aceitável.



**Fig.02|** Planta de Ordenamento do PDM – Chaves (1995)

A medição das áreas vetorizadas permitiu quantificar o espaço ocupado por cada uma das classes, categorias e subcategorias de uso do solo aí estabelecidas, o que, em última análise, representa as expectativas e as diretrizes estabelecidas pelo PDM para o território do Concelho.

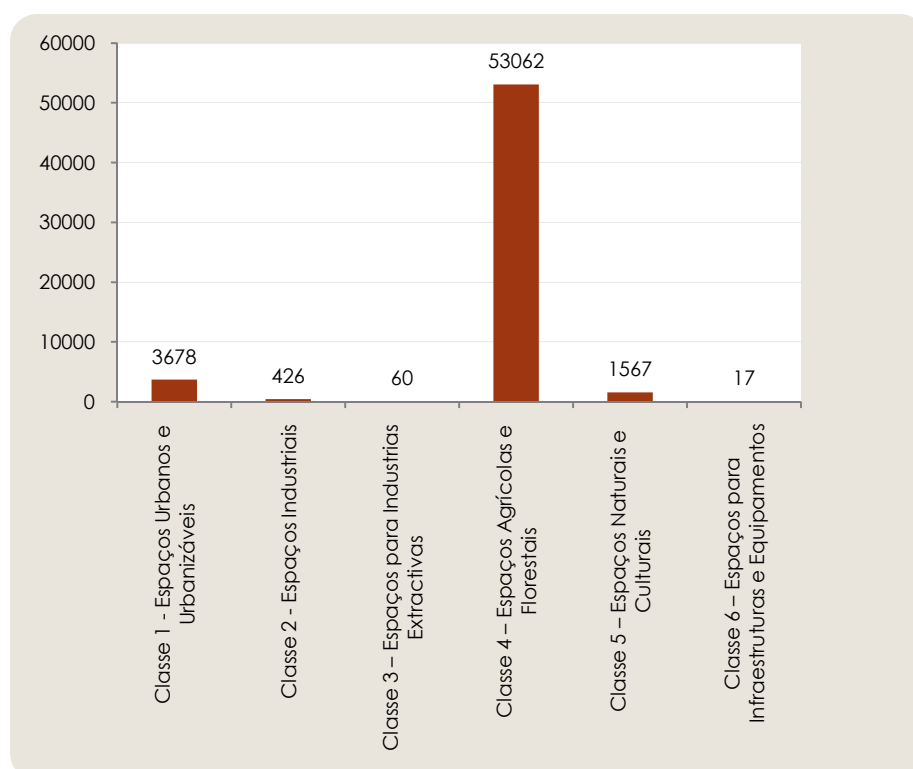
CARTA DE ORDENAMENTO DO PDM DE CHAVES			
CLASSES DE USOS DO SOLO		%	ÁREA (HA)
1.	<b>CLASSE 1 – ESPAÇOS URBANOS E URBANIZÁVEIS</b>	<b>6,2</b>	<b>3678</b>
	CATEGORIA 1.1 CIDADE DE CHAVES	1,5	889
	CATEGORIA 1.2 VILA DE VIDAGO	0,2	103
	CATEGORIA 1.3 OUTROS AGLOMERADOS	4,5	2652
	CATEGORIA 1.4 ÁREAS PERI-URBANAS DE CHAVES	0,1	34
2.	<b>CLASSE 2 – ESPAÇOS INDUSTRIAIS</b>	<b>0,7</b>	<b>426</b>
3.	<b>CLASSE 3 – ESPAÇOS PARA INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS</b>	<b>0,1</b>	<b>60</b>
4.	<b>CLASSE 4 – ESPAÇOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS</b>	<b>90,2</b>	<b>53062</b>
	<u>CATEGORIA 4.1 ESPAÇOS FLORESTAIS</u>	22,2	13089
	SUB-CATEGORIA 4.1.A ESPAÇOS FLORESTAIS COMUNS	15,0	8834
	SUB-CATEGORIA 4.1.B ESPAÇOS FLORESTAIS CONDICIONADOS (REN)	7,2	4255
	<u>CATEGORIA 4.2 ESPAÇOS AGRÍCOLAS</u>	15,0	8865
	<u>CATEGORIA 7.1 REDE DE REGA FUNDAMENTAL</u>	-	-
	<u>CATEGORIA 7.2 REDE RODOVIÁRIA FUNDAMENTAL</u>	-	-

**Quadro 03|** Classes de uso do solo constantes da Carta de Ordenamento do PDM de Chaves

CARTA DE ORDENAMENTO DO PDM DE CHAVES (Cont.)			
CLASSES DE USOS DO SOLO		%	ÁREA (HA)
4.	SUB-CATEGORIA 4.2.A – ESPAÇOS AGRÍCOLAS DEFENDIDOS (RAN)	8,9	5209
	SUB-CATEGORIA 4.2.B – ESPAÇOS AGRÍCOLAS CONDICIONADOS (RAN+REN)	6,2	3638
	<u>CATEGORIA 4.3 ESPAÇOS AGRO-FLORESTAIS</u>	52,9	31109
	SUB-CATEGORIA 4.3.A ESPAÇOS AGRO-FLORESTAIS COMUNS	47,9	28212
	SUB-CATEGORIA 4.3.B ESPAÇOS AGRO-FLORESTAIS CONDICIONADOS	4,9	2897
5.	<b>CLASSE 5 – ESPAÇOS NATURAIS E CULTURAIS</b>	<b>2,7</b>	<b>1567</b>
	<u>CATEGORIA 5.1 ESPAÇOS CULTURAIS</u>	0,1	51
	<u>CATEGORIA 5.2 ESPAÇOS DE USO DIVERSIFICADO</u>	0,3	202
	<u>CATEGORIA 5.3 ESPAÇOS DE INTERESSE PAIGISTICO</u>	2,2	1315
6.	<b>CLASSE 6 – ESPAÇOS PARA INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS</b>	0,0	17
7.	<b>CLASSE 7 – ESPAÇOS CANAIS</b>	-	-

**Quadro 03** | Classes de uso do solo constantes da Carta de Ordenamento do PDM de Chaves (cont.)

Para uma melhor perceção das áreas afetas a cada uma das classes de uso, apresenta-se graficamente os resultados das medições efetuadas. Da observação dos dados obtidos depreende-se que as classes mais representativas correspondem aos espaços agrícolas e florestais, com aproximadamente 90,2% do território classificado dentro destas duas classes.



**Gráfico 10** | Classes de uso do solo do PDM de Chaves (hectares)

A Classe de espaços urbanos e urbanizáveis ocupa uma percentagem de 6,2% da globalidade do território, enquanto as classes de espaços industriais, espaços para indústrias extrativas e espaços naturais e culturais ocupam respetivamente 0,7%, 0,1% e 2,7%.

No que se refere à classe de espaços para infraestruturas e equipamentos, observa-se que apenas uma área de 17 hectares se destina à instalação desta tipologia de uso.

Da análise efetuada a estes resultados denota-se que o PDM em vigor assumiu a forte componente agrícola/florestal presente no concelho de Chaves. Destaca-se também a aposta na componente industrial, com a criação de espaços que permitam a instalação de empresas de média/grande dimensão.

### **OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO POR GRANDES USOS**

Os principais objetivos de uma análise da ocupação do solo por grandes usos passam não só por identificar e quantificar as áreas urbanas ainda disponíveis para edificar mas, fundamentalmente, por detetar uma vertente de ocupação do solo, quantificar os usos e compará-los com a quantificação dos usos propostos. É necessário ter noção que a qualificação do solo proposta pelo PDM implica a definição de um uso principal, não necessariamente o existente à data do plano, mas aquele que se transformará no uso dominante efetivo no fim do período desse mesmo plano, de acordo com a estratégia delineada no âmbito da revisão do plano.

Como fonte de informação para este exercício recorreu-se à análise da COS'90 e da COAS 2003, adaptando as legendas por forma a permitir uma análise, tendo por base grandes usos. De referir que estas cartas se apresentam como as bases mais indicadas para o período temporal que pretendemos analisar.

Assim, a nomenclatura de ocupação do solo da COS'90 foi reclassificada para um formato mais reduzido e baseado em grandes usos, com base na análise das ocupações dominantes. O formato proposto, ainda que menos extensivo, favorece a leitura do concelho em grandes unidades temáticas e permite a sua utilização no processo de planeamento. As classes de ocupação do solo dominantes, correspondentes ao primeiro nível de informação, são:

- Espaços agrícolas;
- Espaços florestais;
- Superfícies com água;
- Áreas Artificiais.

#### **i) ESPAÇOS AGRÍCOLAS**

A agricultura do concelho baseia-se essencialmente nos cereais, nas culturas permanentes de prados e pastagens e na vinha. As áreas agrícolas representam, tal como a floresta, um importante segmento produtivo do Concelho. A ocupação ocorre principalmente na

envolvente dos aglomerados populacionais e junto às linhas de água, mas é nas zonas planas junto ao rio Tâmega (Veiga de Chaves) que atinge uma dimensão verdadeiramente significativa. Já na COAS 2003 as áreas agrícolas representam uma fatia de 21,3% do território, com 12.587 hectares de área.

#### ii) ESPAÇOS FLORESTAIS

Pelas suas características naturais, a maior parte da área concelhia é ocupada por povoamentos florestais (onde se incluem fundamentalmente pinheiros, castanheiros e carvalhos) e áreas cobertas por matos. Por motivos de reclassificação cartográfica e de forma a poder estabelecer-se uma comparação mais realista com a Carta de Ocupação do Solo de 1990, foram também incluídas nesta classe as áreas denominadas "Seminaturais", que são estruturas vegetais variadas compostas por áreas de mato, floresta degradada ou em transição. Com 43.997 hectares, esta classe representa atualmente 74,4% do território concelhio, mais 21% do total que se registava na COS`90. Realça-se ainda a ocorrência sistemática de fogos florestais, nas áreas de florestas e matos, que ao longo dos anos têm vindo a destruir este importante património do Concelho.

#### iii) SUPERFÍCIES COM ÁGUA

Tal como sucedeu com as restantes classes de ocupação do solo, também para a classe "superfícies com água" foram adotados critérios de dimensão mínima das manchas de ocupação. Com a definição de uma largura mínima cartográfica (LMC) de 10 metros e uma unidade mínima cartográfica (UMC) de 1 hectare grande parte da complexa rede hidrográfica do concelho acabou por ser "absorvida" pelas manchas adjacentes. Mantiveram-se ainda assim as principais manchas hidrográficas, com destaque para os Rios Tâmega e Mente e para as Albufeiras de Mairos, Curalha e Arcossó. As superfícies com água ocupam na carta atual de uso do solo apenas 0,4% do território, correspondentes a 213 hectares.

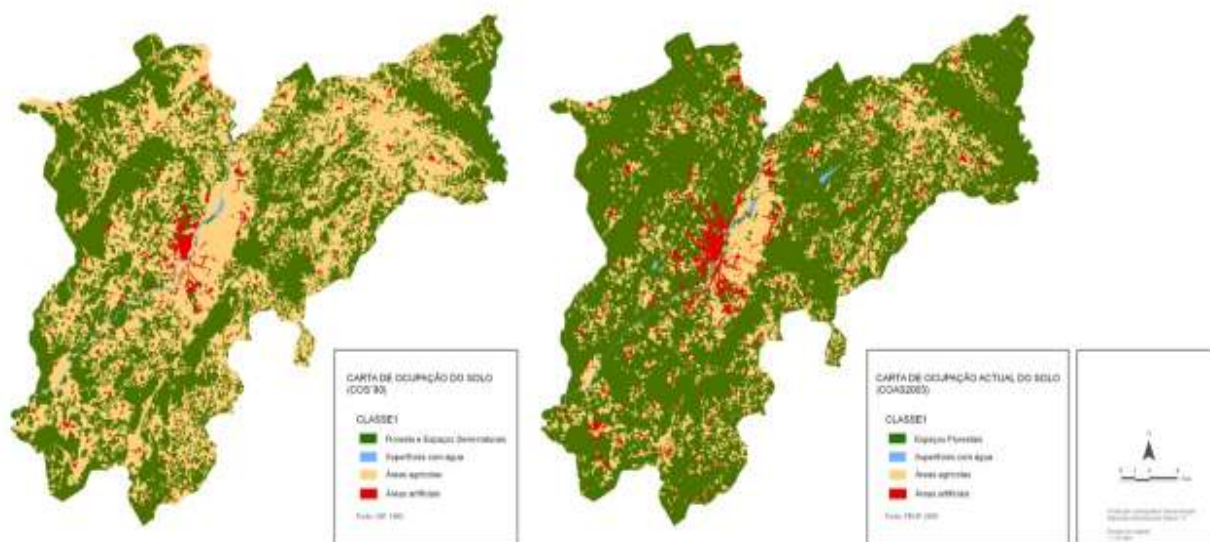
#### iv) ÁREAS ARTIFICIAIS

Esta categoria de uso do solo refere-se às manchas de ocupação onde predomina o uso habitacional, mas também abrange os espaços ocupados por equipamentos e infraestruturas, as áreas industriais, os espaços verdes urbanos e a rede viária de carácter urbano. Os Espaços Verdes Urbanos identificam as zonas verdes, parques ou jardins de uso público integrados em meio urbano. Com a exceção das áreas de extração industrial em solo rural, esta categoria equivale à ocupação urbana do concelho e servirá de base para a redefinição dos limites dos atuais perímetros urbanos.



A mancha artificial do concelho de Chaves representa apenas cerca de 4% do seu território, o que demonstra o seu carácter marcadamente rural. Do total de ocupação artificial do concelho (2.247ha) destacam-se as manchas de ocupação das freguesias de Santa Maria Maior (295ha), Santa Cruz/Trindade (135ha), Vilar de Nantes (118ha), São Pedro de Agostém (98ha), Madalena (97ha) e Valdanta (93ha), todas freguesias do núcleo central do concelho.

### DINÂMICA DA OCUPAÇÃO DO SOLO 1995-2003



**Fig. 03 |** COS'90 e COAS 2003

Segundo os dados da COS'90, no Município de Chaves predominavam os espaços florestais com 53,4 %, seguindo-se a atividade agrícola, com 43,8 % da superfície do Concelho. As duas classes de uso do solo representam juntas, nesta carta, cerca de 97 % do território concelhio. A mesma tendência se verifica em 2003, com 95,7% do território a ser ocupado pelas duas classes. Tal cenário aponta para que eventuais transformações estruturais que possam ter ocorrido na paisagem do concelho durante a última década se devam à variação destas duas classes. Apresenta-se, de seguida, um quadro síntese com os principais valores do uso efetivo do solo em 2003 e dos usos assumidos na COS'90, para o total do concelho.

USO DO SOLO	ÁREA (ha)		ÁREA (%)	
	Cos'90	Coas 2003	Cos'90	Coas 2003
ESPAÇOS AGRÍCOLAS	25.934	12.587	43,8	21,3
ESPAÇOS FLORESTAIS	31.579	43.997	53,4	74,4
SUPERFÍCIES COM ÁGUA	258	213	0,4	0,4
ÁREAS ARTIFICIAIS	1.373	2328	2,4	3,9
TOTAL (CONCELHO)	<b>59.144</b>	<b>59.125</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

**Quadro 04 |** Evolução do uso do solo

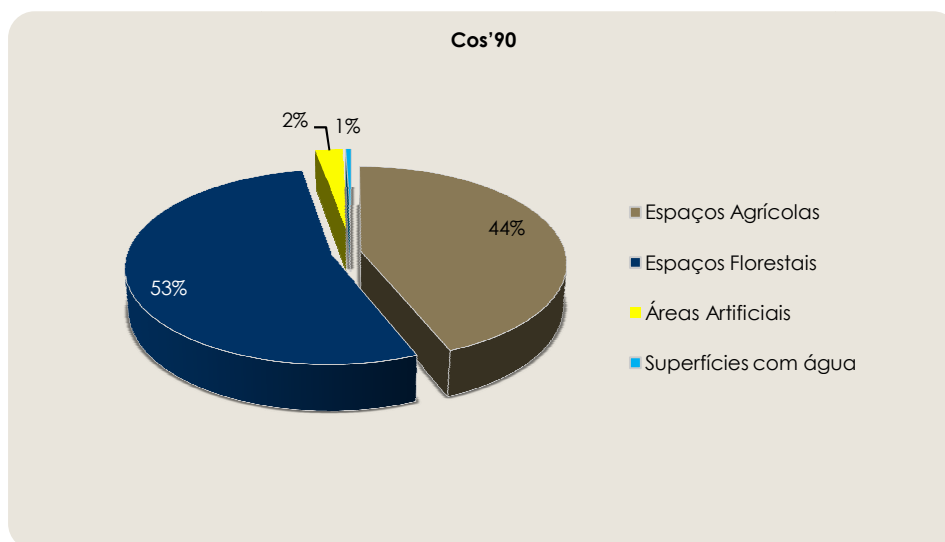


Efetivamente, de 1990 a 2003, o uso de terrenos agrícolas registou uma quebra acentuada para cerca de metade da sua área. A perda de espaços agrícolas para a classe de áreas florestais, levou ao aumento significativo das mesmas. A forte representatividade desta categoria de ocupação não é alheia à inclusão das áreas seminaturais, das áreas ardidas, incultos, etc., que têm vindo a aumentar nos últimos anos.

Ainda relativamente a esta questão pode-se verificar através dos dados constantes dos recenseamentos agrícolas, a superfície agrícola utilizada diminuiu cerca de 40% no período de 1989 para 2009, passando de 32219 hectares para 19034 hectares. Outro facto a assinalar é a diminuição, no período anteriormente referido, da importância da agricultura como fonte de rendimento principal dos agregados familiares. Se em 1989, a percentagem da superfície agrícola utilizada que não constituía a principal fonte de rendimento do agregado familiar correspondia a 30% do total, esse valor era, em 2009, de 65%.

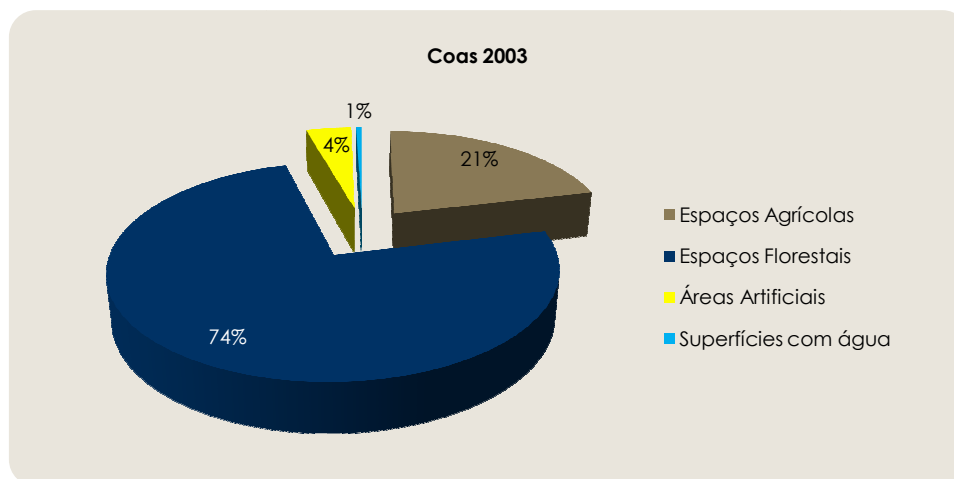
As superfícies com água do concelho registam uma ligeira quebra entre as duas cartas, de 258 hectares em 1990 para 213 hectares atualmente. Este facto deve-se fundamentalmente à escolha dos critérios de seleção de manchas, uma vez que não ocorreram fenómenos naturais de registo neste período.

Nas duas restantes classes, correspondentes à ocupação artificial do território, não se verificam variações significativas à escala do concelho. Ainda assim, ambas registaram fortes crescimentos relativos, que colocam em evidência tendências de crescimento urbano e do aparelho produtivo.



**Gráfico 11** | Uso e ocupação do solo (1995)

**Fonte:** Cos'90



**Gráfico 12** | Uso e ocupação do solo (2003)

Fonte: Coas 2003

Ao nível das áreas urbanas, regista-se um crescimento de 67,7% entre a COS'90 e a COAS 2003, um valor acima do esperado. Este valor pode ser explicado pela reclassificação de algumas áreas urbanas que se encontravam subdimensionadas na anterior carta e também pelo elevado grau de detalhe concedido às áreas artificiais na nova carta. Ainda assim, é notória a concentração de atividades na cidade de Chaves e freguesias envolventes.

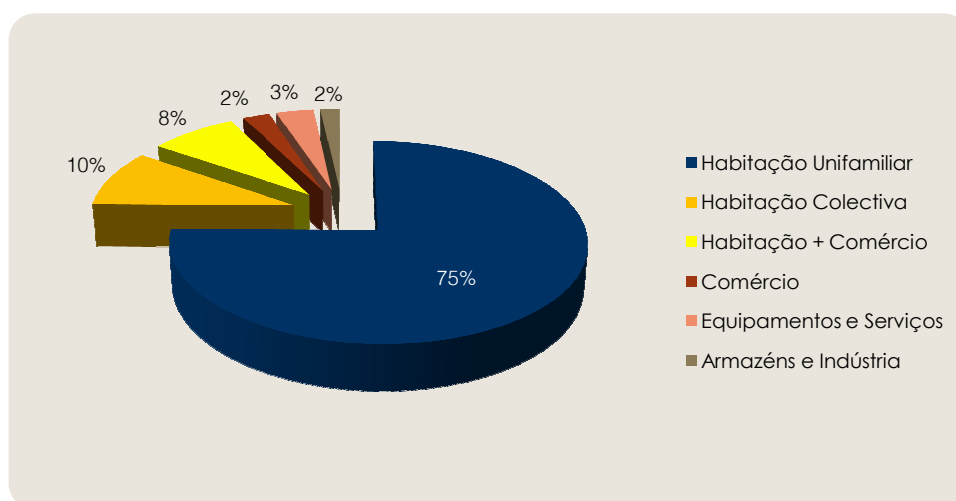
Elemento relevante para a ocupação efetiva do espaço urbano são as operações urbanísticas de loteamento. Desde o ano de 1995 até à presente data foram emitidos 91 alvarás de loteamento, conforme apresentado no quadro seguinte.

ANOS	Nº DE ALVARÁS EMITIDOS	ÁREA TOTAL DOS TERRENOS (m²)	ÁREA DOS LOTES (m²)	Nº DE LOTES					
				HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	HABITAÇÃO COLECTIVA	HABITAÇÃO + COMÉRCIO	COMÉRCIO	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	ARMAZÉNS E INDÚSTRIA
1995	4	299530	26216	46	0	0	0	0	0
1996	8	91887	64401	80	6	16	2	0	0
1997	13	383790	127531	143	30	21	1	5	1
1998	4	31888	13042	24	0	7	0	0	0
1999	10	177196	67768	91	9	11	0	1	0
2000	11	188578	98687	137	11	12	1	3	0
2001	11	236549	102091	168	10	8	0	0	0
2002	4	93177	29825	27	12	9	4	0	0
2003	5	76764	47926	52	5	12	0	0	0
2004	4	49063	31430	68	5	6	1	0	0
2005	4	98686	71458	31	0	0	1	0	0
2006	5	581410	379722	5	5	8	1	4	23
2007	2	222301	64596	16	0	0	0	4	0
2008	2	20838	20147	37	0	0	0	0	0
2009	1	3983	2787	10	0	0	0	0	0
2010	1	4956	4751	9	0	0	0	0	0

ANOS (Cont.)	Nº DE ALVARÁS EMITIDOS	ÁREA TOTAL DOS TERRENOS (m²)	ÁREA DOS LOTES (m²)	Nº DE LOTES					
				HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	HABITAÇÃO COLECTIVA	HABITAÇÃO + COMÉRCIO	COMÉRCIO	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	ARMAZÉNS E INDÚSTRIA
2011	2	197151	120898,4	109	44	0	23	30	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>2.713.703</b>	<b>1.265.367</b>	<b>1048</b>	<b>132</b>	<b>110</b>	<b>33</b>	<b>47</b>	<b>24</b>

**Quadro 05** | Número total de alvarás de loteamento emitidos (1995-2012)

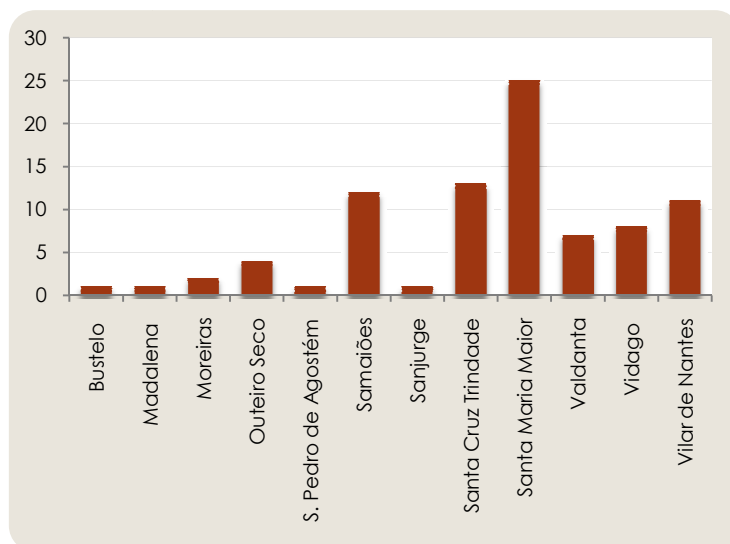
Quanto ao número e destino dos lotes constituídos, verifica-se que a maior percentagem cabe à Habitação Unifamiliar com um registo de 1048 lotes destinados para esse uso, seguida da tipologia Habitação Coletiva com 132 lotes registados. Os lotes destinados a habitação e comércio também apresentam um valor semelhante à tipologia habitação coletiva (110), sendo que os lotes destinados apenas para comércio e serviços apresentam na globalidade um valor de apenas 33 e 34 lotes respetivamente. O gráfico 13 retrata a percentagem de lotes por tipologia de uso.



**Gráfico 13** | Percentagem dos lotes por tipologia (1995-2011)

No sentido de se obter uma leitura da distribuição geográfica dos alvarás emitidos, são apresentados no gráfico 14 dados sobre o modo como estes se distribuem pelas várias freguesias.

Através de uma leitura do gráfico em causa, observa-se que Santa Maria Maior e Santa Cruz/Trindade, são as freguesias com o maior número de alvarás de loteamento emitidos.



**Gráfico 14** | Distribuição do número de alvarás de loteamento por freguesia (1995-2011)

Já para as restantes operações urbanísticas registam-se os dados apresentados no quadro seguinte:

ANOS	TOTAL		CONSTRUÇÕES NOVAS				AMPLIAÇÕES. ALTERAÇÕES E RECONSTRUÇÕES			DEMOLIÇÕES
	EDIFÍCIOS <sup>8</sup>		EDIFÍCIOS			FOGOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR	EDIFÍCIOS			
	TOTAL	PARA HABITAÇÃO FAMILIAR	TOTAL	PARA HABITAÇÃO FAMILIAR	OUTROS		TOTAL	PARA HABITAÇÃO FAMILIAR	OUTROS	
1995	316	265	242	216	26	251	55	48	7	19
1996	197	197	188	188	0	200	9	9	0	0
1997	249	247	248	247	1	249	0	0	0	1
1998	215	215	212	212	0	215	3	3	0	0
1999	287	287	284	284	0	290	3	3	0	0
2000	267	267	267	267	0	269	0	0	0	0
2001	218	218	218	218	0	224	0	0	0	0
2002	289	233	272	226	46	283	10	7	3	7
2003	240	215	239	214	25	333	1	1	0	0
2004	246	192	246	192	54	286	0	0	0	0
2005	226	180	226	180	46	275	0	0	0	0
2006	156	151	156	151	5	300	0	0	0	0
2007	174	153	148	120	2	118	146	13	13	13
2008	201	151	147	124	6	118	157	27	27	27
2009	82	74	77	72	1	71	84	2	2	3
2010	52	51	52	51	1	77	0	0	0	0
Total	3415	3096	3222	2595	213	3559	468	113	52	70

**Quadro 06** | Edifícios licenciados para construção

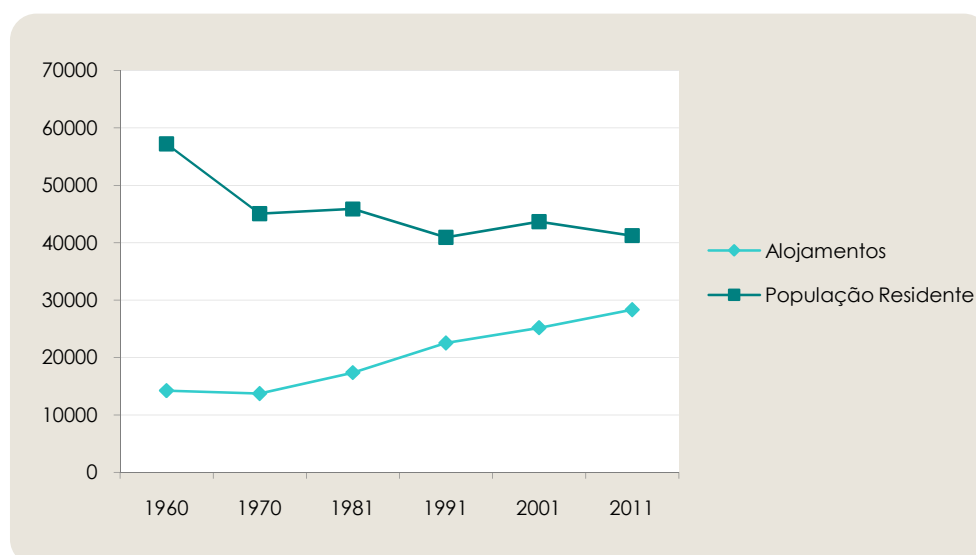
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Anuários Estatísticos 1996-2010)

<sup>8</sup> O total dos edifícios engloba também as demolições

Da análise do quadro atrás apresentado verifica-se que as licenças concedidas de novas construções para habitação familiar obtiveram um pico em 1999. Desde então o número de licenças tem, de forma geral, vindo a decair.

As licenças para construção foram concedidas principalmente para a cidade de Chaves e área periurbana, evidenciando a presença de dois fenómenos de crescimento urbano, o processo de consolidação da cidade ainda em curso e o crescimento difuso da periferia.

Relativamente ao número de alojamentos, constata-se uma tendência para o abrandamento do crescimento a partir da década de 90, quando comparado com os valores apresentados nas décadas de 60, 70 e 80, aproximando-se, na década de 90, o crescimento da população e o crescimento do número de alojamentos, aumentando em 11,78% e 6,66%, respetivamente.

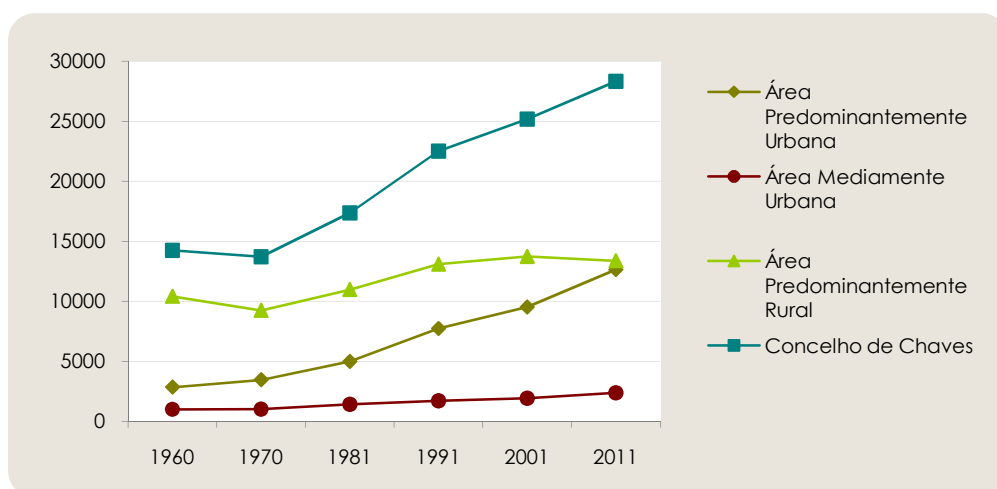


**Gráfico 15** | Evolução do número de população e alojamentos <sup>9</sup>

**Fonte:** INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação

A dinâmica construtiva a partir dos anos 60 foi mais acentuada nas freguesias centrais (correspondentes à área predominantemente urbana) do que nas mais periféricas (ver gráfico 16), iniciando-se assim um processo de urbanização da cidade de Chaves. Inicialmente (ano 1960) o número de alojamentos nas freguesias rurais (9941 alojamentos) ultrapassava largamente os existentes nas restantes freguesias, demonstrando o carácter rural que foi desvanecendo ao longo das restantes décadas.

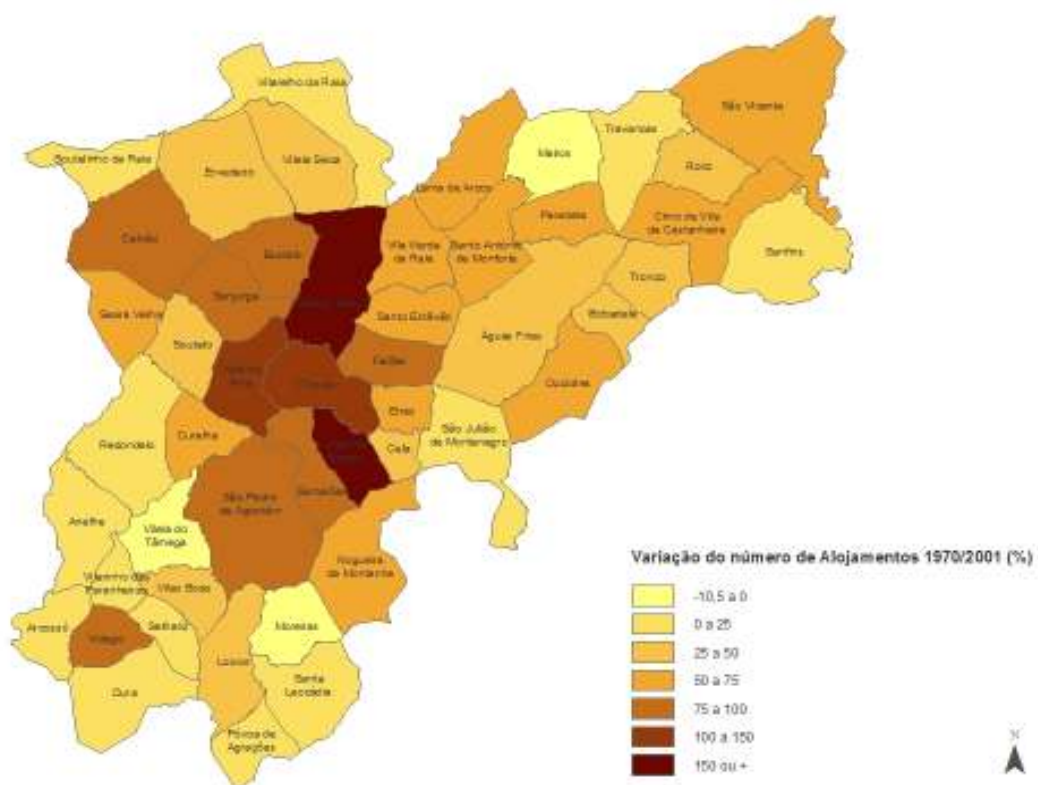
<sup>9</sup> **Nota:** O decréscimo dos alojamentos na década de 60 deve-se ao facto de ter havido alterações nos conceitos estatísticos utilizadas pelo INE para o cálculo do número de alojamentos.



**Gráfico 16** | Evolução do número de alojamentos por áreas

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação

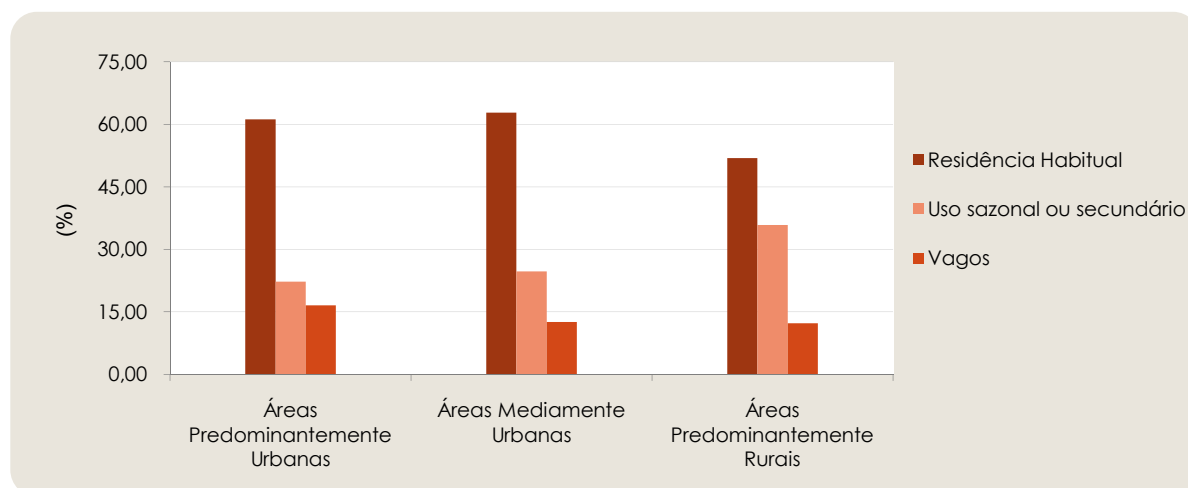
Referenciando-se as freguesias com uma maior dinâmica construtiva, observa-se que Outeiro Seco, Vilar de Nantes e Valdanta foram as que apresentaram valores mais significativos de crescimento (valores considerados 1960 e 2001). Assim, Outeiro Seco apresentou valores seis vezes superiores, passando de 269 alojamentos no ano de 1960 para 1694 em 2001, enquanto que as outras duas freguesias triplicaram e duplicaram, respetivamente, o número de alojamentos (ver fig. 04).



**Fig.04** | Evolução do número de alojamentos por áreas

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação

No que diz respeito à forma de ocupação dos alojamentos, verifica-se que os de uso sazonal possuem um peso importante principalmente nas freguesias rurais, devendo este facto estar relacionado com o número elevado de emigrantes que possuem a sua habitação no país/concelho natal, onde passam a época de férias, mantendo assim as suas “raízes”.



**Gráfico 17** | Alojamentos segundo a forma de ocupação (2011)

**Fonte:** INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação – Dados Provisórios, 2011

De salientar o número elevado de alojamentos vagos, com uma percentagem superior a 15% do número total de alojamentos familiares, nas Áreas Predominantemente Urbanas. Considerando os dados relativos ao Concelho obtém-se um valor de 14,2% para os alojamentos vagos.

Outro aspeto a assinalar é a percentagem de alojamentos com carácter de residência habitual e de uso sazonal ou secundário nas Áreas Predominantemente Rurais, em que se apresentam com valores mais próximos entre si, quando comparados com os valores obtidos para as Áreas Predominantemente Urbanas e as Áreas Mediantemente Urbanas.

Por outro lado, os alojamentos vagos apresentam, nas Áreas Predominantemente Rurais valores inferiores aos das restantes duas áreas. Estes fatos evidenciam uma realidade do mundo rural que não poderá ser analisada apenas tendo como referência o seu número de habitantes.

### **EVOLUÇÃO DAS ÁREAS EMPRESARIAIS**

Pela sua importância no desenvolvimento económico do concelho, considera-se que as áreas empresariais constituem uma parte relevante integrada na supracitada categoria das Áreas Artificiais. Assim, tem-se como necessária a referência aos vários espaços industriais existentes e considerados, no âmbito do presente relatório, em três tipologias diferentes: (i) Espaços industriais delimitados no Plano Diretor Municipal em vigor, (ii) Loteamento Industrial

da Cocanha e iii) Parque Empresarial de Chaves, conforme apresentado no quadro seguinte.

DESIGNAÇÕES DA AE		FREGUESIA	PROMOTOR E/OU GESTOR	ÁREA TOTAL DA AE (ha)	ÁREA TOTAL DE LOTES PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESAS (ha)	ESPAÇOS DISPONÍVEIS PARA INSTALAR EMPRESAS (ha)
ESPAÇOS INDUSTRIAIS DELIMITADOS NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM VIGOR	Espaço Industrial da <u>Lagarteira</u>	Outeiro Seco	Sem gestão - edificação em parcela avulsa	35,47	35,47	29,37
	Espaço Industrial do <u>Extremo/Seara</u>	Sanjurge	Sem gestão - edificação em parcela avulsa	19,30	19,30	11,87
	Espaço Industrial de <u>Bóveda</u>	São Pedro de Agostém	Sem gestão - edificação em parcela avulsa	21,95	21,95	21,25
	Espaço Industrial de <u>São Fraústo</u>	Curalha, Samaiões e Vale de Anta	Sem gestão - edificação em parcela avulsa	52,16	52,16	37,26
	Espaço Industrial de <u>Vila Verde de Raia</u>	Vila Verde da Raia	Sem gestão - edificação em parcela avulsa	32,76	32,76	22,60
	Espaço Industrial de <u>Vila Nova de Veiga</u>	São Pedro de Agostém	Sem gestão - edificação em parcela avulsa	4,47	4,47	0,00
LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA COCANHA	<u>Loteamento Industrial da Cocanha</u>	Santa Cruz/Trindade	Sem gestão - edificação em parcela avulsa	12,65	10,26	0,84
PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES	<u>Mercado Abastecedor da Região de Chaves</u> (Componente do Parque Empresarial de Chaves)	Outeiro Seco	MARC - Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A.	7,78	6,25	0,25
	<u>Parque de Atividades de Chaves</u> (Loteamento existente)	Outeiro Seco	Câmara Municipal de Chaves	9,20	6,37	4,34
	<u>Parque de Atividades de Chaves</u> (Ampliação)	Outeiro Seco	Câmara Municipal de Chaves	147,60	147,60	145,19
	<u>Plataforma Logística de Chaves</u> (Loteamento existente)	Outeiro Seco	Câmara Municipal de Chaves	9,14	5,89	4,28
	<u>Plataforma Logística de Chaves</u> (Ampliação)	Outeiro Seco	Câmara Municipal de Chaves	88,21	88,21	88,21

Quadro 07 | Áreas Empresariais do Concelho

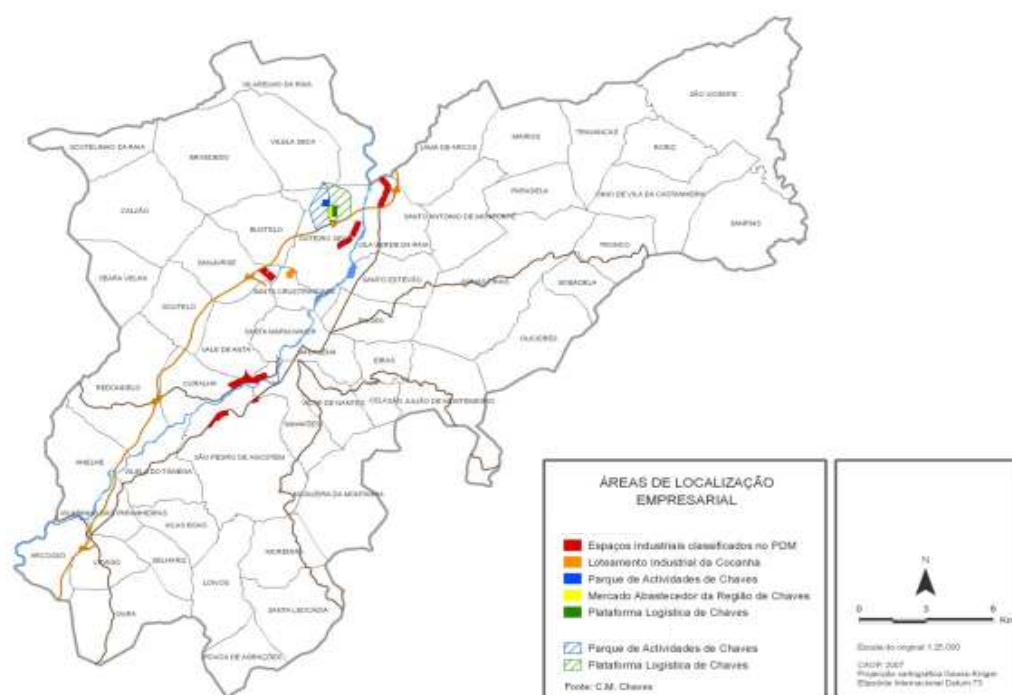


Numa breve abordagem ao quadro apresentado constata-se que a grande maioria dos espaços industriais considerados apresenta ainda reservas de solo para a instalação de novas empresas, principalmente na área do Parque Empresarial de Chaves, que foi constituído

Também de referir que, com exceção do loteamento industrial da Cocanha, integrado na Classe 1 – Espaços Urbanos e Urbanizáveis, todas as restantes áreas consideradas se encontram integradas na Classe 2 - Espaços Industriais do PDM em vigor.

A característica principal destes espaços industriais demarcados no PDM é de não possuírem uma entidade gestora, nem as infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio necessários à atividade empresarial, pois a intenção subjacente à sua classificação foi de reservar áreas para instalação de unidades empresariais, mediante operações urbanísticas avulsas, promovidas pela iniciativa privada. Exclui-se desta tipologia, o Parque Empresarial de Chaves (PEC), que representa a maior percentagem de espaço disponível para a instalação de empresas, criado mais recentemente e que integra o Mercado Abastecedor da Região de Chaves, o Parque de Atividades de Chaves e a Plataforma Logística de Chaves, constituídos respetivamente em 2005, 2006 e 2007 e ampliação destas duas últimas componentes, através de um procedimento de Alteração do PDM em 2010. O PEC cujas entidades gestora são o MARC – Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A. e a Câmara Municipal de Chaves, visa assim uma oferta integrada de serviços e infraestruturas.

A figura 05 apresenta a distribuição das áreas de acolhimento empresarial existentes no concelho de Chaves.



**Fig.05** | Localização das Áreas Empresariais no Concelho

**Fonte:** FEUP, 2008 (Estudos de caracterização da revisão do PDM)

### 3.1.2. COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

A avaliação dos compromissos urbanísticos foi realizada tendo por base a abordagem às seguintes temáticas: i) Unidades Operativas de Planeamento e Gestão previstas no Plano Director Municipal de Chaves; ii) Planos e estudos urbanísticos; iii) Projetos Municipais com relevância no território; iv) Projetos e loteamentos privados.

#### UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO PREVISTAS NO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE CHAVES

As Unidades Operativas de Planeamento previstas no PDM em vigor correspondem a espaços de ordenamento prioritariamente sujeitos a Planos Municipais de Ordenamento do Território e aos respetivos enquadramentos urbanísticos, incidindo essencialmente sobre as zonas urbanas da cidade de Chaves e da vila de Vidago. No quadro seguinte são apresentadas, de forma resumida, as várias Unidades Operativas de Planeamento atualmente constantes no PDM, os seus principais objetivos, bem como o seu estado de desenvolvimento.

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO (UOPG)	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	BREVE DESCRIÇÃO	ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
<b>UO 1 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE CHAVES</b>	Equipa externa	Esta UOPG tem como objetivo constituir-se como um instrumento de apoio à gestão urbanística da cidade de Chaves. Encontra-se em fase de reavaliação da estratégia de elaboração, mas cujas propostas de regulamento e planta de zonamento dos estudos deste Plano tem apoiado a gestão urbanística da cidade, para efeitos das disposições previstas no artigo 73º (regime transitório) do Regulamento do PDM.	<u>Não executada</u> (Plano iniciado mas não finalizado)
<b>UO 2 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VIDAGO</b>	Equipa externa	Esta OUPG tem como objetivo constituir-se como um instrumento de apoio à gestão urbanística da vila, propondo as principais orientações do seu crescimento e da sua reestruturação. Muito embora não concluído até à presente data, a gestão urbanística da vila de Vidago tem sido orientada pelos resultados derivados dos estudos do Plano de Urbanização (que propõem as principais orientações de crescimento urbano), em articulação com as disposições regulamentares previstas no PDM, designadamente no artigo 73º - Regime transitório.	<u>Não executada</u> (Plano iniciado mas não finalizado)

**Quadro 08** | Unidades Operativas de Planeamento e Gestão definidas no PDM

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO (UOPG) (Cont.)	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	BREVE DESCRIÇÃO	ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
<b>UO 3 - PLANO DE PORMENOR DA ZONA DA MADALENA (CHAVES)</b>	Chaves Polis	Esta UO visava uma área de cerca de 65 hectares, situada na margem esquerda do Rio Tâmega que envolve o Centro Histórico. A proposta preliminar de Plano, entregue em Janeiro de 2005 contemplou a criação de um contínuo verde, público, envolvendo a margem esquerda do Rio Tâmega, a jusante da Ponte de São Roque, regulamentando toda a zona de expansão urbana da Freguesia da Madalena. Visou ainda enquadrar a execução de projetos de valorização do ambiente urbano e das infraestruturas e equipamentos e espaços de utilização coletiva. As recentes alterações relacionadas com a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial (Decreto Regulamentar nº 10/2009, de 31 de Maio), acabaram por inviabilizar a continuidade da elaboração deste plano, encontrando-se o mesmo suspenso.	<u>Não executada</u> (Plano iniciado mas não finalizado)
<b>UO 4 - PLANO DE PORMENOR DO ALTO DA TRINDADE/SANTA CRUZ (CHAVES)</b>	CMC	Abrangendo uma vasta área da zona norte da cidade de Chaves, este PP foi iniciado em 1990, tendo sido interrompida em 1992. Em 2005, foi deliberada a divisão da Área do Plano de Pormenor de Santa Cruz e Alto da Trindade, passando a mesma a ser constituída por dois planos, nomeadamente o Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Chaves (PPDC), englobando uma área de 29 hectares, e o Plano de Pormenor de Santa Cruz/Trindade Zona de Expansão Nordeste, com uma área de aproximadamente 124 hectares, encontrando-se suspensos os trabalhos de elaboração de ambos os planos.	<u>Não executada</u> (Plano iniciado mas não finalizado)
<b>UO 5 – ÁREA DE AMPLIAÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE CHAVES</b> (ALTERAÇÃO AO PDM)  <b>UO 6 – ÁREA DE AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES</b> (ALTERAÇÃO AO PDM)	CMC	Estas UOPG cujo desenvolvimento se verificou através de um procedimento de alteração do PDM, justificou-se pela necessidade de serem criadas condições urbanísticas ajustadas ao conceito de "Área de Acolhimento Empresarial (AAE)", preferencialmente vocacionadas para o acolhimento de unidades empresariais de média/grande dimensão, cuja procura de localização no Concelho de Chaves se verificava na altura, devido à melhoria da acessibilidade induzida pela construção do IP3 /A24. A alteração ao PDM nesta área específica do território traduziu-se na reclassificação e na requalificação do uso do solo previsto no PDM em vigor para a área do PEC e respetiva envolvente, passando o mesmo a integrar a Classe 2 - Espaços Industriais.	<u>Executadas</u> (Execução a realizar de acordo com o previsto no Regulamento do PDM)

**Quadro 08 |** Unidades Operativas de Planeamento e Gestão definidas no PDM (cont.)

## **OUTROS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Pese embora o Plano Diretor Municipal (PDM) e o Plano de Pormenor da Fonte do Leite sejam os únicos PMOT eficazes no Município de Chaves, no que respeita ao Planeamento Urbanístico, as iniciativas da Autarquia não se esgotam em tais planos. Não obstante não se terem traduzido em processos concluídos – planos eficazes (estando a respetiva elaboração temporariamente suspensa ou ainda a decorrer), várias outras iniciativas detêm elevada

importância nos processos de ordenamento do território e de gestão urbanística. Neste âmbito são abordados, de forma genérica, outros PMOT elaborados mais recentemente para alguns espaços do território Municipal, de acordo com a designação do quadro seguidamente apresentado. Importa referir ainda que alguns dos Planos descritos no quadro seguinte, tiveram início em estudos urbanísticos/planos anteriores que, embora não tendo sido concluídos, incidem sobre as mesmas áreas de intervenção de Planos mais recentemente elaborados.

PLANOS DE URBANIZAÇÃO (PU)	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	FASE	BREVE DESCRIÇÃO	ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
<b>PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA NORTE DA CIDADE DE CHAVES (OUTEIRO SECO)</b>	CMC	-	<p>A elaboração deste Plano foi deliberada em reunião de Câmara realizada em 2 de Fevereiro de 2004, tendo sido publicada no Diário de República, apêndice n.º 91, 2.ª série, n.º 127, de 5 de Julho de 2005.</p> <p>Este PU tinha em vista a criação das condições técnicas e legais para implementar o Parque Empresarial de Chaves (PEC) destinado à localização de atividades empresariais, bem como à definição de uma estrutura urbanística adequada à expansão da área urbana da zona norte da cidade e do aglomerado de Outeiro Seco. Uma alteração de estratégia de atuação levou ao seu cancelamento, em benefício do procedimento de alteração designado por "Alteração do Plano Diretor Municipal (PDM), circunscrita à área do Parque Empresarial de Chaves e respetiva envolvente".</p>	Elaboração cancelada
PLANOS DE PORMENOR (PP)	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	FASE	BREVE DESCRIÇÃO	ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
<b>PLANO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO</b>	Chaves Polis	Proposta Preliminar de Plano	<p>Este Plano, incidindo sobre uma área de aproximadamente 47 hectares, visa essencialmente (i) a beneficiação dos espaços públicos, (ii) a beneficiação de espaços privados, através da criação de regras claras de construção, (iii) o melhoramento do tráfego e do estacionamento e a (iv) reestruturação viária na perspetiva de um incremento de áreas e de ruas pedonais. A proposta ficou pendente da apreciação por parte das entidades externas ao Município em reunião de conferência de serviços que nunca se realizou, tendo levado à suspensão de elaboração do plano.</p>	Elaboração Suspensa

**Quadro 09** | Planos Municipais de Ordenamento do Território do Município de Chaves

PLANOS DE PORMENOR (PP) (Cont.)	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	FASE	BREVE DESCRIÇÃO	ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
<b>PLANO DE PORMENOR DAS MARGENS DO TÂMEGA</b>	Chaves Polis	Proposta Preliminar de Plano	<p>Este PP abrange uma área de aproximadamente 86,0 hectares e integrava no seu programa inicial, uma série de equipamentos estruturantes para o Município tais como a área de localização da Fundação Nadir Afonso, um parque urbano estruturado em torno do rio Tâmega, um complexo de piscinas, a criação de parques de estacionamento e de lazer e uma ciclovia ao longo das margens do rio, bem como a criação de pequenas construções/serviços de apoio.</p> <p>Atendendo a várias circunstâncias, das quais se destacam: a obrigatoriedade de se proceder à avaliação ambiental do plano numa fase em que este já se encontrava em avançado estado de desenvolvimento; a necessidade de adaptação do plano às normas legais e regulamentares em vigor, principalmente, as relacionadas com o Decreto Regulamentar nº 10/2009, de 29 de Maio, que fixa a cartografia a utilizar nos IGT; bem como o esvaziamento programático a que foi sendo sujeito este plano, considerou-se conveniente a suspensão da sua elaboração.</p>	Elaboração suspensa e a aguardar decisão sobre a sua extinção
<b>PLANO DE PORMENOR DA ZONA URBANA NORTE</b>	Chaves Polis	Proposta Preliminar de Plano	<p>Este Plano, cuja área de abrangência é de aproximadamente 74,1 hectares pretendeu o reordenamento e regulamentação desta área de grande importância para a cidade, que se localiza na envolvente de um elemento marcante da cidade, o Forte de S. Neutel (Monumento Nacional). Tal Plano visou entre outros aspetos promover a requalificação da envolvente do Forte de São Neutel, a criação do Parque Multiusos de Santa Cruz, bem como a valorização e criação de canais de visibilidade estratégicos sobre os elementos mais interessantes, através da criação de espaços de aproximação ao forte de S. Neutel, evitando que novas construções interfiram com a imagem criada por este monumento.</p> <p>Atendendo a várias circunstância, das quais se destacam: a obrigatoriedade de se proceder à avaliação ambiental do plano numa fase em que este já em avançado estado de desenvolvimento; a necessidade de adaptação do plano às normas legais e regulamentares em vigor, principalmente, as relacionadas com o Decreto Regulamentar nº 10/2009, de 29 de Maio, que fixa a cartografia a utilizar nos IGT; bem como os constrangimentos previstos em termos da sua execução, considerou-se conveniente suspensão da sua elaboração.</p>	Elaboração suspensa e a aguardar decisão sobre a sua extinção

**Quadro 09** | Planos Municipais de Ordenamento do Território do Município de Chaves (cont.)

PLANOS DE PORMENOR (PP) (Cont.)	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	FASE	BREVE DESCRIÇÃO	ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
<b>PLANO DE PORMENOR DA ZONA URBANA POENTE</b>	Chaves Polis	Proposta Preliminar de Plano	Este PP abrange uma área de aproximadamente 51,5 hectares, e procura essencialmente viabilizar a criação de um contínuo verde, público, envolvendo ambas as margens da ribeira de Ribelas e, simultaneamente, promover a requalificação urbana de toda a área abrangida.	Elaboração suspensa e a aguardar decisão sobre a sua extinção
<b>PLANO DE PORMENOR DO PARQUE DESPORTIVO DE CHAVES</b>	CMC	Proposta de Plano	A elaboração deste Plano resultou da divisão do PP de Santa Cruz e Alto da Trindade, previsto na Unidade Operativa 4, delimitada nas cartas de Ordenamento do PDM em vigor.  Este Plano abrange uma área de aproximadamente 29 hectares, sendo essencialmente destinado à criação de um complexo desportivo de alta qualidade, englobando equipamentos vocacionados para a prática de vários desportos, quer ao nível de competição e treinos, com o estádio Municipal de Chaves e o Estádio do Flaviense, como a um nível de lazer, integrando amplos espaços verdes de clareira para recreio ativo e passivo livre. Atualmente a elaboração deste Plano encontra-se suspensa, aguardando redefinição de proposta.	Elaboração Suspensa
<b>PLANO DE PORMENOR DE SANTA CRUZ/TRINDADE – ZONA DE EXPANSÃO NORDESTE</b>	CMC	Caracterização e Diagnóstico	A elaboração deste Plano resultou da divisão do PP de Santa Cruz e Alto da Trindade, previsto na Unidade Operativa 4, delimitada nas cartas de Ordenamento do PDM em vigor.  Este Plano abrange uma área de aproximadamente 124 hectares, objetivando no âmbito da sua elaboração a colmatação de uma área urbana com forte pressão urbanística e estruturação de uma outra área de expansão existente na envolvente do Parque Desportivo previsto.	Elaboração Suspensa
<b>PLANO DE PORMENOR COMPREENDIDO ENTRE OS BAIROS DOS AREGOS E CASAS DOS MONTES</b>	CMC	Caracterização e Diagnóstico	Este Plano abrange uma área de aproximadamente 67,7 hectares, incidindo sobre uma zona de expansão urbana que poderia vir a constituir uma nova centralidade no contexto urbano da cidade. Assim, pretendia-se, essencialmente, viabilizar a execução de vias estruturantes, melhorar a acessibilidade aos equipamentos existentes e previstos, bem como orientar a gestão urbanística corrente. A elaboração deste plano ficou suspensa em virtude da não aceitação, por parte da DGOTDU, da dimensão da área a sujeitar a medidas preventivas, que se propunha ser equivalente à área de intervenção do PP.	Elaboração Suspensa

**Quadro 09** | Planos Municipais de Ordenamento do Território do Município de Chaves (cont.)

PLANOS DE PORMENOR (PP) (Cont.)	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	FASE	BREVE DESCRIÇÃO	ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
<b>PLANO DE PORMENOR DE REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL DE VIDAGO E A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DAS DUAS ÁREAS ENVOLVENTES</b>	GTL Vidago	Caracterização e Diagnóstico	Este Plano abrange o núcleo central de Vidago, zona escolar e áreas marginais da ribeira de Oura, procurando a sua requalificação urbanística numa área de aproximadamente 40,52 hectares. Este Plano de Pormenor foi desenvolvido até à fase de conclusão da caracterização, tendo havido uma proposta preliminar de plano, encontrando-se a sua elaboração suspensa.	Elaboração Suspensa
<b>PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE</b>	Equipa externa/CMC	Execução	Abrangendo uma área de incidência de 41,26 hectares, este plano tem como objetivos gerais o ordenamento do território, assegurando a articulação entre os usos habitacional, comércio, serviços, ecológicos, culturais e turísticos, e promovendo a respetiva reestruturação fundiária.  Este plano está em conformidade com o PDM-C, ratificado pela resolução do Concelho de Ministros n.º 12/95, publicado na 1.ª Série-B do Diário da República em 10 de Fevereiro de 1995.	Em vigor
<b>PLANO DE PORMENOR DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CHAVES</b>	Equipa externa	Proposta Preliminar de Plano	Este Plano tem como objetivo a implementação no terreno da Quinta dos Montalvões, em Outeiro Seco, de equipamentos públicos e/ou privados ligados ao ensino superior, à saúde/bem-estar, à ciência e tecnologia e ao apoio social, encontrando-se em fase de elaboração.	Em Elaboração

**Quadro 09 | Planos Municipais de Ordenamento do Território do Município de Chaves (cont.)**

Tendo em vista facilitar a perceção da localização de cada um dos Planos enunciados apresenta-se a figura 06, na qual se evidencia a concentração destes planos nos dois principais núcleos urbanos do Concelho, ou seja, Chaves e Vidago.

### **PROJETOS COM RELEVÂNCIA NO TERRITÓRIO**

Também de extrema importância para o desenvolvimento do concelho e com influência significativa na transformação do seu território, quer pela sua dimensão e relevância, são de destacar alguns projetos, muitos dos quais resultantes da implementação de Planos e programas de ação ou estratégicos. Desta forma, são apresentados no quadro seguinte os projetos mais significativos.



PLANOS/PROGRAMAS DE ACÇÃO OU ESTRATÉGICOS	PROJETO	ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
<b>MAIS CHAVES</b>	1. Reabilitação do Cine-Teatro para a Instalação de um Centro Multiusos;	Fase de aprovação do projeto de execução;
	2. Reabilitação/Remodelação do Edifício do antigo Magistério para Instalação de um Centro de Indústrias Criativas;	Fase de execução da empreitada;
	3. Reabilitação do Pavilhão da ACISAT;	Fase de adjudicação de empreitada;
	4. Parque de Estacionamento no quarteirão da Adega do Faustino;	Fase de elaboração do projeto de execução;
	5. Centro de Convívio da Madalena;	Obra em fase de conclusão;
	6. Reabilitação paisagística da Alameda de Trajano e Zona Envolvente à Ponte Romana - 1ª FASE;	Obra em fase de conclusão;
	7. Beneficiação do Largo da Iapa;	Obra concluída;
	8. Reabilitação do Baluarte e Ilha do Cavaleiro para a Criação de um Centro Interpretativo de Promoção de Produtos Regionais;	Obra concluída;
<b>CHAVES MONUMENTAL</b>	1. Valorização da Cintura Amuralhada de Chaves (Valorização das muralhas);	Fase de elaboração do projeto de execução;
	2. Construção do Museu das Termas Romanas;	Fase de adjudicação de empreitada;
	3. Musealização das Estruturas Resultantes das Escavações Arqueológicas;	Fase de preparação do lançamento de empreitada;
	4. Reabilitação do Castelo, Baluarte e Instalação do Centro Interpretativo das Muralhas;	Fase de aprovação do estudo prévio;
<b>AQUANATTUR – COMPLEXO TERMAL DO ALTO TÂMEGA</b>	1. Empreendimento turístico Aquanattur (Projeto de Interesse Nacional)	Obra concluída;
	2. Balneário Pedagógico de investigação e desenvolvimento de práticas termais de Vidago;	Fase de aprovação do projeto de execução;
	3. Requalificação da Envolvente da Aquanattur;	Fase de aprovação do projeto de execução;
	4. Vidagus Termas;	Fase de aprovação do projeto de execução;
<b>FUNDAÇÃO NADIR AFONSO</b>	1. Fundação Nadir Afonso (sede);	Fase de execução da empreitada.

**Quadro 10** | Projetos com relevância no território

Os projetos em causa localizam-se essencialmente na cidade de Chaves e envolvente próxima e na vila de Vidago.



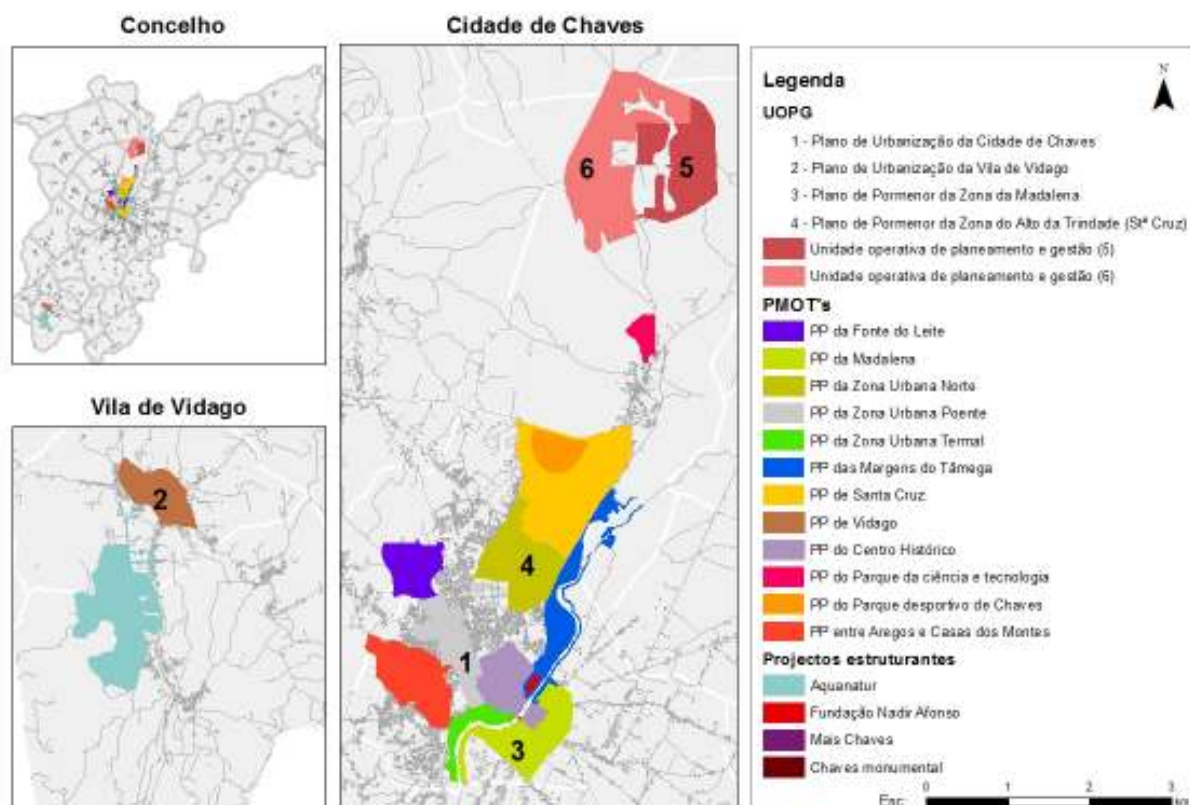


Fig.06 | Localização das áreas abrangidas por PMOT e projetos estruturantes

### 3.1.3. RESERVAS DISPONÍVEIS DE SOLO URBANO

Nas últimas décadas, a ocupação urbana de Chaves assentou num núcleo central consolidado, constituído fundamentalmente pelas freguesias de Santa Maria Maior e Madalena, rodeado por uma ocupação dispersa orientada segundo as principais vias de comunicação com o exterior, com fracas sub-centralidades e um povoamento de carácter rural. Com a entrada em vigor do primeiro PDM, em 1995, e com a adoção de critérios de zonamento e de regulamentação dos usos do solo, verificou-se um alargamento da área de influência do núcleo central para as freguesias vizinhas. As ocupações dispersas ganharam dimensão na coroa adjacente ao principal núcleo do concelho, tanto na margem direita a poente (freguesia de Valdanta), como a norte (Santa Cruz/Trindade). Na margem esquerda do Tâmega (freguesias de Vilar de Nantes, Madalena, Samaiões, São Pedro de Agostém) afirmou-se uma forte ocupação ao longo da rede viária, que se torna mais densa e plurifuncional na vertente a sudeste da cidade de Chaves.

Como em muitos outros concelhos do país, verifica-se que o PDM de primeira geração não foi capaz de induzir uma reorganização territorial que contrariasse a tendência dispersiva suburbana. No entanto, as freguesias da plataforma exterior da cidade de Chaves constituem hoje, como em 1995, territórios atrativos para a dinâmica e diversidade urbanas. Particularmente na margem direita do Tâmega, onde a introdução da autoestrada e o

reforço da rede de equipamentos e de serviços determinaram um impulso para a reconfiguração da imagem do concelho.

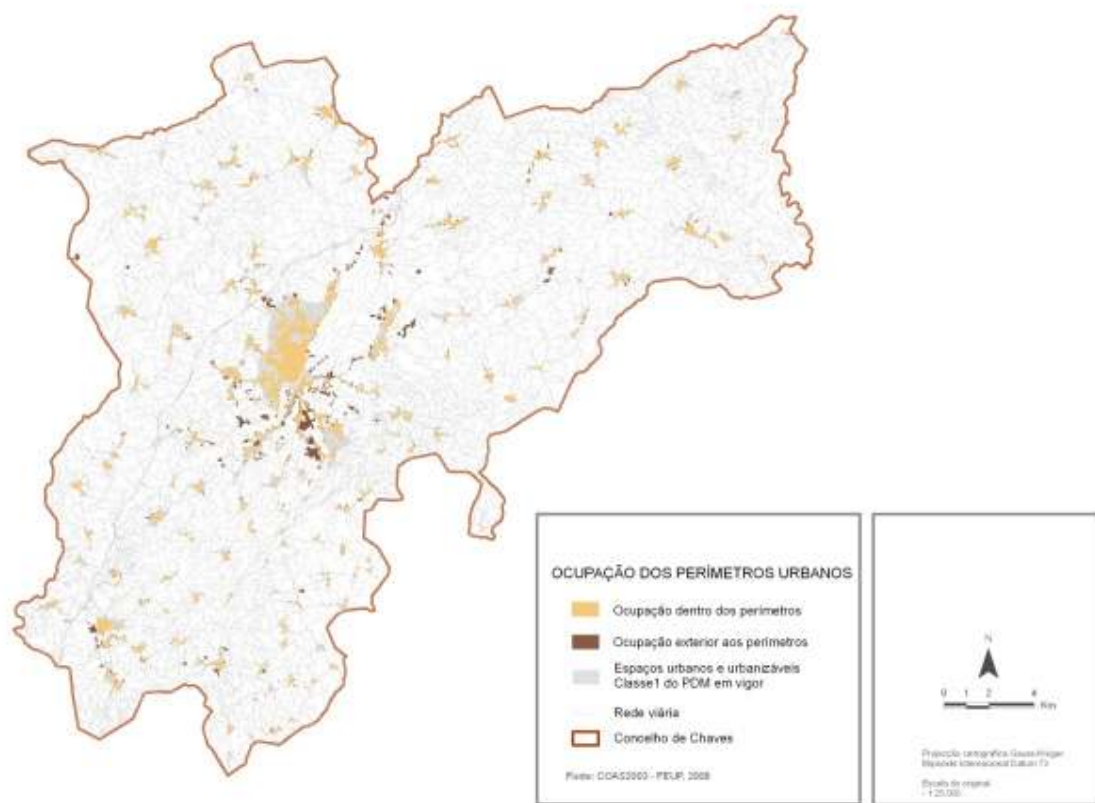


Fig. 07 | Ocupação dos perímetros urbanos atuais

Mas é também nestes espaços marginais à cidade de Chaves que se desenvolvem os principais conflitos entre atividades e usos. O recente processo de desenvolvimento da cidade vem por a nu a preocupante insistência para a ocupação das áreas sensíveis na margem esquerda do rio Tâmega, pelo que a proposta de revisão do Plano terá que delinear objetivos específicos para a contenção da expansão urbana nas freguesias em causa.

Já o segundo núcleo urbano do concelho, a vila de Vidago, apresenta-se como um aglomerado consolidado com fraco crescimento na última década, não figurando, aliás, entre as freguesias com maior ocupação dos perímetros urbanos.

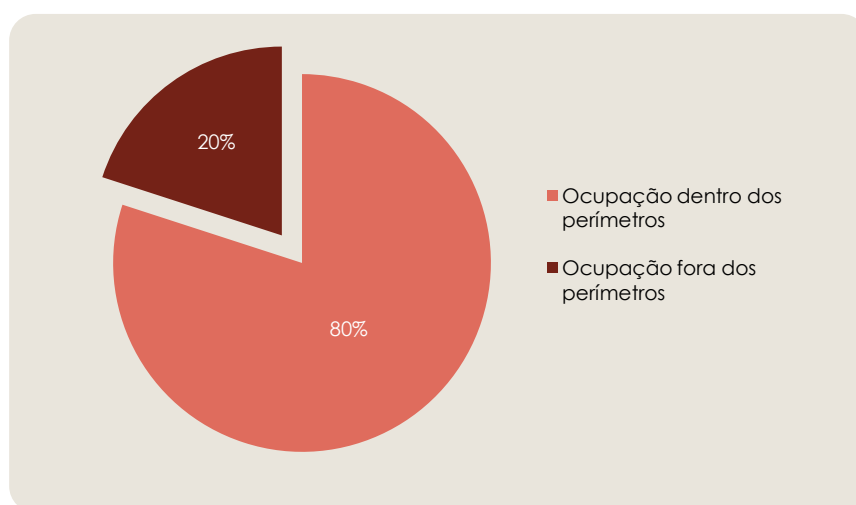
No geral a ocupação urbana do concelho define-se pelo núcleo urbano central e pela presença de pequenos núcleos rurais um pouco por todo o território. Numerosas vias interligam esta(s) rede(s) de pequenos aglomerados formando uma malha bastante densa.

A avaliação comparativa entre os usos previstos no PDM de 1995 e a ocupação atual do solo, por freguesia, revela, aparentemente, situações de maior ou menor proporção entre a

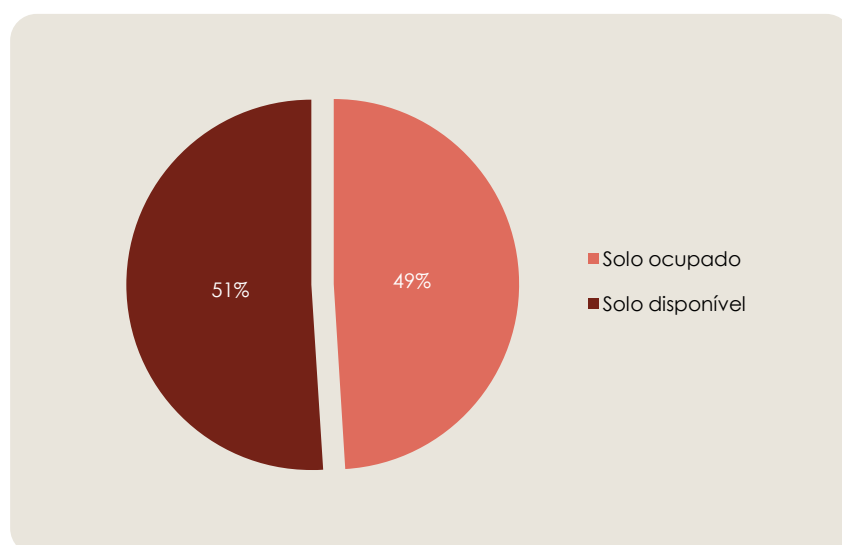
área dos perímetros urbanos previstos e a área entretanto urbanizada, apresentando, a característica comum de não se ter esgotado a oferta de solo urbano.

Este facto põe em evidência a necessidade de uma intervenção ao nível dos perímetros urbanos, para que estes integrem áreas proporcionais à procura existente, tendo sempre presente a necessidade de que estes espaços apresentem potencial urbanístico. Por outro lado, constata-se situações de ocupação urbana fora dos perímetros urbanos, na maioria dos casos, anterior a 1995.

Nos gráficos seguintes apresentam-se os valores totais, para o concelho, relativos à ocupação atual do solo urbano, tendo por base uma aproximação à realidade atual.



**Gráfico 19** | Distribuição da edificação (%)



**Gráfico 20** | Disponibilidade de solo dentro dos perímetros urbanos (%)

Em termos de balanço geral dos níveis de execução do Plano, no que respeita à ocupação do solo é possível tirar as seguintes ilações, embora com um carácter genérico:

O solo urbano delimitado nas Plantas de Ordenamento do PDM em vigor, envolve uma área total de 3.685,73 hectares, dos quais 916,80 hectares correspondem ao perímetro urbano de Chaves, evidenciando desta forma o carácter principal deste aglomerado urbano, em relação ao restante território.

Embora carecendo de um estudo mais pormenorizado, de momento pode-se afirmar que a reserva total de solo urbano, para o concelho de Chaves, em termos percentuais corresponde aproximadamente a 51% do solo atualmente classificado como Espaços Urbanos e Urbanizáveis.

Os dados obtidos, embora de carácter genérico, revelam a necessidade de se proceder a uma ponderação do território a integrar em espaços urbanos e urbanizáveis, o que poderá originar alterações dos atuais perímetros urbanos, quer pela necessidade de alteração da sua área, quer pela necessidade de ajustamento desses mesmo perímetros, tendo por base critérios de sustentabilidade e de valorização do solo com aptidão para a urbanização e sua adequação à estratégia de desenvolvimento local.

### **3.2. SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE**

#### **3.2.1. SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS**

O PDM-C teve como preocupação analisar as principais infraestruturas existentes, o modo como se organizam funcional e hierarquicamente, bem como as prioridades para a sua ampliação, tendo em conta a articulação com as redes nacionais e intermunicipais.

Assim, neste capítulo serão analisadas as seguintes infraestruturas:

- Sistema de Abastecimento de Água
- Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais
- Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos e Recolha Seletiva
- Sistema de Distribuição de Gás
- Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

#### **SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

O município de Chaves encontra-se entre os 31 municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, cuja exploração e gestão foram concessionadas à sociedade Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (AdTMAD). O sistema de abastecimento de água em “alta” do

município de Chaves está assim integrado no subsistema de Arcossó na zona oriental do Concelho e no subsistema do Alto do Rabagão na zona ocidental e central do Município.

A jusante dos subsistemas pertencentes à AdTMAD, existem os denominados sistemas de abastecimento de água em "baixa", que englobam todas as infraestruturas públicas de abastecimento de água domésticas e industriais. No município de Chaves existem 122 sistemas de abastecimento público de água em "baixa", constituídos por captação, tratamento, transporte, reserva e distribuição, sendo este o município de Portugal com maior número de sistemas públicos de abastecimento de água em funcionamento. A proliferação de captações e o número elevado de freguesias e de aglomerados foram as principais causas para esta realidade.

De acordo com dados mais recentes da Divisão de Águas e Resíduos do Município de Chaves, a percentagem de população servida atualmente por sistemas públicos de abastecimento de água no concelho é de 78,2%, verificando-se apenas uma povoação no concelho que não tem esta infraestrutura, a aldeia de Agrações, pertencente à freguesia de Póvoa de Agrações.

Atualmente, a gestão destes sistemas está dividida, encontrando-se uma parte sob alçada da autarquia e outra parte sob a alçada das juntas de freguesia.

Dos sistemas de abastecimento público de água em "baixa" existentes no Município, apenas três servem uma população superior a 1000 habitantes, (sistema de Vilarelho da Raia, Chaves e Chaves 1, incluindo-se neste último Vidago). Estes três sistemas municipais abastecem 70,82% da população do concelho. Por outro lado, mais de metade dos sistemas de abastecimento do município servem menos de 100 habitantes, o que atesta bem a proliferação de sistemas individuais ou locais de abastecimento de água, e que muitas vezes resulta em menores exigências ao nível da qualidade de água para consumo humano.

No que concerne ao tratamento e desinfecção da água é necessário referir que o mesmo apenas se realiza nos 4 sistemas de abastecimento principais - Chaves, Vila Verde da Raia, Vilarelho da Raia e Vidago – sistemas estes que no conjunto abrangem cerca de 80% da população residente.

De referir ainda, que as redes de distribuição de água que totalizam cerca de 554 km, de acordo com a *caracterização dos sistemas de abastecimento do município de Chaves*, integrada no estudo "Plano Geral: Solução adotada para os Sistemas em Alta do Sistema Multimunicipal de Água e Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro", efetuado em 2001 para a empresa AdTMAD, encontravam-se em grande parte envelhecidas ou em mau estado de conservação. Posteriormente, já foram realizadas algumas intervenções pontuais para melhorar o estado de conservação da rede, mantendo-se no entanto a necessidade de mais intervenções neste âmbito.

Salienta-se ainda que a empresa AdTMAD estima elevar a taxa de cobertura do abastecimento de água a 95% da população, contudo a cobertura em “alta” está condicionada à remodelação dos sistemas em “baixa”.

### **SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS**

No concelho de Chaves definiu-se a implementação de 5 subsistemas em “alta” de drenagem e tratamento de águas residuais. Cada subsistema abrange os emissários principais, as eventuais estações elevatórias e ETAR.

No que respeita aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais em “baixa”, estão atualmente em funcionamento no concelho de Chaves, 37 Estações de Tratamento de Águas Residuais compactas (ETAR) sob a responsabilidade do Município, mais 3 sob a responsabilidade das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e 29 Estações Elevatórias (EE).

Dada a grande dispersão e dimensão dos aglomerados populacionais existentes no Concelho, optou-se pela criação de sistemas autónomos por estações de tratamento do tipo pré-fabricado, compactas, construídas de modo a garantir a descarga dos efluentes dentro dos valores limites de emissão definidos na legislação. As ETAR foram dimensionadas para o maior número de efetivos populacionais servidos (residentes + flutuantes) verificado no período de projeção da obra tendo em atenção a capacidade que apresentam em termos de adaptação às várias condições de serviço.

De acordo com os dados mais recentes da Divisão de Águas e Resíduos do Município de Chaves, o nível de cobertura da população servida por sistemas de drenagem de águas residuais no concelho é de 77,85 %, sendo de referir que das 51 freguesias do concelho, apenas 32 têm sistema de drenagem de águas residuais em todas as suas aldeias/lugares.

### **SISTEMA DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)**

O Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de RSU do Alto Tâmega, no qual o Município de Chaves se encontra integrado, iniciou a sua atividade em Chaves, em julho de 2002. Até esse momento, a recolha seletiva era praticamente residual e a recolha indiferenciada era depositada na lixeira municipal.

A entrada em funcionamento do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de RSU do Alto Tâmega iniciou uma nova etapa na gestão dos RSU, permitindo cobrir a totalidade da população de serviços de recolha de RSU.

Em 2007, o sistema multimunicipal, cuja gestão e exploração estão concessionadas à RESINORTE, S. A., servia uma população estimada de 102.408 habitantes abrangendo uma área de cerca de 2.922 km².

De acordo com os últimos dados levantados pela Câmara Municipal (abril de 2012), e confirmados pela RESINORTE, S.A., (dados estes já remetidos à ERSAR para devida publicação), a proporção de alojamentos atualmente servidos por sistema de recolha de RSU no concelho é de 98%, valor muito satisfatório tendo em conta a dimensão do território municipal e a baixa densidade populacional nas freguesias rurais. Neste seguimento, verifica-se, que no principal aglomerado urbano, cidade de Chaves (freguesias de Santa Maria Maior, Madalena e Santa Cruz/Trindade) a cobertura da população abrangida por sistema de recolha de RSU é de 100%. No segundo maior aglomerado urbano do concelho, vila de Vidago, a cobertura da população é de 98%. Este valor, à semelhança do que acontece nas restantes freguesias do concelho, com cariz mais rural, cuja cobertura da população abrangida por sistema de recolha de RSU varia entre os 86% e os 99%, justifica-se pelo facto da grande dispersão de alojamentos no território, encontrando-se bastantes casos de alojamentos residuais, como por exemplo quintas, que se localizam mais afastados dos aglomerados. Devido à geografia do terreno e à tipologia dos veículos utilizados na recolha dos RSU, a tarefa de recolha apresenta algumas dificuldades, sendo que em algumas situações é mesmo impossível de executar.

No que se reporta ao sistema de recolha seletiva, a cobertura de alojamentos no concelho é de 78%. Tal como acontece no sistema de recolha de RSU, a cidade de Chaves tem uma cobertura de 100% e a vila Vidago uma cobertura de 98%. As restantes freguesias apresentam uma cobertura bastante deficitária, uma vez que este sistema de recolha é apenas existente nas aldeias principais das freguesias, verificando-se mesmo em algumas freguesias a inexistência destas estruturas de deposição.

De referir ainda que, a entrada em funcionamento do sistema permitiu o encerramento e recuperação ambiental de uma lixeira no concelho e a construção de novas infraestruturas de recolha, tratamento e destino final de RSU, espalhadas pelo Alto Tâmega.

### **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS**

A Rede Nacional de Transporte do Gás Natural (RNTGN) é operada pela Transgás S.A. em regime de concessão. Esta rede não abrange a totalidade país por não se mostrar economicamente viável em certas regiões de Portugal. Assim, para colmatar esta falha foram criadas Unidades Autónomas de Gás Natural Liquefeito (UAG) em diversos pontos do país, entre os quais, Trás-os-Montes.

A UAG de Chaves, pertencente à empresa Transgás, localiza-se na Várzea, freguesia de Samaiões, e iniciou o seu fornecimento em Fevereiro de 2000. É constituída por dois reservatórios criogénicos para armazenamento de GNL com capacidade de armazenamento de 80 m<sup>3</sup> cada.



A partir da UAG é realizada a distribuição de gás natural em Chaves pela empresa Duriensegás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A., sendo esta atividade exercida em regime de serviço publico. A área de influência desta rede abrange a cidade de Chaves, desde o Casino até à localidade de Vilar de Nantes, assim como do Parque Empresarial de Chaves até à empresa VitroChaves. Além de possuir ligações domésticas, de comércio e de setor terciário, abastece serviços de relevo (escolas, hotéis e hospitais), o Parque Empresarial de Chaves e sectores de indústrias de referência do concelho, nomeadamente as indústrias do vidro e da cerâmica, dadas as vantagens ao nível do rendimento e da manutenção dos equipamentos usados nesses sectores.

Em 2008 foi construída uma nova UAG em Chaves, localizada na freguesia de Vidago, constituída por um reservatório criogénico para armazenamento de GNL com capacidade de armazenamento de 120m³. O objetivo principal desta UAG foi a de abastecer o novo empreendimento turístico do Parque de Vidago, mas a sua construção permite igualmente o abastecimento de gás natural às freguesias de Vidago, Oura, Loivos do município de Chaves e a freguesia de Pedras Salgadas do município de Vila Pouca de Aguiar.

O gás natural e a energia elétrica são as fontes de energia mais utilizadas nos sistemas de aquecimento central, possuindo, no entanto, o gás natural um custo de utilização mais acessível. De acordo com os Censos 2001, a proporção de alojamentos familiares de residência habitual com sistema de aquecimento central era de apenas 14,5%. Efetuando uma análise por freguesia, verifica-se que nas freguesias periurbanas, onde se houve um maior número de novas construções, a taxa de cobertura de alojamento com aquecimento central foi maior. Por outro lado, na maioria das freguesias de montanha e por isso mais frias, com cotas superiores a 600m, a taxa de cobertura não ultrapassava os 10%. De salientar o facto de que na altura do levantamento censitário a rede de distribuição de gás tinha entrado em funcionamento há pouco tempo, cobrindo apenas uma pequena parte da cidade.

Sob o ponto de vista urbanístico, considerando fatores de segurança, funcionalidade e conforto, salienta-se o facto de a rede coletiva de abastecimento de gás constituir atualmente uma exigência básica em alternativa ao sistema de distribuição e consumo de botijas de gás para consumo doméstico (Costa Lobo, 1998). De acordo com o PROT-N, a ligação à rede de gás, sempre que disponível no local, deve ser um requisito, a integrar no licenciamento, para todos os edifícios com cozinha e/ou produção de água quente.

### **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

O setor elétrico existente no concelho de Chaves compreende o desenvolvimento das atividades de transporte e de distribuição de eletricidade.



A estrutura de rede de transporte de eletricidade que abastece atualmente a região de Chaves, explorada pela Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT), é constituída desde 1996, apenas por uma derivação em T da linha Alto Rabagão, com um comprimento total de cerca de 70 km e que liga Chaves à Central do Alto Rabagão. Contudo, a fiabilidade da alimentação à região não é a mais desejável, dado não existir uma linha alternativa, no caso da eventualidade de falha da rede. Esta linha termina na subestação de transformação de Chaves da Rede Elétrica Nacional (REN) que se localiza na periferia da cidade de Chaves, na freguesia de Samaiões.

A distribuição de eletricidade, concessionada à EDP Distribuição, processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND) constituída por infraestruturas ao nível da Alta Tensão (AT) e Média Tensão (MT), assim como da exploração das redes de distribuição de Baixa Tensão (BT).

O município de Chaves é atualmente atravessado por cinco linhas de AT, com tensão nominal de 60 kV, da RND, nomeadamente:

1. Chaves-Bouçoais;
2. Chaves-Morgade;
3. Chaves-Valpaços;
4. Chaves-Vidago;
5. Vidago-Soutelo.

Com o intuito de baixar o nível de tensão para poder ser distribuída em média tensão, no Município de Chaves localizam-se duas subestações de relação de transformação 60/15 kV, próximas das zonas de maior consumo, nomeadamente, Chaves (junto à subestação da RNT, freguesia de Samaiões) e Vidago (interior da vila).

Relativamente à rede de distribuição em MT do Município de Chaves, o transporte de energia elétrica é efetuado desde as subestações até aos postos de transformação numa extensão total de 380 km de linhas elétricas em tensão nominal de 15 kV. Recentemente, foram concretizadas novas linhas em média tensão, com o propósito de ligar, quer o parque eólico de Mairos, quer o Parque Empresarial de Chaves, à subestação de Chaves da EDP Distribuição.

Relativamente à rede de distribuição em BT, esta é constituída pelos postes de transformação, linhas de BT, ramais, instalações de iluminação pública e aparelhos e acessórios ligados à sua exploração. As linhas de BT levam a energia elétrica desde os postos de transformação, ao longo das ruas e caminhos até aos locais onde é consumida em BT.

De acordo com os dados mais recentes da Divisão de Águas e Resíduos do Município de Chaves, o concelho encontra-se dotado de infraestruturas elétricas em quase 100% do

território. Existem no entanto, alguns pontos dispersos sem infraestruturas, como sejam habitações estabelecidas em quintas afastadas dos aglomerados principais, que, pela distância às redes carecem de infraestruturas com custos muito onerosos. De salientar que este tipo de equipamento habitacional está disperso por todo o concelho e não representa mais que 1% dos consumidores.

### 3.2.2. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

A rede de equipamentos e serviços deve atender ao contexto territorial do concelho, considerando as características das estruturas sociais e económicas, as características de povoamento e os níveis e tipologia dos problemas presentes e emergentes.

A revisão do PDM-C tem como preocupação a análise da rede de equipamentos coletivos existentes no concelho, bem como a análise da evolução destes comparativamente com a situação existente à data de realização do PDM em vigor.

Assim, no quadro seguinte apresentam-se as tipologias de equipamentos existentes, e respetiva quantificação no concelho de Chaves, organizados de acordo com o domínio e área sectorial em que se inserem:

DOMÍNIO E ÁREA SECTORIAL	TIPOLOGIA		QUANTIDADES
JUSTIÇA	Tribunal		1
	Cartório Notarial		2
	Estabelecimento Prisional		1
	Conservatório Civil		1
	Conservatório Predial e Comercial		1
EDUCAÇÃO E ENSINO	Pré-escolar		37
	Ensino Básico	1º Ciclo	24
		2º Ciclo	3
		3º Ciclo	3
	Ensino secundário		3
	Ensino Profissional		2
	Ensino Superior		2
SAÚDE	Centro Hospitalar		1
	Centro de Saúde		2
	Extensão de Centro de Saúde		2
	Unidade de Saúde Familiar		1

Quadro 11 | Tipologia de Equipamentos presentes no concelho

DOMÍNIO E ÁREA SECTORIAL (cont.)	TIPOLOGIA	QUANTIDADES
<b>SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL</b>	Termas	1
	Serviços Locais de Segurança Social	2
	Creche	12
	Lar de Crianças e Jovens	2
	Centro de ATL	7
	Lar de Idosos	13
	Centro de Dia	4
	Centro de Convívio	9
	Unidade de Apoio a Deficientes	4
	Centro Comunitário	2
	Apoio a Toxicodependentes	2
	Infância e Juventude – Comissão de Proteção de crianças e jovens	1
<b>PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA PÚBLICA</b>	Polícia de Segurança Pública - Esquadra	1
	Guarda Nacional Republicana – Destacamento da GNR e/ou Posto	4
	Proteção Civil – Corpos de Bombeiros	4
	Proteção Civil – Cruz Vermelha Portuguesa	1
<b>DEFESA</b>	Quartel	1
<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>	Câmara Municipal	1
	Junta de Freguesia	51
	Posto de Atendimento ao Cidadão	5
<b>FINANÇAS</b>	Serviço de Finanças	1
<b>EMPREGO E FORMAÇÃO</b>	Centro de Formação Profissional	2
	Centro de Emprego	1
<b>CULTURA</b>	Biblioteca	1
	Museu	7
	Auditório	6
	Cinema	1
	Centro Cultural	1
	Sala de Exposições	9
<b>DESPORTO</b>	Grandes Campos de Jogos (Campos de Futebol)	86
	Pequenos Campos de Jogos (polidesportivos, campos de ténis, basquetebol, voleibol, andebol, ginástica, ténis de mesa)	42
	Pavilhão e Salas de Desporto (pavilhões desportivos, Salas de desporto polivalentes)	7
	Piscina	2
	Pista de Atletismo	1
	Instalações Especiais (campo de golf, carreira de tiro, pista de motocross, caminhada, escalada, karting)	7
<b>RECREIO E LAZER</b>	Parque Urbano	2
	Parque Infantil	25
	Parque de Diversões	1
	Parque de Campismo	1
	Parque de Lazer	25
	Jardim Público	1
	Praia Fluvial	4

**Quadro 11 |** Tipologia de Equipamentos presentes no concelho (cont.)

DOMÍNIO E ÁREA SECTORIAL	TIPOLOGIA	QUANTIDADES
RELIGIÃO	Igreja	61
	Capela	205
	Santuário	3
	Cemitério	98
	Casa Mortuária	29

**Quadro 11** | Tipologia de Equipamentos presentes no concelho (cont.)

A análise do quadro apresentado permite constatar que o concelho disponibiliza um número razoável de equipamentos ao nível de todo o concelho, garantindo uma oferta superior ao leque mínimo de equipamentos e serviços fundamentais à qualidade de vida dos residentes e à sustentabilidade dos territórios que polarizam, definidos no PROT-N. De referir que o número total de equipamentos apresentado no quadro não corresponde diretamente ao somatório apresentado para cada tipologia, uma vez que existem equipamentos que integram varias tipologias, tendo os mesmos sido contabilizados pelo número de tipologias que disponibilizam, situação que se verifica principalmente nos domínios da *Educação e Ensino, Solidariedade e Segurança Social, Cultura e Desporto*.

Já no que respeita ao estado de conservação dos mesmos e qualidade das infraestruturas disponibilizadas, refere-se que constituem uma questão a abordar no respetivo estudo setorial, por forma a avaliar a qualidade dos mesmos, e das respetivas redes de cobertura do concelho, a identificar eventuais carências e a ponderar a eventual necessidade de intervenção.

De salientar que a intervenção nas redes de equipamentos terá por base, tal como descrito no PROT-N, o grande desígnio de *“assegurar a equidade territorial na provisão de equipamentos coletivos e o acesso de todos os cidadãos aos serviços de interesse geral, quer os básicos quer os mais diferenciados, e potenciar o contributo de algumas infraestruturas e equipamentos para a qualidade de vida e competitividade do território”*.

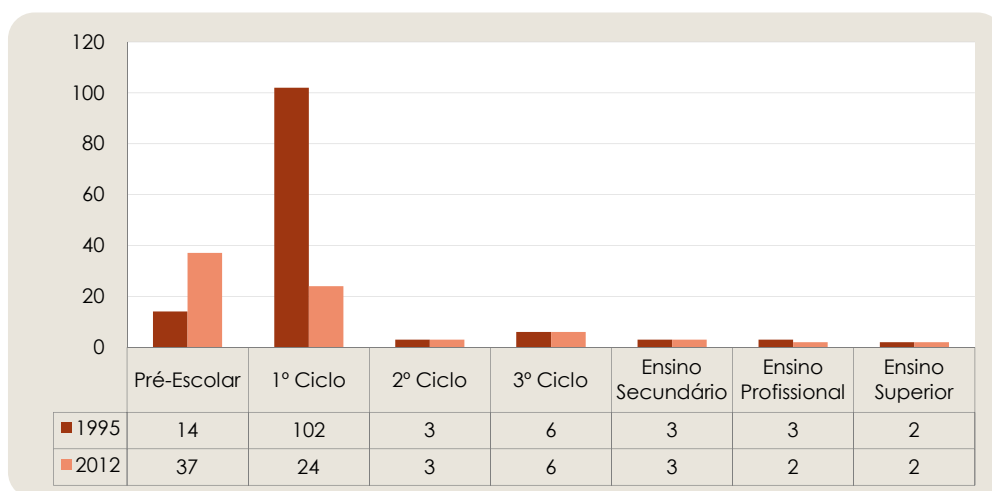
Analisando a evolução desde 1995 até à presente data, constata-se que houve um aumento de oferta a nível de equipamentos, especialmente nos domínios da *Solidariedade e Segurança Social, Cultura, Desporto e Recreio e Lazer*, devendo-se o aumento de grande parte destes a intervenções de iniciativa pública.

No âmbito do PDM-C, aquando da sua elaboração em 1995, foram realizados estudos sectoriais de equipamentos de acordo com os diferentes domínios, abordando especificamente os equipamentos de educação e ensino e os equipamentos de saúde.

Neste contexto, de seguida faz-se uma análise mais aprofundada destas duas tipologias de equipamento.

## EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO

Atualmente, no concelho de Chaves existe um total de 66 estabelecimentos de ensino que abrangem desde o pré-escolar até ao nível de ensino superior, integrando um número estimado de 6 710 alunos, sendo a distribuição dos estabelecimentos, de acordo com o grau de ensino ministrado, realizada conforme o gráfico seguinte.



**Gráfico 21** | Número de estabelecimentos de ensino

**Fonte:** Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural do Município de Chaves<sup>10</sup>

De salientar que o mesmo estabelecimento é contado tantas vezes quantos os graus de ensino que ministra. Assim, e atendendo ao gráfico apresentado, tem a referir-se que atualmente, dos 37 estabelecimentos de pré-escolar, 16 têm também a valência de 1º ciclo, contemplando ensino público e privado. Os 3 estabelecimentos do 2º ciclo do ensino básico têm também a valência de 3º ciclo, assim como os 3 estabelecimentos de ensino secundário contemplam também o 3º ciclo do ensino básico.

Analisando o PDM em vigor, mais especificamente o estudo sectorial da rede escolar, verifica-se que, à data da sua elaboração (1995), existiam 127 estabelecimentos de ensino oficial, distribuídos de acordo com o representado no gráfico 21, integrando os mesmos um total 9 477 alunos, dos quais 8 977 se encontravam em regime diurno e 500 em regime noturno. Refere-se que dos 6 estabelecimentos contabilizados no 3º ciclo do ensino básico, tal como acontece atualmente, 3 têm também a valência de 2º ciclo e os outros 3 abrangem também o ensino secundário.

Da análise dos dados apresentados, verifica-se que em 1995, o número de estabelecimentos do 1º ciclo era muito mais elevado que atualmente, havendo uma grande dispersão dos mesmos pelo território. Tal como já se previa, verificou-se uma crescente deslocação da população para os principais núcleos urbanos do concelho, que conjuntamente com a

<sup>10</sup> Dados fornecidos pela Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural do Município de Chaves, em maio de 2012, para efeitos do levantamento e mapeamento dos equipamentos coletivos existentes no concelho.

regressão demográfica e consequente diminuição da população em idade escolar, levou ao encerramento de algumas escolas, uma vez que não é justificável atualmente, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista educativo, manter algumas escolas das aldeias com um número reduzido de alunos. No que respeita ao 2º e 3º ciclo do ensino básico, bem como ao ensino secundário, previa-se um aumento significativo, devido ao desejável aumento das taxas de escolaridade, decorrentes da extensão da escolaridade obrigatória até ao 9º ano. Neste contexto, o PDM de 1995 indicava a necessidade prioritária da construção de uma nova EB 2,3 na cidade de Chaves, justificada pelo descongestionamento do ensino secundário, propondo-se a mesma para a margem esquerda do rio Tâmega, na freguesia da Madalena. Este projeto nunca foi concretizado.

No que respeita ao Ensino Superior tem ainda a referir-se que, apesar do número de estabelecimentos se manter, em 1995 correspondiam ao Pólo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e à Universidade Internacional (licenciatura em Gestão) e atualmente correspondem ao Pólo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que se mantém, e à Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado.

Em forma de conclusão o número de estabelecimentos de ensino diminuiu significativamente, não estando este facto apenas relacionado com a diminuição do número de alunos, mas também com a reorganização da rede escolar. Verifica-se ainda, que Chaves segue a tendência da região e do resto do país, onde o número de estabelecimentos de ensino diminui à medida que o nível de ensino aumenta, com a exceção do que se verifica nos totais associados ao 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

### **EQUIPAMENTOS DE SAÚDE**

O Concelho de Chaves é atualmente servido por um equipamento hospitalar - Unidade Hospitalar de Chaves<sup>11</sup> que integra, juntamente com mais 4 unidades hospitalares (Vila Real, Lamego e Peso da Régua) e com a unidade de Cuidados Continuados de Convalescença e de Cuidados Paliativos de Vila Pouca de Aguiar, o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.

Para além destas unidades, o concelho é ainda servido por dois Centros de Saúde (Centro de Saúde de Chaves I e II), encontrando-se associadas ao Centro de Saúde I duas extensões, uma localizada na freguesia de Vidago e outra na freguesia de Travancas.

---

<sup>11</sup> Em Março de 2007, o Hospital Distrital de Chaves, unidade do Sector Público Administrativo (SPA) foi transformado em Entidade Pública Empresarial (EPE) com vista à modernização e revitalização do Serviço Nacional de Saúde através de uma gestão com carácter empresarial centrada no cliente e na responsabilização dos resultados. A sua designação atual é a de Unidade Hospitalar de Chaves, embora permanece com as características próprias de um hospital distrital geral.

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE CHAVES		
UNIDADE HOSPITALAR	Unidade Hospitalar de Chaves	
CENTROS DE SAÚDE	Centro de Saúde de Chaves I	1 Extensão de Saúde de Vidago
		1 Extensão de Saúde de Travancas
	Centro de Saúde de Chaves II	-

**Quadro 12** | Equipamentos de Saúde no Concelho

A Unidade Hospitalar localiza-se no centro da cidade, na freguesia de Santa Maria Maior e serve, em termos oficiais, os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre e Valpaços, abrangendo um total de 81 666 pessoas, de acordo com os Censos de 2001.

Da análise do PDM em vigor, mais especificamente do “*Estudo técnico de fundamentação da saúde*”, verifica-se que à data da sua elaboração (1995), existia uma unidade hospitalar, Hospital de Chaves, cuja área de influência ultrapassava a realidade concelhia, que em conjunto com os hospitais de Macedo, Bragança e Mirandela prestava cuidados diferenciados na sub-região de Alto Trás-os-Montes, abrangendo também a população de Boticas, Montalegre e Valpaços. De referir que esta unidade hospitalar tem recentemente vindo a perder valências.

No citado estudo, são ainda referenciados dois centros de saúde - Centro de Saúde de Chaves I e II. Pese embora refira também a existência de quatro extensões do Centro de Saúde I, apenas duas se encontravam em funcionam (Vidago, Travancas).

Relativamente ao Centro de Saúde de Chaves II, apesar de apresentar alguns problemas relacionados com a acessibilidade, nomeadamente face à insuficiência de transportes públicos urbanos, considerava-se já que este equipamento poderia vir a integrar cerca de 50% da população do concelho. De salientar, que atualmente a questão da acessibilidade foi ultrapassada sendo este equipamento servido pela rede de transportes públicos de Chaves.

### 3.2.3. ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE

#### REDE VIÁRIA NACIONAL

Desde os anos 40, o concelho de Chaves foi sendo estruturado em função da rede rodoviária nacional e municipal existentes, classificada no primeiro plano rodoviário publicado pelo Decreto-Lei n.º 33916 de 4 de Setembro de 1944 e alterado pelo Decreto-Lei n.º 34593 de 11 de Maio de 1945 (plano que classificou as estradas nacionais e municipais, bem como os caminhos públicos). Neste Plano Rodoviário, as estradas nacionais estavam classificadas da seguinte forma:

NÚMEROS DE CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO DAS VIAS	PONTOS EXTREMOS E INTERMÉDIOS
EN 2	Chaves – Faro	Chaves – Vila Real – Lamego – Viseu – Santa Comba Dão – Góis – Sertã – Abrantes – Mora – Montemor-o-Novo – Torrão – Castro Verde – Faro
EN 103	Viana do Castelo (proximidades) – Bragança	Viana do Castelo (proximidades) – Barcelos – Braga – Chaves – Vinhais – Bragança
EN 103-5	Chaves (proximidades) – Fronteira	Chaves (proximidades) – Vila Verde – Fronteira
EN 213	Chaves – Vila Flor (proximidades)	Chaves – Valpaços – Mirandela – Vila Flor (proximidades)
EN 308	Viana do Castelo (proximidades) – Bragança (proximidades)	Ola (Viana do Castelo) – (...) – Montalegre – Cortiços – Outeiro Seco – Travancas – Sandim – Santalha – (...) – Gimonde (proximidades de Bragança)
EN 311	Fafe – Serapicos	Fafe – Cabeceiras de Basto – Ladeiro – Casal – Boticas
EN 311-3	Loivos – Lagarelhos	Loivos – Lagarelhos
EN 314	Chaves – Vila Flor (proximidades)	Chaves – Serapicos – Carrazedo de Montenegro – Murça – Milhais – Abreiro – Vila Flor (proximidades)

**Quadro 13** | Classificação das Estradas Nacionais segundo o primeiro Plano Rodoviário Nacional  
(Retirado do Decreto-Lei n.º 34593 de 11 de Maio de 1945)

Na década de 80, mais propriamente a 26 de Setembro de 1985, foi publicado através do Decreto-Lei n.º 380/85 um novo plano rodoviário nacional que, como se pode observar no quadro seguinte, integrou na rede nacional de estradas o Itinerário Principal n.º3 (IP3), mas excluiu as EN 2, EN 103-5, EN 308, EN 311, EN 311-3 e a EN 314.

NÚMEROS DE CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO DAS VIAS	PONTOS EXTREMOS E INTERMÉDIOS
IP 3	Vila Verde da Raia – Figueira da Foz	Vila Verde da Raia – Vila Real – Lamego – Viseu – Coimbra – Figueira da Foz
EN 103	Braga – Bragança	Braga – Póvoa de Lanhoso – Vieira do Minho – Boticas – Chaves – Bragança
EN 213	Chaves – Vila Flor	Chaves – São Julião – Vilarandelo – Valpaços – Mirandela – Cachão – Vila Flor (cruzamento da EN 215)

**Quadro 14** | Classificação das Estradas Nacionais segundo o Plano Rodoviário Nacional de 1985  
(Retirado do Decreto-Lei n.º 380/85 de 26 de Setembro de 1985)



Até ao início da década de noventa do século passado, a rede rodoviária nacional privilegiava os grandes eixos de ligação nacional, muito focada no litoral e nas áreas de maior densidade populacional existentes. Com a adesão de Portugal à União Europeia, o país passou a ter a possibilidade de aceder a uma grande quantidade de fundos destinados ao investimento em infraestruturas rodoviárias, possibilitando, pela primeira vez, o desenvolvimento de uma rede de estradas mais equilibrada, entre o litoral e o interior do país.

O objetivo central dos investimentos passou então a ser o de ligar o país ao centro da Europa, beneficiando assim as ligações ao interior do país, em detrimento da exclusiva necessidade de ligar as áreas de maior densidade populacional, verificada anteriormente.

Atualmente, a rede rodoviária nacional encontra-se classificada no plano rodoviário nacional (adiante designado pro PRN-2000), publicado pelo Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de Julho de 1998, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 19-D/98 de 30 de Outubro de 1998, na Lei n.º 98/99 de 26 de Julho de 1999 e no Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de Agosto de 2003. De acordo com este plano, as vias classificadas como pertencendo à rede nacional de estradas, que constam no quadro e no cartograma seguintes, têm uma extensão total de 145 km aproximadamente.

NÚMEROS DE CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO DAS VIAS	PONTOS EXTREMOS E INTERMÉDIOS
<b>IP 3</b>	Vila Verde da Raia – Figueira da Foz	Vila Verde da Raia – Vila Real – Lamego – Viseu – Coimbra – Figueira da Foz
<b>EN 103</b>	Chaves – Bragança	Chaves (IP 3) – Vinhais – Bragança
<b>EN 213</b>	Chaves – Vila Flor	Chaves – Valpaços – Mirandela – Vila Flor (cruzamento da EN 214)
<b>EN 311</b>	Boticas – Vidago	Boticas (Entroncamento da EN 312) – Vidago (IP 3)
<b>ER 314</b>	Chaves – Murça	Chaves (EN 103) – Carrazedo (Entroncamento da ER 206) – Murça

**Quadro 15** | Classificação das Estradas Nacionais segundo o Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN-2000)  
(Retirado do Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de Julho de 1998 e ulteriores alterações)

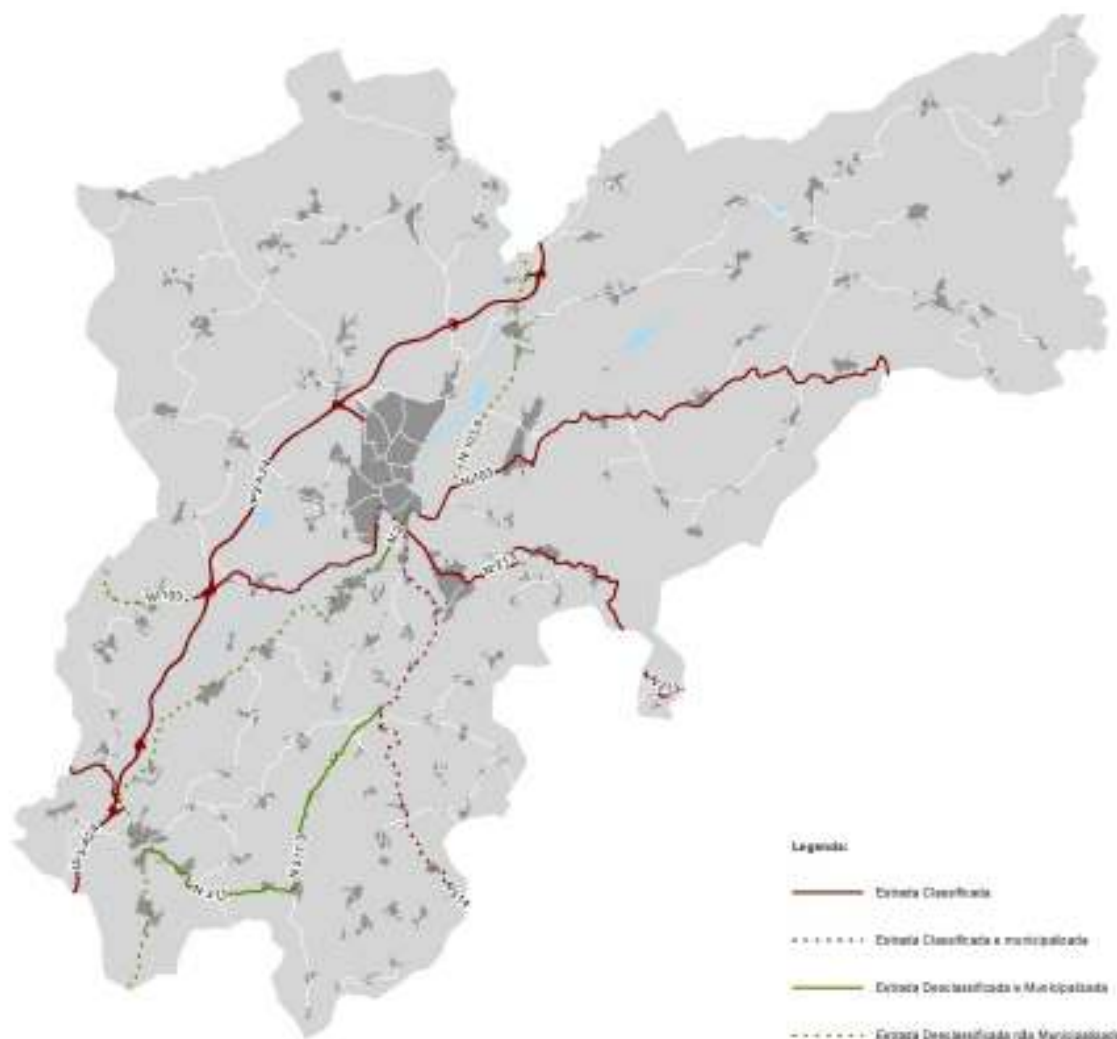


Da análise dos três quadros apresentados anteriormente pode concluir-se que, até à presente data, foram desclassificadas (isto é, deixaram de constar no PRN) as seguintes estradas, ou troços de estradas:

- EN 2 (entre Chaves e Vila Real);
- Troço da EN 103 (entre Braga e Chaves, até ao nó de Curalha do IP3);
- EN 103-5 (entre Chaves e a fronteira com Espanha);
- Troço da EN 311 (entre Vidago, no nó do IP3, e Serapicos);
- EN 311-3 (entre Loivos e Lagarelhos).

Destas estradas - ou troços de estradas - desclassificadas da rede nacional, foram transferidas para a tutela do Município de Chaves (isto é, foram municipalizadas) as seguintes:

- EN 2, entre o km 0+000 a 2+250 - auto de transferência datado de 15/5/1997;
- EN 103, entre o km 166+000 a km 168+050 - auto de transferência datado de 3/10/2001;
- EN 213, entre o km 0+000 a km 0+250 (até ao cruzamento com a ER 314) - auto de transferência datado de 3/10/2001;
- EN 311, entre o km 94+664 (cruzamento com a E.N. 2) até ao km 100+500 - auto de transferência datado de 5/11/1997;
- EN 311-3, entre o km 0+000 até ao km 7+552 (cruzamento com a E.R. 314) - auto de transferência datado de 5/11/1997;
- ER 314, entre o km 0+000 (cruzamento com a EN 213) até ao km 16+930 (Limite do Concelho) - auto de transferência datado de 2/11/1992.



**Fig. 09 |** Rede nacional de estradas transferidas para a tutela do Município de Chaves

Desde o ano de 1995, no que respeita à construção e/ou à beneficiação da rede nacional de estradas sob tutela da administração central, foram realizadas as seguintes ações, dentro dos limites do concelho de Chaves:

- Construção do IP3/A24, que entrou em serviço Julho de 2006;
- Beneficiação e retificação do traçado da EN 213, entre Chaves e Valpaços;
- Beneficiação e retificação do traçado da EN 103, entre Chaves e Vinhais;
- Beneficiação da antiga EN 103-5 (estrada desclassificada), entre o cruzamento com a EN 103 e a fronteira com Espanha;
- Beneficiação da antiga EN 2 (estrada desclassificada), entre Chaves e Vila Pouca de Aguiar.



No que respeita à rede de arruamentos incluídos nos perímetros urbanos da cidade de Chaves e das restantes povoações - designados por *arruamentos urbanos* e *arruamentos rurais*, respetivamente - refere-se, sucintamente, que é composta por uma estrutura viária medieval consolidada, que ainda hoje subsiste nas áreas mais centrais, e por uma estrutura viária idealizada e implementada a partir dos anos 70.

Atualmente, o centro histórico da cidade de Chaves está dotado de vias vedadas ao trânsito automóvel, formando um núcleo central compacto, onde existe uma elevada densidade de edifícios antigos que moldam os arruamentos. A partir deste centro, desenvolvem-se um conjunto de estradas e arruamentos urbanos, dispostos de forma radial, formando um modelo de ocupação do tipo “estrela”. Estas vias, ao confluírem diretamente para o centro do concelho, reforçam o papel polarizador do núcleo central da cidade em relação ao restante território.

Desde o ano de 1995, no que respeita à construção e/ou à beneficiação de estradas municipais classificadas, caminhos municipais classificados, arruamentos urbanos, arruamentos rurais e outras estradas não classificadas - todos eles sob tutela do Município do Concelho de Chaves - foram realizados, entre outros, os seguintes investimentos:

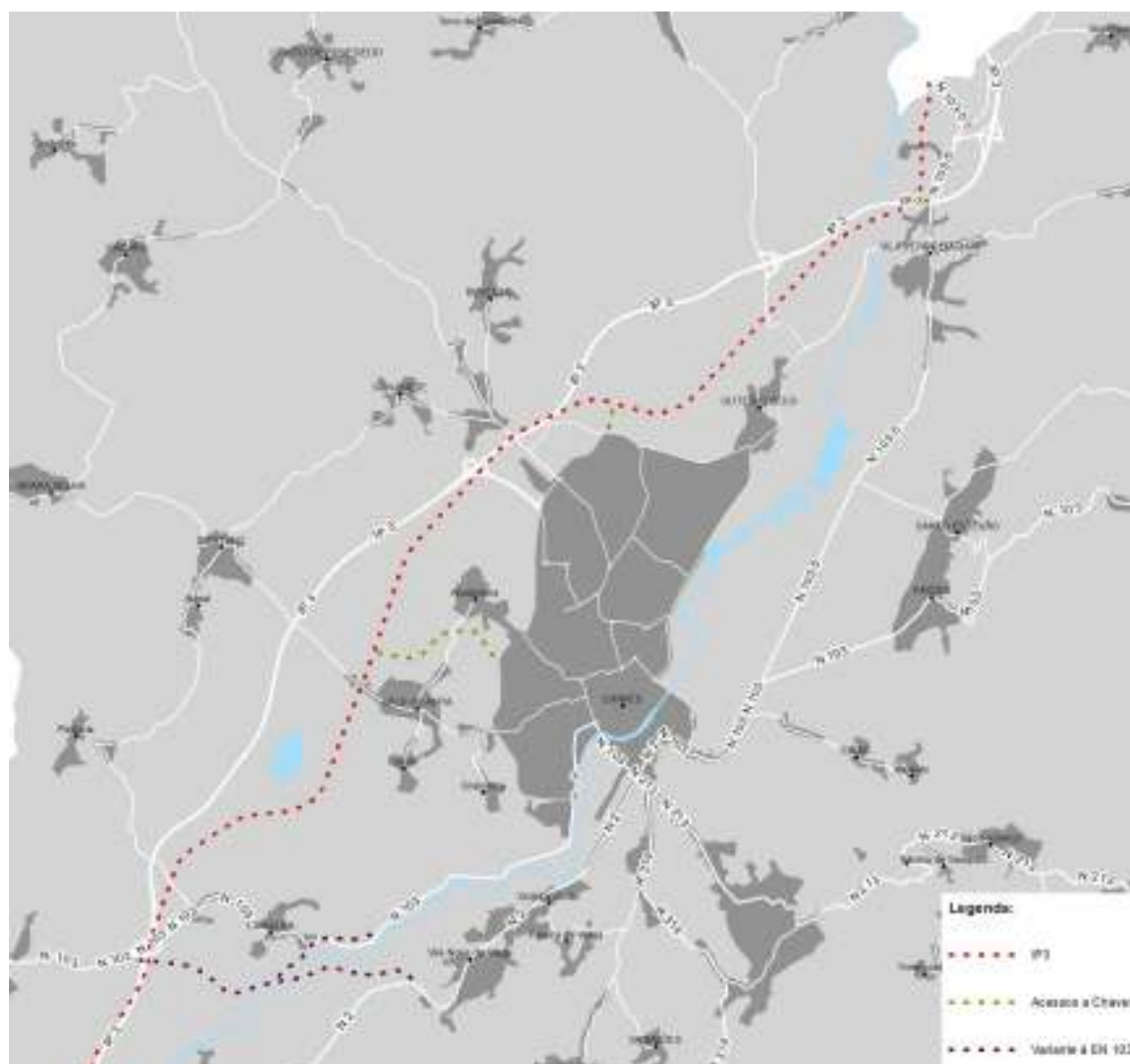
- Construção dos Lanços 1 e 2 da Rodovia de acesso prioritário entre o IP3 e o Hospital de Chaves;
- Construção do lanço da circular externa de Chaves, entre a Rotunda de acesso ao IP3 e a EM-507;
- Construção do lanço da circular externa de Chaves, entre a EM-506 e o CM-1060 – Variante a Outeiro Seco;
- Construção da via de acesso do IP3 ao Parque Empresarial de Chaves (no espaço canal da EM-506);
- Construção da via de ligação entre o IP3 e a Variante a Outeiro Seco (no espaço canal da EM-506);
- Beneficiação das estradas municipais entre Roriz, cimo de Vila e São Cornélio;
- Beneficiação de EM-538;
- Beneficiação da EM-501.1 entre Dadim e Sanfins;
- Beneficiação da EM-546 em Selhariz;
- Requalificação do CM-1063, entre Pereira de Veiga e Outeiro Jusão;
- Beneficiação do CM-1051, entre Vilarelho da Raia e Cambedo;
- Beneficiação do CM-1068, entre Vila Boas e Ventuzelos;
- Requalificação do CM-1065, entre Santa Cruz e Mosteiró;
- Requalificação do CM-1083 e EM-539, entre Mosteiró de Baixo e Cela;
- Beneficiação da EM-549 entre Vidago e Valverde;
- Beneficiação do CM-1067 entre Redial e a EN-2.

### VIAS ESTRUTURANTES PREVISTAS NO PDM-95

No Plano Diretor Municipal em vigor desde 1995, estão definidos os corredores das seguintes vias estruturantes de acessibilidade externa do concelho de Chaves: IP-3; vias de ligação dos nós do IP-3 à cidade de Chaves, até ao limite do seu perímetro urbano; variante à EN-103, em Curalha, e seu prolongamento até à EN-2.

Como se pode verificar no cartograma seguinte, os corredores onde foram implantados o IP-3 e as respetivas ligações à cidade de Chaves (abertos ao tráfego desde Julho de 2006) diferem substancialmente dos locais previstos nas plantas do PDM em vigor.

No que respeita à variante à EN-103, em Curalha, e seu prolongamento até à EN-2, a administração central, não apresentou qualquer estudo prévio ou projeto base do traçado previsto.

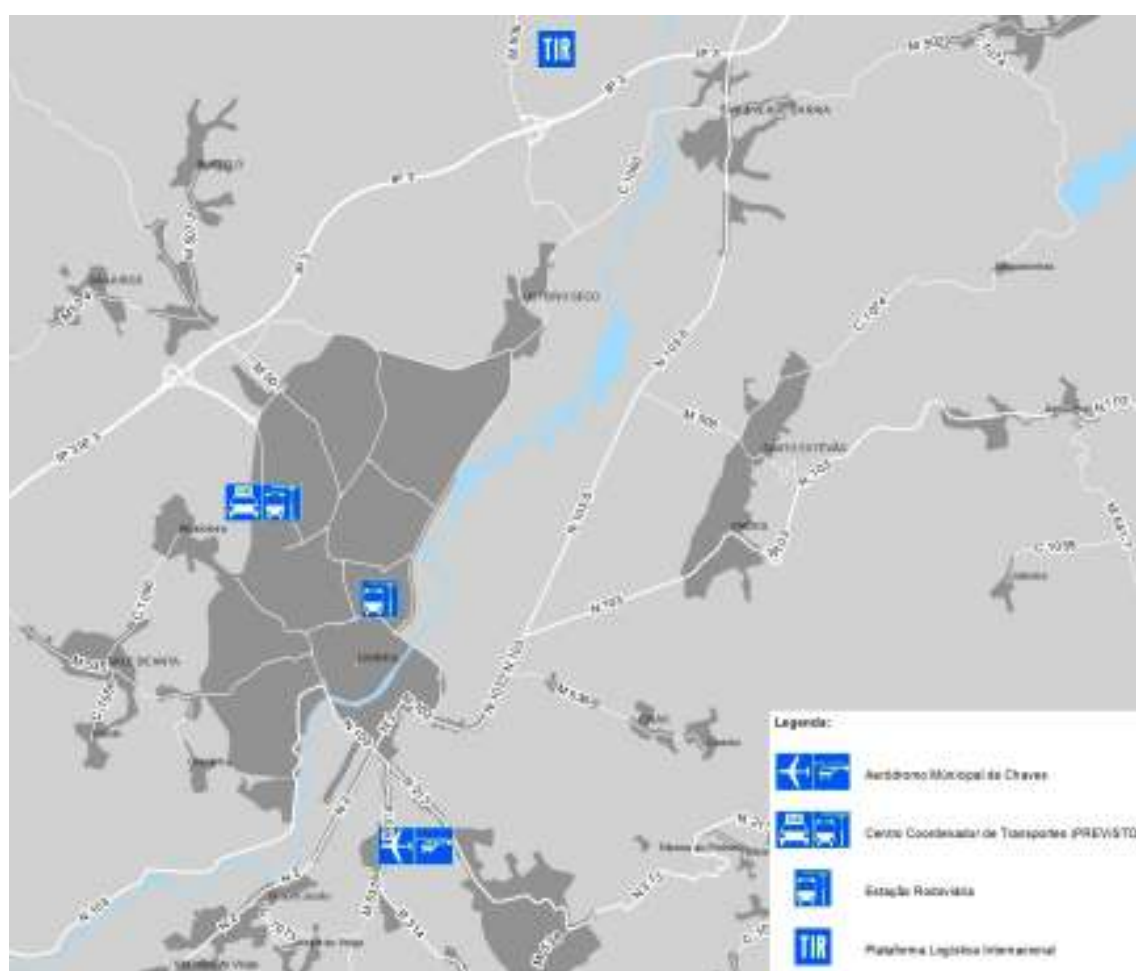


**Fig. 11 |** Vias estruturantes previstas no PDM95 sobre mapa de rede viária existente



## **MOBILIDADE**

Atualmente, o concelho de Chaves, atualmente, está dotado de vários equipamentos de apoio às redes de transportes, cuja localização se encontra representada no cartograma seguinte. São eles: o “Aeródromo Municipal de Chaves”, com capacidade para receber pequenas aeronaves e helicópteros do INEM; a estação rodoviária da Auto Viação do Tâmega; a “Plataforma Logística Internacional de Chaves”, inserida na rede nacional de plataformas logísticas, com uma área construída de sete hectares, que se repartem por uma zona de logística multifunções, de logística de transformação e de serviços de apoio a empresas e veículos.



**Fig. 12|** Localização dos equipamentos de apoio às redes de transportes

Para além dos equipamentos referidos, está já a ser projetado um novo “Centro Coordenador de Transportes”, localizado na principal porta de entrada da cidade, vocacionado para receber as redes de transportes coletivos de passageiros (urbanos,

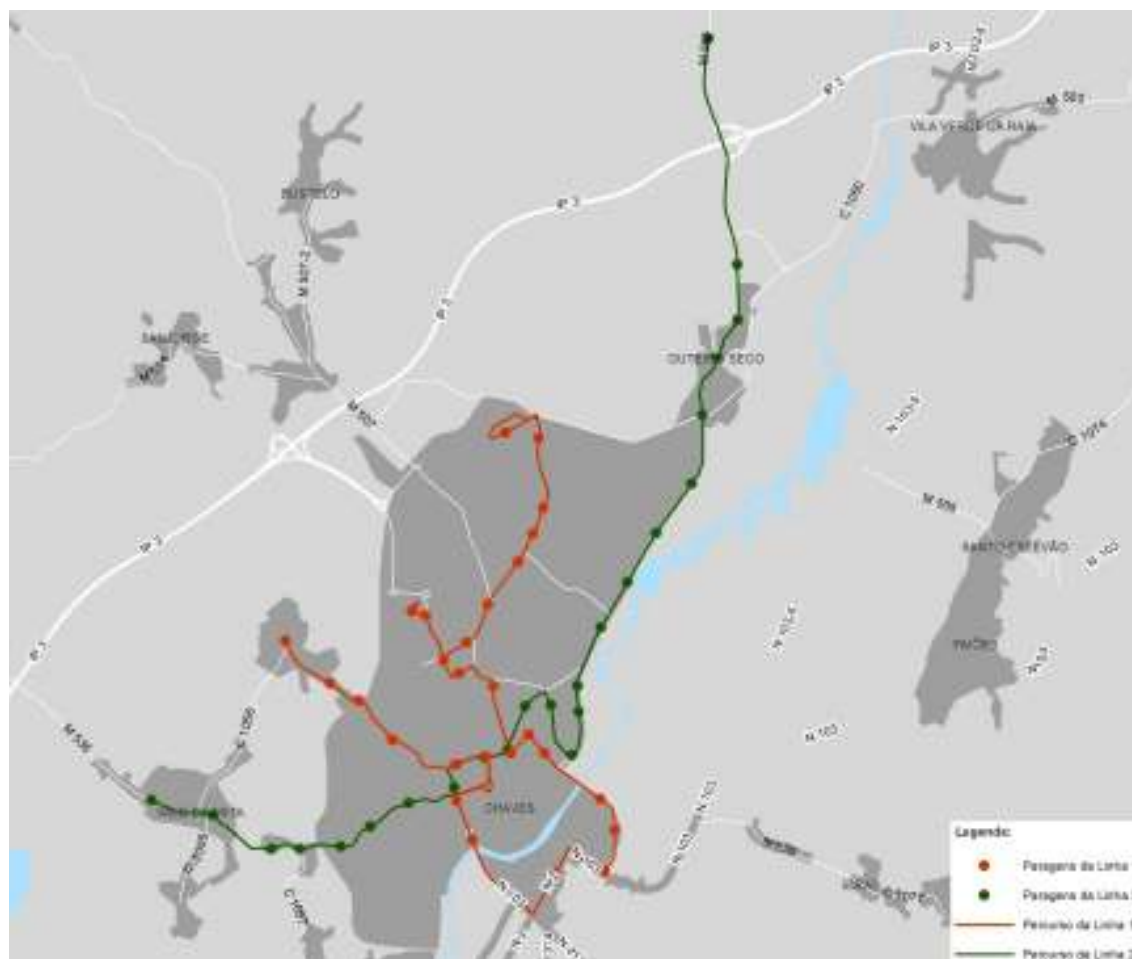


No que respeita à rede de transporte de passageiros em táxi, o concelho de chaves está dotado de dezasseis praças de táxis, sendo que seis estão localizadas no núcleo urbano da sede de concelho, como se pode constatar no cartograma seguinte.



Tendo em vista o aumento do conforto, da rapidez, da segurança e da qualidade do ambiente na cidade, a Câmara Municipal de Chaves implementou uma rede de

transportes coletivos urbanos de passageiros, que proporcionou um funcionamento diário mais eficiente da cidade e, por outro lado, mais espaço público disponível para o estacionamento automóvel, para a circulação pedonal e de outros modos alternativos. Esta rede, em funcionamento desde maio de 2010, transporta uma média de 180.000 passageiros por ano, sendo que aproximadamente 80% da população residente na área urbana está servida por uma paragem a menos de 350 metros do seu local de residência.



**Fig. 14 |** Rede de transportes coletivos urbanos de passageiros

Em simultâneo com esta rede urbana, funciona uma rede de transportes coletivos interurbanos de passageiros que serve, no geral, todas as localidades do concelho, com os percursos referenciados no cartograma seguinte:

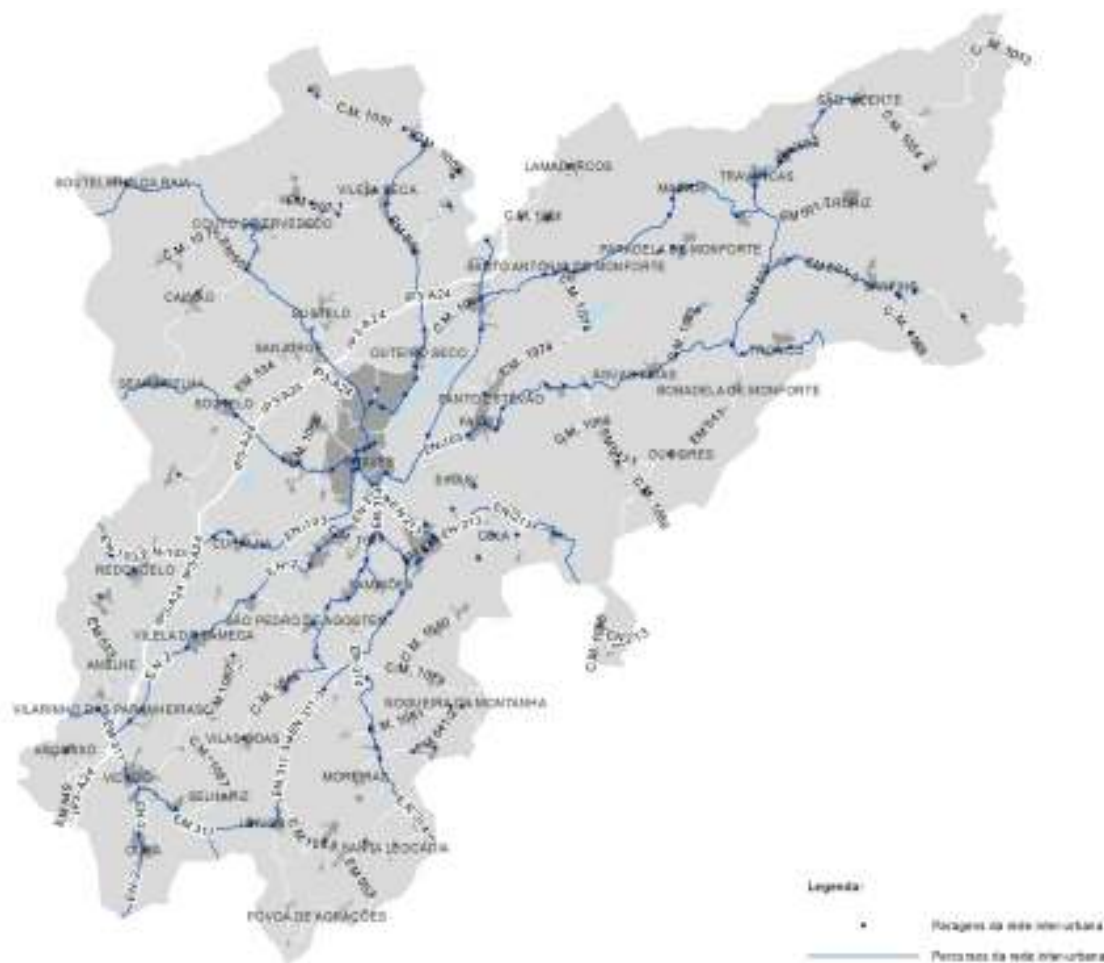


Fig. 15| Rede de transportes coletivos interurbanos de passageiros

### 3.3. CONDICIONANTES E OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO RELEVANTES

No que se refere às Condicionantes Legais (Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública), o PDM-C traduziu na respectiva Planta de Condicionantes e Regulamento as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública existentes à data.

No quadro seguinte apresentam-se todas as condicionantes constantes do PDM em vigor agrupadas segundo uma correspondência com a nomenclatura constante da publicação "Servidões e Restrições de Utilidade Pública" da Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (Edição de Setembro de 2011).

CONDICIONANTES DO PDM EM VIGOR			
(SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA)			
NOMENCLATURA CONSTANTE DA PUBLICAÇÃO "SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA" (DGOTDU, 2011)		NOMENCLATURA CONSTANTE DO PDM DE CHAVES (EM VIGOR)	
1. RECURSOS NATURAIS	1.1 Recursos hídricos	1.1.1 Domínio Público Hídrico	• Zona adjacente ao rio Tâmega /Leitos dos cursos de água e suas margens com uma largura de 10 m
	1.2 Recursos geológicos	1.2.1 Águas Minerais Naturais	• Concessões Minerais (C) e Hidrominerais (CH)
	1.3 Recursos agrícolas e florestais	1.3.1 Reserva Agrícola Nacional	• Reserva Agrícola Nacional (RAN)
		1.3.2 Obras de Aproveitamento hidroagrícola	• Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (limite)
		1.3.3 Regime florestal	• Áreas submetidas ao regime florestal
		1.3.4 Povoamentos florestais percorridos por incêndios	• Zonas críticas de incêndio (Classe 1)
	1.4 Recursos ecológicos	1.4.1 Reserva Ecológica Nacional	• Reserva Ecológica Nacional (REN)
2. PATRIMÓNIO EDIFICADO	2.1 Imóveis classificados		• Imóveis Classificados
	2.2 Edifícios públicos		• Edifício público com área de proteção (Hospital distrital)
3. EQUIPAMENTOS	3.1 Edifícios escolares		• Equipamentos Escolares
	3.2 Estabelecimentos prisionais e tutelas de menores		• Edifício público com área de proteção (Cadeia)
	3.3 Defesa nacional		• Servidão Militar
4. INFRAESTRUTURAS	4.1 Rede elétrica		• Linhas de alta tensão
	4.2 Rede Rodoviária Nacional e Rede Rodoviária Regional		• Rede Viária - Estradas Nacionais (N)
	4.3 Estradas e Caminhos Municipais		• Rede Viária - Estradas Municipais (M)
	4.4 Rede ferroviária		• Linha Férrea (Linha do Corgo)
	4.5 Aeroportos e aeródromos		• Servidão Aeronáutica (Aeródromo de Chaves)

Quadro 16 | Condicionantes do PDM em vigor

De referir que, após a entrada em vigor do PDM, foram criadas novas servidões e restrições de utilidade pública.

Em relação às condicionantes com maior expressão no concelho de Chaves, destacam-se a Reserva Ecológica Nacional e a Reserva Agrícola Nacional, que ocupam respetivamente 19,3 % e 15,3 % do território concelhio, sobrepondo-se em algumas áreas. A REN compreende 11.410,8 hectares e a RAN 9.064 hectares (ver figura 16).

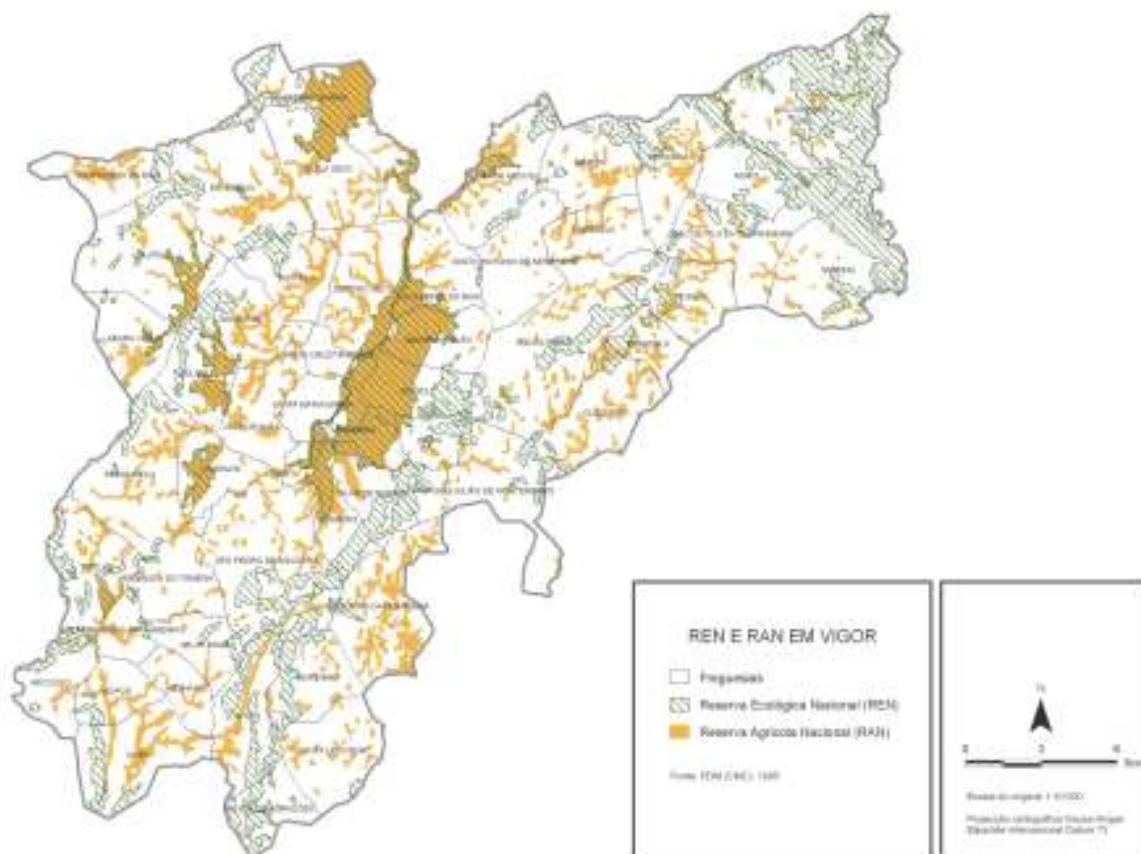


Fig. 16 | RAN e REN em vigor

#### 4. IDENTIFICAÇÃO DOS FACTORES DE MUDANÇA DA ESTRUTURA DO TERRITÓRIO

Desde a entrada em vigor do PDM-C com a definição dos respetivos objetivos estratégicos, muitas foram as transformações que ocorreram no território do concelho de Chaves. Não só se assistiu a uma profunda alteração na base económica do concelho como se concretizaram bastantes projetos, nomeadamente nos domínios da infraestruturação do território, da regeneração urbana, da requalificação e valorização ambientais, da sua dotação em termos de equipamentos coletivos, serviços públicos e empreendimentos privados relevantes e do sistema de acessibilidades e transportes.

Ao mesmo tempo foram-se consolidando espaços urbanos e periurbanos e urbanizaram-se novas áreas que beneficiaram não só das melhorias induzidas pelas novas acessibilidades como dos equipamentos entretanto concretizados.

De entre os fatores que influenciaram a mudança da estrutura do território destacam-se nomeadamente:

i) **Instrumentos de Estratégia de Desenvolvimento Local:**

- **Agenda 21 Local de Chaves** – Aprovada em reunião da Câmara Municipal de 2 de Agosto de 2007 e na sessão da Assembleia Municipal de 26 de Setembro de 2007, resultou de um longo processo efetivo de participação com a implicação de múltiplos agentes sociais, económicos e institucionais locais.

Este instrumento de desenvolvimento estratégico visa promover o desenvolvimento sustentável com base num processo efetivo de participação, e pretende dar resposta a alguns dos problemas existentes e identificados no Município, constituindo-se num modelo orientador de organização de alguns projetos/ações mais urgentes e úteis na prossecução do desenvolvimento sustentável, com base em eixos estratégicos estruturantes desse mesmo desenvolvimento. Uma elevada percentagem das ações previstas estão executadas ou em execução.

- **Plano Estratégico de Desenvolvimento – Chaves 2015** – Aprovado em reunião de Câmara de 6 de Dezembro de 2007 e pela Assembleia Municipal na Sessão de 19 de Dezembro de 2007.

Tendo por base os pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável – Desenvolvimento Económico, Coesão Social e Proteção Ambiental – este documento estratégico pretende ser uma contribuição essencial em articulação com os demais instrumentos ao alcance dos órgãos municipais e dos flavienses em geral, para promover o desenvolvimento local numa perspetiva integradora de visões sectoriais.

Construído a partir de outros documentos como a Agenda 21 Local, a Carta Educativa e a Revisão do PDM, entre outros, este documento procura relevar as potencialidades, identificar as debilidades e as ameaças e perspetivar as oportunidades deste território,



tendo por referência as orientações estratégicas e os instrumentos de gestão territorial de âmbito europeu, nacional, regional e local.

- **Programa Polis de Chaves** –Programa aprovado por Despacho Nº 16268/2001, 2ª Série, de 13 de Julho de 2001, do Ministro do Ambiente, publicado no DR Nº 180, de 04/08/2001, que configura um importante instrumento estratégico tendente à concretização de intervenções integradas de requalificação urbana, com uma forte componente de valorização ambiental da cidade.

O investimento realizado na zona de intervenção do Programa Polis (Programa de Requalificação Urbana e Valorização das Cidades) na cidade de Chaves, promovido pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, materializou-se no desenvolvimento de importantes ações estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, que se interligaram e complementaram com o objetivo de devolver ao rio Tâmega e às suas margens, o papel estruturante e a importância histórica que sempre estiveram presentes na evolução urbana da cidade.

No contexto da implementação deste Programa, foram despoletados cinco Planos de Pormenor (Zona Urbana Norte, Margens do Tâmega, Zona Urbana Poente, Madalena e Salvaguarda do Centro Histórico) e um vasto conjunto de projetos de execução.

Destaca-se ainda a concretização dos seguintes empreendimentos: “Requalificação Paisagística das Envolventes dos Fortes de S. Francisco e de S. Neutel”, “Requalificação Urbanística e Paisagística do Jardim do Tabolado e do Jardim Público”, “Parque Multiusos de Santa Cruz”, “Ponte Pedonal sobre o Rio Tâmega na zona do Tabolado”, “Requalificação Paisagística das Margens do Tâmega entre a Ponte Romana e a ETA de Santa Cruz”, “Arranjo Paisagístico da Margem Esquerda do Tâmega entre a Ponte Eng.º Barbosa Carmona e a Ponte Romana” e “Arranjo Paisagístico da Margem Direita do Tâmega entre o Açude dos Agapitos e a Ponte Eng.º Barbosa Carmona”. É de realçar que, com a realização destes três últimos empreendimentos, foi ainda executada uma ciclovia marginal ao rio Tâmega com sete mil metros de extensão.

- **Eurocidade Chaves-Verín** - A estratégia de criação e consolidação da Eurocidade, permitiu a geração de um projeto pioneiro ao nível da Península Ibérica e mesmo da Europa, desenhando-se um novo modelo de cooperação que vai para além de uma colaboração institucional e do somatório de simples programas e iniciativas de cooperação, demonstrando que é possível adotar um novo modelo governação e de cidadania europeia.

O projecto da Eurocidade Chaves-Verín é hoje uma realidade que permite, através de uma conjugação de esforços e dos recursos existentes, que as intervenções e ações dirigidas aos cidadãos que vêm sendo desenvolvidas promovam uma convergência



institucional, económica, social, cultural e ambiental entre as duas cidades que passam a utilizar o efeito fronteira como uma oportunidade de desenvolvimento territorial e socioeconómico, promovendo a utilização de serviços comuns como instrumento dinamizador da convivência entre a população de ambos territórios.

- **Rede Social** – Programa aprovado pela autarquia que visa atingir, na sua essência, duas grandes metas para o Concelho: o combate à pobreza e exclusão social e a promoção da coesão social.

A elaboração da proposta de rede percorreu diversas etapas que serviram para identificar as necessidades e indicar os principais recursos existentes: Pré-Diagnóstico Social Concelhio, Diagnóstico Social e, por último, Plano de Desenvolvimento Social (PDS). Esta última etapa (PDS), atualmente em fase de operacionalização, constitui-se um espaço de articulação e concertação de esforços na atuação integrada de várias entidades.

Neste documento, encontram-se previstas ações/projetos que visam a (i) promoção do desenvolvimento social, a (ii) prevenção dos riscos de pobreza e de exclusão, de que são alvo, sobretudo os grupos sociais desfavorecidos e (iii) uma atuação sobre as situações mais prementes de pobreza e exclusão social.

- **Carta Desportiva** – Enquanto instrumento estratégico, pretendeu obter um conhecimento atualizado das instalações e da prática desportiva do Concelho, formalizando uma proposta em termos de reorganização da rede de equipamentos desportivos.

Neste âmbito, em coerência com o previsto na Carta Desportiva, o Município de Chaves tem desenvolvido medidas de incremento da promoção do desporto, através de apoios e atribuição de incentivos ao movimento associativo e da construção de recintos desportivos e espaços públicos que permitem a prática de diversas modalidades e a realização de inúmeras iniciativas desportivas.

- **Carta Educativa** – Define-se, no quadro da qualificação da população concelhia, como instrumento e prática de planeamento municipal que visa dotar o Município com uma adequada rede de infraestruturas de educação e de aprendizagem. Neste documento estratégico encontra-se plasmado o reordenamento da rede escolar do concelho de Chaves e as construções implícitas à sua implementação.

De forma a garantir as condições necessárias para acolher os alunos executaram-se algumas intervenções ao nível das estruturas físicas dos equipamentos escolares, reformularam-se os trajetos dos transportes e criou-se um serviço mais eficaz de refeições.

## ii) Infraestruturas Rodoviárias:

A concretização do **IP3/A24 e aa beneficiação de outros eixos**, em muito contribuíram para uma redução de uma "interioridade" do concelho no panorama Regional e Nacional, posicionando Chaves na confluência de importantes eixos rodoviários internacionais.

Através do IP3/A24 que permite uma ligação direta de Chaves à Figueira da Foz e com a abertura do A7 (IC5) (Vila Pouca de Aguiar/ Póvoa do Varzim), Chaves viu-se ligado por vias rápidas às duas grandes áreas metropolitanas (Porto e Lisboa), oferecendo um moderno e eficiente nível de serviço. De momento, através da A75 foi criado um novo trajeto entre Chaves e Verín que poderá ser feito integralmente por autoestrada, ligando a A24 à Autovia das Rias Baixas (A52) do lado da Galiza, constituindo-se assim ligações a Vigo, Ourense, Valladolid, Madrid, Burgos e desta forma para o resto da Europa.

## iii) Projetos estruturantes por área de intervenção:

**Atividades económicas** – A remodelação de vários estabelecimentos comerciais no Centro Histórico de Chaves, a construção do Hotel Casino de Chaves, a criação do Parque Empresarial de Chaves (composto pelo Mercado Abastecedor da Região de Chaves, Parque de Atividades de Chaves (PAC) e Plataforma Logística de Chaves), a reabilitação do Mercado Municipal de Chaves, o arranjo urbanístico do espaço da feira e Mercado de Vidago, a implementação do Parque Multiusos de Chaves, a construção de várias superfícies comerciais (Continente, Lidl, E.Leclerc, Mini Preço e Chaves Retail Parque), Reabilitação do pavilhão da ACISAT para instalação da Expoflávia e construção do Mercado do Gado (Mercaganado).

**Equipamentos** - Após a entrada em vigor do PDM-C verificou-se uma crescente aposta na construção/reabilitação de vários equipamentos integrando-os de forma harmoniosa na estrutura urbanística da cidade, permitindo assim uma melhor oferta, que assenta essencialmente na diferença e na diversidade funcionando deste modo numa perspetiva de rede. De seguida enunciam-se aqueles que apresentam maior relevância:

**Cultura** - Centro Cultural de Chaves, Biblioteca Municipal, Arquivo Municipal de Chaves, Museu de Arte Sacra da Região Flaviense, Museu da Região Flaviense, Fundação Nadir Afonso (em fase de construção), Centro de Incubação de Indústrias Criativas (através da remodelação do edifício do antigo Magistério de Chaves - em fase de obra).

**Saúde** - Ampliação do Centro de Saúde n.º 1, remodelação do Centro de Saúde n.º 2 e ampliação do Balneário Termal de Chaves.

**Educação e Ensino** - Escola Profissional de Chaves, Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade, Escola de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado, Escola Secundária Dr. António Granjo, ampliação da Escola EB 2,3 Doutor Francisco Gonçalves Carneiro e remodelação/ampliação da Escola Secundária Dr. Júlio Martins (através do programa de modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário).

**Solidariedade e Segurança Social** - Construção de Bairros Sociais dos Aregos e Vidago.

**Desporto** - Construção de Polidesportivos em várias freguesias do Concelho, Remodelação do Campo do Estádio Municipal de Chaves (em fase de adjudicação)

**Emprego e Formação Profissional** - Construção do Centro de Formação Profissional de Chaves e Centro de Emprego de Chaves.

**Proteção Civil e Segurança Pública**- Construção do Quartel da Guarda Nacional Republicana (Fonte do Leite), Quartel dos Bombeiros Voluntários Flavienses (Campo da Fonte) e novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública (Zona Industrial da Cocanha).

**Infraestruturas** - Construção da Estação de Transferência de Resíduos e Ecocentro (através da reconversão da antiga lixeira de Chaves), redes de saneamento básico, parque eólico de Mairos e novos subsistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.

**Património cultural** - Reabilitação das muralhas do Forte de S. Neutel, construção do Museu das Termas Romanas (em fase de concurso da empreitada de obras públicas)

iv) **Candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN):**

**"Mais Chaves - Regeneração Urbana do Centro Histórico"**, formalizada nos termos e para os efeitos previsto no Aviso PRU/1/2007, foi submetida em Abril de 2008, no âmbito da "Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana", integrando-se nos objetivos específicos "Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação" e "Promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana" do Eixo Prioritário IV – "Qualificação do Sistema Urbano" do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.

A candidatura teve enquadramento no domínio "Promoção de operações integradas de valorização económica para a excelência urbana", incidindo na área territorial definida como Centro Histórico de Chaves.

As ações candidatadas no âmbito desta candidatura tiveram como objetivo a qualificação do ambiente urbano do centro histórico de Chaves incidindo essencialmente sobre os seguintes domínios: (i) intervenções em infraestruturas (instalação de infraestruturas para tecnologias de informação e comunicação, remodelação de redes de iluminação pública e a substituição das cablagens aéreas por cablagens instaladas no subsolo), (ii) intervenções em edifícios (para instalação de equipamentos e atividades económicas), (iii) intervenções em espaços públicos (novas intervenções em articulação e continuidade com outras já executados e/ou em execução), (iv) intervenções de prevenção e minimização de riscos (através da elaboração de planos de segurança, combate a incêndios e atuação em caso de riscos diversos) e (iiv) ações de dinamização (através do desenvolvimento de atividades diversas junto da população local, com o intuito de informar, divulgar e promover atividades e intervenções, como a animação de rua, e outras levadas a cabo no âmbito da parceria local constituída).

#### **"Chaves Monumental – Valorização e Promoção dos Valores Culturais e Patrimoniais",**

formalizada nos termos e para os efeitos previsto no Aviso RUCI/1/2008, foi submetida em Outubro de 2008, tendo enquadramento no âmbito da "Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação", nos domínios da "constituição de redes urbanas para a competitividade e inovação" e de "valorização de vocações temáticas de cidades ou de redes de cidades". Esta candidatura pretendeu prosseguir a coerência e a continuidade da estratégia municipal complementando e reforçando as apostas constantes do Programa de Ação de Regeneração Urbana do Centro Histórico de Chaves (Mais Chaves), tendo como área de intervenção o núcleo central da cidade.

Esta candidatura foi construída e articulada com uma rede de atores locais, diretamente implicados numa estratégia objetiva de reforço da competitividade e inovação da cidade, contextualizada na valorização da vocação temática de Chaves no sector do turismo, o qual se acredita ser potenciado com as ações prevista no respetivo programa estratégico, direcionado para a salvaguarda e valorização do património monumental (arquitetónico e arqueológico), enriquecido pelos recentes achados arqueológicos (termas romanas).

As ações/operações candidatadas foram agrupadas em cinco temáticas, nomeadamente: (i) Investigação e prospeção do património arquitetónico e arqueológico (a partir da elaboração de um plano diretor de intervenção arqueológica capaz de garantir o estudo, a valorização e a salvaguarda dos vestígios arqueológicos presentes no subsolo), (ii) Salvaguarda e musealização do património (consistindo na

reabilitação do Castelo de Chaves, na instalação de um centro Interpretativo das Muralhas, na execução de ações de proteção e valorização estruturas descobertas e na criação espaços para exposição e valorização do espólio recolhido durante as escavações arqueológicas), (iii) Operacionalização da reabilitação e revitalização das áreas estratégicas (a partir da elaboração do "Masterplan", com vista à delimitação territorial de uma Área de Reabilitação Urbana para o centro histórico de Chaves), (iv) Divulgação e promoção do património arquitetónico e arqueológico (criação da imagem de marca da cidade para efeitos de divulgação e promoção nacional e internacional dos bens patrimoniais, arqueológicos, arquivísticos, bibliográficos e museológicos presentes) e (v) Desenvolvimento de ações preparatórias de elevação de Chaves a Património Mundial (que se traduz na elaboração de estudos específicos de levantamento do património existente, com a finalidade de potenciar o seu reconhecimento e constatação da sua qualidade e quantidade no quadro nacional e internacional, com o objetivo último mais alargado, consubstanciado na sua inclusão na Lista de Património Mundial da UNESCO).

**“Aqua e – Centro de Competências em Turismo, Termalismo, Saúde e Bem-estar”**, projeto integrado no Plano Estratégico da “rede ecoCITRAS - Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras de Trás-os-Montes”, foi formalizada nos termos e para os efeitos previstos no Aviso RUCI/1/2008, no âmbito da “Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação”, dando cumprimento ao objetivo específico “Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação”, do Eixo Prioritário IV – “Qualificação do Sistema Urbano” do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.

Esta candidatura consubstanciou a criação de um centro de competências inovador englobando as áreas do Turismo, Termalismo, Saúde e Bem-estar com a missão de desenvolver e concretizar um plano de ação associado ao projeto que considera uma panóplia de atividades relacionadas com o ensino superior, a formação, a certificação de qualidade turística, a realização de planos estratégicos e estudos com vista a aumentar a competência empresarial nos sectores especificados.

Este Centro de Competências desenvolver-se-á de forma articulada com o atual complexo termal de Chaves, sendo para o efeito realizadas obras nas suas instalações, materializadas em alterações (readaptações, renovações) e ampliações para acolher as novas unidades funcionais deste Centro.

**“Plano de Intervenção para a Regualificação e Revitalização da Vila Termal de Vidago”**, que consubstanciou uma candidatura formalizada em Dezembro de 2009, nos termos e para os efeitos previstos na Portaria nº 521/2009, de 14 de Maio, e ulteriores alterações, no âmbito da medida 3.2. “Melhoria da qualidade de vida”, do Programa de

Desenvolvimento Rural do Continente – **PRODER**<sup>12</sup>, incluindo diversas operações enquadradas na Ação 3.2.1. “Conservação e valorização do património rural”.

Tal Plano visou a concretização de diversas ações, construídas e articuladas através de uma Parceria Local composta por diversas entidades públicas e privadas diretamente implicadas numa estratégia objetiva de recuperação, conservação e valorização do património natural e construído presente, na perspetiva do interesse coletivo e da melhoria da qualidade de vida das pessoas, através de intervenções pontuais ou de âmbito mais alargado, vocacionadas para o reforço da identidade e da atratividade da Vila de Vidago e para o estímulo da revitalização socioeconómica e cultural.

Na elaboração da candidatura, foram consideradas as orientações e o regulamento específico definidos nos documentos do GAL/ADRAT<sup>13</sup> para elaboração de Planos de Intervenção enquadrados na ação 3.2.1 “Conservação e valorização do património rural” do PRODER, tendo sido, para efeitos de materialização dos objetivos específicos do Plano, definidas três tipologias temáticas de operações<sup>14</sup> nomeadamente: (i) requalificação de espaços e equipamentos de uso coletivo, (ii) requalificação funcional e restauro da casa Bonifácio Alves Teixeira - Centro Cultural de Vidago e (iii) reabilitação de fachadas e coberturas de edifícios (a realizar por particulares).

**“Plano de Ação “Aquanatur – complexo Termal do Alto Tâmega”**, aprovado como Estratégia de Eficiência Coletiva **PROVERE**<sup>15</sup>, por despacho do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional em 15 de Junho de 2009, definiu, como operações a promover pelo Município de Chaves, em colaboração a ADRAT, enquanto líder da parceria, projetos concretos localizados na vila termal de Vidago, com vista a uma articulação e complementaridade com a estratégia definida no âmbito da candidatura PRODER levada a cabo através do Plano de Intervenção para a Requalificação e Revitalização da vila Termal de Vidago.

Tais projetos foram gizados por forma a promover a especificidade relativa à tradição termal da vila de Vidago, dado que a mesma constitui um fator de diferenciação e tem consolidado, ao longo do tempo, o capital (material e imaterial) simbólico e identitário desta região, contribuindo, ainda, para a o crescimento e diversificação da atividade económica deste território de baixa densidade populacional.

A intervenção em causa, circunscrita à zona termal de Vidago, permite conferir coerência, dignificação e identidade à Vila, através da reabilitação e requalificação de património construído (neste caso, de dois edifícios pertencentes ao património

<sup>12</sup> Instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013 (co-financiado pelo FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural).

<sup>13</sup> Gabinete de Apoio Local - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT)

<sup>14</sup> Após última reprogramação do Plano de Intervenção apresentada na ADRAT em 29.03.2012

<sup>15</sup> Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

ferroviário) e espaço público urbano, melhorando a atratividade necessária para cativar a fruição do mesmo e a dinamização dos equipamentos e atividades económicas presentes na sua envolvente, concorrendo para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e dos visitantes.

**“Fundação Nadir Afonso (construção de edifício sede)”**, objeto de duas candidaturas apresentadas pelo Município, respetivamente em Agosto de 2008 ao “Eixo IX – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional”, no domínio de “Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional” do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) 2007-2013” e em Novembro de 2010 ao financiamento de projetos através da contrapartida anual da zona de Jogo de Vidago-Pedras Salgadas”, enquadrada na “Linha I do Programa de Intervenção do Turismo (PIT)”, no âmbito da execução de obras declaradas de interesse para o turismo.

Esta obra, que associa dois grandes nomes da Arte Contemporânea Nacional, Nadir Afonso e Siza Vieira, visa garantir a notoriedade e a visibilidade da Fundação, juntando obras de arte de natureza diversa num único espaço organizado e de grande escala, representando uma importante vantagem competitiva face a outros museus da região.

Tal equipamento, pela sua ambivalência cultural mas também de interesse turístico e de interesse pedagógico apresenta-se decisivo na afirmação e diferenciação de Chaves enquanto centro urbano de referência, contribuindo para o enriquecimento e diversificação da oferta cultural na região transfronteiriça do Norte de Portugal/Galiza.

## 5. IDENTIFICAÇÃO DE NOVOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO



Como se encontra subjacente ao longo do presente relatório, pretende-se levar a cabo um procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves em vigor e não a formulação de um novo Plano, uma vez que, embora o mesmo apresente alguns desajustamentos, de maior ou menor profundidade, ainda não se esgotaram nem o modelo, nem a estrutura e os objetivos que estiveram subjacentes e serviram de base à sua elaboração. Por esta razão, pretende-se que as opções urbanísticas fundamentais consignadas nesta revisão prossigam, em traços gerais e com as devidas adaptações e ajustamentos, os conceitos de base, as estratégias urbanísticas e modelo urbano delineados aquando da elaboração inicial do PDM, fundamentados por princípios de sustentabilidade.

No âmbito do Plano Diretor Municipal foi definida uma estratégia de desenvolvimento para o concelho que teve como objetivos principais:

- Consolidar Chaves como Município e Cidade interior transfronteiriça de excelência;
- Ganhar competitividade no espaço da água e do lazer termais;
- Maximizar os benefícios potenciais do estatuto de encruzilhada para uma mais rápida ligação viária à Europa;
- Conter a desertificação, retendo e qualificando jovens e oferecendo-lhes oportunidades de emprego;
- Dignificar e valorizar os recursos e o património do mundo rural.

Tal estratégia assim definida foi suportada e justificada pelas potencialidades locais, de que se destacaram:

- A posição de Chaves como o principal centro urbano da região, com capacidade para desenvolver serviços mais evoluídos, explorando as complementaridades com os outros concelhos Portugueses e Galegos;
- As novas condições de acessibilidades de Chaves aos grandes centros nacionais, resultantes da construção do IP3/A24 (Figueira da Foz–Chaves-Autovia das Rias Baixas A52) e da A7 (Vila Pouca de Aguiar-Póvoa de Varzim).
- Os potenciais eixos de ligação e a exploração das condições de acesso à Área Metropolitana do Porto e à vizinha Galiza como possibilidade de captação de novas atividades industriais em processo de relocalização bem como a estimulação da desconcentração de serviços, públicos e privados, que não exigindo contacto direto com os seus utilizadores pudessem estabelecer ligações através dos novos meios de telecomunicações, registo de dados, informática, tirando vantagem da localização numa média cidade periférica à grande aglomeração.

- As enormes possibilidades de criação de produtos turísticos, desde o património histórico-cultural ou a integração em circuitos de turismo termal.

Deste conjunto de potencialidades e das perspetivas de desenvolvimento sectorial, resulta que as novas apostas terão de equacionar o desenvolvimento urbano, o crescimento do sector terciário, o reforço das articulações com os centros urbanos regionais e o desenvolvimento do turismo.

A recuperação e a reabilitação do património, a implementação das infraestruturas e dos equipamentos considerados estruturantes, a dinamização das áreas industrial, turística e cultural, a recuperação dos valores tradicionais da cidade e o aproveitamento dos recursos naturais, criam as bases de um desenvolvimento que se quer programado, para que no futuro o concelho venha a obter o desenvolvimento e a qualidade que se idealiza.

As linhas de força expostas anteriormente fornecem o enquadramento necessário para a concretização, em termos sectoriais, de uma estratégia de desenvolvimento concelhio que se pretende exequível, isto é, que tenha em conta quer as margens de transformação permitidas pela situação de partida e pelas tendências espontâneas, quer a devida valorização dos elementos positivos manifestados pela dinâmica mais recente.

Para uma melhor abordagem e fundamentação das apostas e linhas estratégicas a seguir apresenta-se uma análise *SWOT* das várias componentes sectoriais/domínios agrupados segundo as grandes vertentes:

1. Desenvolvimento Urbano/Ordenamento do território;
2. Dinâmica económica e criação de emprego;
3. Dinâmicas culturais e de animação urbana;
4. Educação e formação;
5. Estrutura urbana e social;
6. Recursos naturais e potencial endógeno.

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA (ANÁLISE SWOT)				
DOMÍNIOS	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS	PONTOS FONTES
<b>1. DESENVOLVIMENTO URBANO/ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Situação de envelhecimento e de esvaziamento demográficos no contexto regional e concelhio;</li> <li>Debilidade progressiva da base económica tradicional da Região, que suportou historicamente a polaridade urbana;</li> <li>A área de influência da Cidade é disputada em algumas das suas franjas por centros urbanos concorrenciais;</li> <li>Situação de desequilíbrio face à massa demográfica e dinâmica urbana da Galiza interior (principalmente Orense).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aproveitamento dos efeitos de encruzilhada viária e de internacionalização induzidas pelo IP3/A24;</li> <li>Alternativa de ligação do litoral da Região Norte (região exportadora) à Europa;</li> <li>Tradição de relacionamento transfronteiriço, abrindo espaços de influência à cidade na área mais próxima do lado galego.</li> <li>Consolidação de um eixo de desenvolvimento urbano (Vila Real – Peso da Régua – Lamego) com outra escala;</li> <li>Eurocidade;</li> <li>Atratividade como polo de serviços face aos municípios vizinhos.</li> <li>Publicação de diplomas legais que regulamentam a reabilitação urbana, abrem um novo quadro para operacionalizar a inversão das condições das zonas urbana histórica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência na cidade de projetos/equipamentos de âmbito supramunicipal;</li> <li>A concentração de serviços na sede do concelho conduz à necessidade de deslocação da população concelhia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rede de transportes rodoviários de passageiros com boa inserção regional e ligações aceitáveis com a Área Metropolitana do Porto;</li> <li>Centro urbano com dimensão e dinâmica no espaço sub-regional (NUT III).</li> <li>Existência de diversos serviços/equipamentos de nível regional que contribuem e potenciam a procura de alojamentos de proximidade.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de massa crítica demográfica e de dinâmica de atividades têm conduzido à debilitação da economia regional envolvente (base rural tradicional);</li> <li>Localização de médias e grandes superfícies comerciais em cidades concorrenciais;</li> <li>Emergência de situações de desemprego induzidas pela conjuntura económica e escassez de investimento empresarial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Progressiva afirmação a nível nacional do produto turístico – Turismo da saúde e do lazer termal;</li> <li>Política municipal que potencia a atratividade de investimentos económicos estimulados pelas acessibilidades viárias e proximidade transfronteiriça;</li> <li>Dinâmica de fluxos turísticos (excursionismo) de dimensão transfronteiriça;</li> <li>Reforço das relações com a Galiza;</li> <li>Existência de oportunidades de comercialização de produtos agroflorestais;</li> <li>Atratividade como polo de serviços face aos municípios vizinhos.</li> <li>Forte presença hoteleira no concelho.</li> <li>Oferta de produtos variados nas áreas do turismo ecológico, aventura, cultural, rural, saúde e gastronómico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Largas franjas de comércio tradicional carenciado de qualificação e agressividade de imagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevado grau de capacidade hoteleira no contexto do Alto Tâmega, constituindo uma plataforma de entrada de fluxos turísticos;</li> <li>Política municipal que beneficia a criação de emprego a partir de iniciativas endógenas.</li> </ul>

### AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA (ANÁLISE SWOT) (cont.)

DOMÍNIOS	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS	PONTOS FONTES
<b>3. DINÂMICAS CULTURAIS E DE ANIMAÇÃO URBANA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades em manter o envolvimento nos principais eventos artísticos da cidade, de instituições de âmbito nacional relacionadas com as artes;</li> <li>• Afirmção progressiva de dinâmicas culturais e de animação urbana nas cidades da Galiza mais próximas, especialmente no caso de Orense.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinâmica de associativismo municipal que abre à Cidade um espaço de afirmação e solidariedade regional;</li> <li>• Espaço de capitalização da dinâmica cultural e transfronteiriça, em que a criação da Eurocidade Chaves-Verín se constitui como um de novas dinâmicas de cooperação em matéria cultural.</li> <li>• Investimento Municipal ao nível da cultura, destacando-se a construção do Centro Cultural de Chaves, que se constitui num equipamento de grande importância ao nível da formação na área das artes e promoção e organização espetáculos de índoles diversas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Debilidade das atividades dos agentes culturais em domínios considerados básicos em matéria de oferta cultural, casos como o cinema teatro;</li> <li>• Ausência de profissionalização de algumas das atividades de animação e divulgação cultural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de um Centro Histórico com potencialidades inequívocas de renovação e de suporte de animação urbana;</li> <li>• Tradição de vivência urbana e de ocupação quotidiana de espaço público e existência de espaços privados de animação noturna, com qualidade e capacidade de atração;</li> <li>• Dinâmica de intervenção municipal em torno de animação cultural e recreativa, nomeadamente com o desenvolvimento de atividades promovidas pela Procentro e Chavesviva;</li> <li>• Criação e publicação mensal da Agenda cultural que visa a divulgação dos eventos culturais ao nível da Eurocidade;</li> <li>• Construção da Fundação Nadir Afonso que visa garantir a notoriedade do pintor, juntando obras de arte de natureza diversa num único espaço organizado e de grande escala, representando uma importante vantagem competitiva face a outros museus da região.</li> <li>• Consolidação progressiva dentro da Câmara Municipal, de uma estrutura técnica e humana de apoio à implementação das políticas culturais e de animação urbana;</li> <li>• Algumas energias locais em torno da promoção da prática desportiva.</li> </ul>

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA (ANÁLISE SWOT) (cont.)				
DOMÍNIOS	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS	PONTOS FONTES
<b>4. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política de financiamento das escolas que conduz a graves estrangulamentos financeiros;</li> <li>A concorrência de Mirandela na atração de um pólo da UTAD;</li> <li>Falta de iniciativas/empresas ao nível da Investigação e desenvolvimento que sejam capazes de atrair e fixar jovens com formação superior.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consciência local generalizada da importância da construção de um Instituto Politécnico;</li> <li>Elaboração da Carta Educativa do Município, que se define como um instrumento e prática de planeamento municipal que veio reestruturar a rede de equipamentos de ensino ao nível do concelho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Insucesso das iniciativas ao nível da fixação de estabelecimentos de Ensino Superior.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Concentração de alunos do ensino secundário nas áreas de inserção na vida ativa;</li> <li>Dinamismo da Escola Profissional e Centro de Formação Profissional de Chaves na oferta de formações pertinentes face à oferta de emprego local;</li> <li>Dinâmica de</li> </ul>
<b>5. ESTRUTURA URBANA E SOCIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tendências recentes de penalização de investimento público central.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As candidaturas apresentadas pelo Município ao Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) têm vindo, através da implementação/execução das respetivas ações/projetos, a potenciar a melhoria do ambiente urbano e a qualificação de áreas específicas da cidade.</li> <li>A qualificação urbana implemento pelo Programa POLIS e pelos instrumentos de gestão territorial e de ordenamento urbanístico em elaboração (Planos de Pormenor e projetos de intervenção) constituem uma oportunidade de revitalização e requalificação do concelho;</li> <li>Dinâmica de planeamento da autarquia potenciadora da qualificação do espaço urbano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mau estado de conservação do edificado no centro histórico e comércio desqualificado, originando situações de desocupação de edifícios, principalmente dos pisos superiores.</li> <li>Proliferação de edifícios degradados, em mau estado de conservação ou em ruínas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Frente ribeirinha, associada a uma nova frente urbana potencial, que se assume como uma nova centralidade urbana;</li> <li>Espaço urbano público com capacidade de qualificação integrando o Centro Histórico e área de envolvente consolidada.</li> </ul>

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA (ANÁLISE SWOT) (cont.)				
DOMÍNIOS	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS	PONTOS FONTES
<b>6. RECURSOS NATURAIS E POTENCIAL ENDÓGENO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Degradação do potencial agrícola dos solos, designadamente na Veiga de Chaves;</li> <li>Desertificação rural e associado à falta de interesse na recuperação da atividade agrícola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidação de uma área supramunicipal vocacionada para o termalismo e valorização da água como recurso com incidências transfronteiriças;</li> <li>Crescente profissionalização e qualificação organizativa nas atividades de valorização e aproveitamento de recursos agroflorestais e de turismo rural;</li> <li>Forte tradição agrícola. O concelho é conhecido por possuir um vale muito fértil, a Veiga de Chaves, verificando-se essencialmente a produção de produtos hortícolas, vinha, batata, centeio e frutos;</li> <li>Elevado potencial do setor florestal;</li> <li>Existência de duas estâncias termais: Chaves e Vidago. Possuem várias infraestruturas de apoio, tornando-se num polo com grande atratividade.</li> <li>Existência de recursos hídricos e geológicos com forte potencial. Destaca-se a bacia hidrográfica do rio Tâmega com excelentes águas subterrâneas e de superfície salientando-se as nascentes termominerais que brotam a elevadas temperaturas.</li> </ul> <p>Ao nível dos recursos hidrogeológicos, salientam-se as águas mineromedicinais de Chaves (classificadas como hipertermais bicarbonatadas sódicas, gaso-carbónicas, silicatadas e fluoretadas) e ainda várias nascentes de águas minerais naturais presentes (Vidago e Campilho).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Zona da Veiga de Chaves com grande pressão urbanística, em virtude da proximidade coma área urbana consolidada e com a rede de equipamentos e serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença ainda viva de forma de paisagem e de património rural entendidas como complementos de vivência urbana, favorecendo a atividade de Turismo no Espaço Rural;</li> <li>Principal polo urbano de uma região de perfil termal com forte dotação de equipamentos de apoio;</li> <li>Centro urbano principal de uma área de produção de produtos tradicionais regionais de qualidade certificada, fortemente divulgados através de um certame anual de promoção dos produtos (Feira dos Sabores e Saberes);</li> <li>Potencial de estruturação de uma fileira de serviços de saúde complementares da atividade termal;</li> <li>Desenvolvimento de uma feira anual (Feira dos Santos) com grande potencial de atração regional;</li> <li>Tradição de gastronomia local designadamente inserida em projetos de restauração/gastronomia recentes fortemente articulados com produtos regionais locais;</li> <li>Existência de atividades de extração e transformação de mármore e granitos;</li> <li>Valorização potencial da localização na cidade da ADRAT, como instituição de dinamização do desenvolvimento local e sub-regional.</li> </ul>

**Quadro 17** | Avaliação estratégica (Análise SWOT)

Neste contexto e tendo por base a análise temática apresentada anteriormente definem-se de seguida as apostas e os respetivos objetivos estratégicos para o Município no âmbito da revisão do PDM.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO	
APOSTAS	OBJETIVOS
<b>Chaves – “Cidade de água e do lazer termal – capital de uma região termal transfronteiriça”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização e promoção de Chaves e Vidago como destinos de turismo, termalismo, saúde e bem-estar;</li> <li>• Coordenação da atividade e promoção dos diferentes espaços termais, beneficiando do maior peso específico da cidade de Chaves;</li> <li>• Valorização e qualificação dos equipamentos termais;</li> <li>• Estruturação de uma fileira de saúde termal em associação com outras instituições do setor da saúde;</li> <li>• Promoção de atividades comerciais e de serviços adaptadas à procura termal;</li> <li>• Organização de um programa estruturado de eventos termais e de visitas ao património histórico e natural regional;</li> <li>• Coordenação da atividade e promoção dos diferentes espaços termais, beneficiando do maior peso específico da cidade de Chaves.</li> </ul>
<b>Chaves – “Plataforma de receção, fixação e placa giratória de difusão de fluxos turísticos transfronteiriços e internacionais”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação e animação do espaço público urbano de forma a capitalizar a presença na cidade de elevados fluxos turísticos;</li> <li>• Promoção do ordenamento do território e desenvolvimento urbano em estreita articulação com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, procurando criar as condições adequadas para incrementar a atratividade do território municipal no contexto da rede urbana transfronteiriça do norte de Portugal/Galiza;</li> <li>• Qualificação da oferta de alojamento hoteleiro existente e dinamização de novas formas de alojamento;</li> <li>• Qualificação em matéria de recursos humanos e competências profissionais no sector do turismo, designadamente de guias turísticos vocacionados para a divulgação do património regional;</li> <li>• Promoção de eventos desportivos no domínio da alta competição (golfe e ténis, particularmente) e sua integração turística da Cidade.</li> </ul>
<b>Chaves – “Plataforma urbana de suporte da criação de novos empregos, qualificações e competências ao serviço da animação e descoberta do Alto Tâmega, região com tradições vivas e suscetíveis de valorização com novos produtos para novos mercados”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da capacidade local de formação de novas qualificações e competências profissionais, potenciando dinâmicas já instaladas neste sector da vida da Cidade;</li> <li>• Consolidação da presença do ensino superior na região através da promoção da atração à Cidade de áreas de formação superior complementares às que estão estabilizadas no polo central da UTAD;</li> <li>• Contratualização de novas formas de intervenção do Centro de Formação Profissional de Chaves e Escola Profissional de Chaves em domínios relevantes para a concretização da estratégia de desenvolvimento da Cidade;</li> <li>• Dinamização de iniciativas de criação de emprego a partir de experiências de educação e formação em curso em instituições da Cidade;</li> </ul>

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO (cont.)

APOSTAS	OBJETIVOS
<p>(cont.)</p> <p><b>Chaves – “Plataforma urbana de suporte da criação de novos empregos, qualificações e competências ao serviço da animação e descoberta do Alto Tâmega, região com tradições vivas e suscetíveis de valorização com novos produtos para novos mercados”</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contenção da desertificação, retendo e qualificando jovens e oferecendo-lhes oportunidades de emprego, incentivando a criação de indústrias, fundamentalmente no sector agroalimentar;</li> <li>• Diversificação e potenciação da notoriedade de Chaves enquanto polo organizador de eventos, feiras e certames dinamizadores das atividades culturais, sociais e económicas;</li> <li>• Criação de valências locais para a certificação e promoção de produtos tradicionais de qualidade certificada;</li> <li>• Promoção de manifestações culturais genuínas;</li> <li>• Organização e promoção de formas de incentivo à produção agrícola e florestal, retirando partido dos recursos endógenos presentes no concelho;</li> <li>• Fomento de projetos de reabilitação, exploração e animação de aldeias tradicionais, orientados para segmentos de procura metropolitana e galega;</li> <li>• Promoção sistemática e integrada do potencial de caça e pesca da Região.</li> </ul>
<p><b>Chaves – “Território sustentável e centro político, cultural, económico e institucional das relações transfronteiriça”</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção do equilíbrio do sistema urbano municipal com adoção de medidas e ações que fomentem a nucleação e estruturação do território em coerência com o modelo de desenvolvimento local;</li> <li>• Promoção do equilíbrio das redes de equipamentos públicos e de infraestruturação do território, bem como dos sistemas de abastecimento, em articulação com o modelo de ordenamento do território e desenvolvimento urbano;</li> <li>• Promoção da melhoria da urbanidade do território, fomentando medidas e ações de reabilitação, regeneração e revitalização das áreas urbanas e rurais, de forma articulada com o modelo geral de desenvolvimento urbano do território;</li> <li>• Desenvolvimento e implementação de medidas que promovam sistemas e redes sustentáveis de mobilidade no território municipal, em articulação com o modelo de ordenamento do território e desenvolvimento urbano, com particular ênfase das redes de equipamentos públicos e das atividades económicas;</li> <li>• Continuação do fortalecimento do projeto da Eurocidade Chaves/Verin de acordo com o plano estabelecido, visando constituir um polo dinamizador de desenvolvimento de uma região transfronteiriça alargada às comarcas e concelhos vizinhos;</li> <li>• Estabelecimento de protocolos com Municípios galegos interiores e eventuais serviços da Xunta da Galiza para a promoção de recursos e produtos comuns e estabelecimento de outras formas de cooperação que garantam a Chaves protagonismo nas relações Galiza – Norte de Portugal;</li> <li>• Apoio a manifestações culturais de relacionamento transfronteiriço;</li> <li>• Qualificação da oferta comercial de Chaves de modo a atingir um público mais alargado e exigente;</li> <li>• Promoção e apoio à criação de serviços urbanos que garantam a Chaves a consolidação de centro económico transfronteiriço.</li> </ul>



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO (cont.)	
APOSTAS	OBJETIVOS
Chaves – “Cidade encruzilhada de geometrias variáveis e de relacionamento intra e inter-regional e plataforma de atração de novos investimentos e atividades em torno de uma nova logística de distribuição”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção e marketing de Chaves como nova encruzilhada viária, potencialmente atrativa de novos investimentos industriais e de logística de distribuição;</li> <li>• Promoção e dinamização das áreas empresariais do município de Chaves no contexto do território transfronteiriço e da rede nacional das áreas de localização empresarial, favorecendo a localização de novos investimentos industriais e de atividades logísticas;</li> <li>• Melhorias das acessibilidades intrarregionais;</li> <li>• Criação de infraestruturas e serviços de informação de apoio a atividades logísticas.</li> </ul>
Chaves – “Centro de cultura, de participação e animação cívicas”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversificação e potenciação da notoriedade de Chaves enquanto polo organizador de eventos, feiras e certames dinamizadores das atividades culturais, sociais e económicas.</li> <li>• Reforço da rede de equipamentos culturais;</li> <li>• Dinamização da atividade dos diversos agentes culturais, promovendo iniciativas inovadoras, adaptando o perfil das tradicionais a novos padrões de consumo cultural;</li> <li>• Criação de mecanismos de divulgação das principais iniciativas da Autarquia e principais atores locais;</li> <li>• Criação de espaços institucionais de discussão do futuro e acompanhamento de projetos;</li> <li>• Envolvimento de agentes locais na discussão das apostas de desenvolvimento da Cidade;</li> <li>• Dinamização das práticas associativas locais enquanto instrumentos de concretização das apostas do Município.</li> </ul>
Chaves – “Centro sub-regional orientado para a valorização do património, recursos naturais e ambientais, imagem, qualidade e equilíbrio do sistema urbano”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização do património natural, cultural e ambiental do concelho como condição de uma nova relação entre o urbano e rural;</li> <li>• Promoção da dinamização do aproveitamento dos recursos naturais do território em harmonia com salvaguarda dos valores ambientais e culturais;</li> <li>• Promoção de condições de fixação no Centro Histórico de comércio de qualidade;</li> <li>• Qualificação da área envolvente consolidada como área com potencial para uma vivência urbana de qualidade;</li> <li>• Intervenção reguladora nas áreas de expansão recente, enquanto áreas atualmente desqualificadas do ponto de vista urbanístico;</li> <li>• Colmatação de insuficiências na infraestruturização urbanística: abastecimento de água, saneamento, recolha e destino final de resíduos sólidos e iluminação pública;</li> <li>• Melhoria da dotação em equipamentos básicos: ensino, saúde, desporto, cultura;</li> <li>• Promoção do equilíbrio do sistema urbano municipal, respondendo com qualidade e equidade às necessidades do contexto social e demográfico;</li> <li>• Qualificação e animação do espaço público: tratamento de via pública, jardins, zonas verdes, espaços polivalentes de utilização coletiva;</li> </ul>

**Quadro 18** | Objetivos estratégicos de desenvolvimento para o Município

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A ADOPTAR

A definição dos critérios de sustentabilidade a considerar no âmbito do processo de revisão do PDM-C constitui, nesta fase do processo, um exercício de identificação das principais temáticas sobre as quais deve corresponder um esforço acrescido na persecução do desenvolvimento sustentável para o Concelho.

O procedimento de revisão do PDM-C deverá contribuir para o despoletar de uma dinâmica de evolução, que permita o desenvolvimento do território balizado em padrões ambientais, sociais e económicos, em que apresente como elementos caracterizantes o crescimento económico, o consensual desenvolvimento social, e o respeito pelo património natural e o equilíbrio dos valores ambientais.

A Agenda 21 Local de Chaves, permitiu assumir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Município, com a concretização de um conjunto de ações que no seu conjunto contribuíram para as metas estabelecidas nas estratégias e políticas nacionais e europeias.

Com vista a prosseguir esta estratégia de atuação, a definição dos critérios de sustentabilidade teve em atenção para além dos objetivos da própria revisão do PDM-C, as orientações e estratégias definidas no Plano de Ação da Agenda 21 Local. Estando o processo de revisão do PDM-C numa fase inicial, é perfeitamente admissível que, com o decorrer dos trabalhos, se proceda a adaptação dos critérios de sustentabilidade agora apresentados. Desta forma, e tendo em conta as especificidades do território municipal, conjugado com a necessária articulação com as estratégias e políticas ambiental, social e económica, propõe-se a seguinte lista de critérios de sustentabilidade:

- Estrutura Urbana e Ocupação do Solo;
- Coesão regional e transfronteiriça;
- Competitividade, Desenvolvimento Económico, Social e Equidade;
- Acessibilidades, Mobilidade e Transporte;
- Educação e Cultura;
- Turismo e Termalismo;
- Património Natural, Arqueológico e Arquitetónico;
- Biodiversidade, Conservação da Natureza e Paisagem;
- Solo, Agricultura e Floresta;
- Recursos Hídricos;
- Resíduos;
- Energia e Alterações Climáticas;

- Riscos Naturais e Tecnológicos;
- Informação, Participação e Cidadania;
- Governância.

A definição de critérios de sustentabilidade, irá permitir, à posteriori a definição de metas de sustentabilidade com as quais o Município se pretende comprometer.